



ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ENAP

**MESTRADO PROFISSIONAL EM GOVERNANÇA
E DESENVOLVIMENTO**

DIFUSÃO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Processo de Nacionalização dos ODS em Cabo Verde

**Tema Específico: A Nacionalização dos ODS em Cabo Verde, vista pela lente
das Capacidades Estatais numa abordagem dos Arranjos de Implementação de
Políticas Públicas**

MARIA GORETTI SANTOS LIMA

Brasília - DF
2026

DIFUSÃO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Processo de Nacionalização dos ODS em Cabo Verde

Tema Específico: A Nacionalização dos ODS em Cabo Verde, vista pela lente das Capacidades Estatais numa abordagem dos Arranjos de Implementação de Políticas Públicas

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Governança e Desenvolvimento da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP como requisito para obtenção do título de Mestre em Governança e Desenvolvimento.

Aluna: Maria Goretti Santos Lima

Orientadora: Professora Natália
Massaco Koga

Brasília - DF
2026

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

L7324d Lima, Maria Goretti Santos
 Difusão internacional de políticas públicas: o processo de
 nacionalização dos ODS em Cabo Verde / Maria
 Goretti Santos Lima. -- Brasília: Enap, 2026.
 155 f.: il.

 Dissertação (Mestrado – Programa de Mestrado
 Profissional em Governança e Desenvolvimento) -- Escola
 Nacional de Administração Pública, 2026.

 Orientação: Profa. Dra. Natália Massaco Koga

 1. Políticas Públicas. 2. Capacidade Estatal. 3.
 Governança. 4. Relações Internacionais. 5. Difusão de
 Políticas Públicas. 6. Objetivos de Desenvolvimento
 Sustentável (ODS). 7. Cabo Verde. I. Koga, Natália Massaco
 orient. II. Título.

CDD 320.6

Bibliotecária: Elda Campos Bezerra – CRB1/1425

MARIA GORETTI SANTOS LIMA

DIFUSÃO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Processo de Nacionalização dos ODS em Cabo Verde

Tema Específico: A Nacionalização dos ODS em Cabo Verde, vista pela lente das Capacidades Estatais numa abordagem dos Arranjos de Implementação de Políticas Públicas

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Governança e Desenvolvimento da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP como requisito para obtenção do título de Mestre em Governança e Desenvolvimento.

Defendida em 12 de fevereiro de 2026

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Natália Massaco Koga, Orientador - ENAP

Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes - ENAP

Prof. Dr. Osmany Porto de Oliveira – XXXXXXXX

BRASÍLIA
2026



Mestrado Profissional em
Governança e Desenvolvimento

**ATA DA BANCA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO
DE Mestrado PROFISSIONAL EM GOVERNANÇA E
DESENVOLVIMENTO**

Aluna: Maria Goretti Santos Lima

Ano de Ingresso: 2023

Título da Dissertação: Difusão Internacional de Políticas Públicas: O Processo de Nacionalização dos ODS em Cabo Verde.

Orientador: Profa. Dra. Natália Massaco Koga

Avaliador: Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes
Prof. Dr. Osmany Porto de Oliveira

Avaliação:

- [☒] Aprovada
[☐] Aprovada com ressalvas
[☐] Reprovada

Brasília, 12 de fevereiro de 2026

DocuSigned by:

Ciro Campos Christo Fernandes

Avaliador

DocuSigned by:

Osmany Porto de Oliveira

Avaliador

DocuSigned by:

Natalia Massaco Koga

Orientadora

ENAP

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, que me ensinou que o conhecimento é o único bem que ninguém nos pode tirar. Ao meu marido e às minhas filhas, pela presença e pelo amor que me sustentou nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de manifestar o meu sincero agradecimento à Professora Natália Koga, pela orientação dedicada e pelo incentivo constante ao longo desta caminhada acadêmica. Agradeço a todos os professores do programa, cujas lições foram fundamentais para a minha formação.

Um agradecimento especial aos membros da banca examinadora pelas contribuições enriquecedoras desde a qualificação, que elevaram o nível deste trabalho. Aos entrevistados, que generosamente compartilharam suas experiências, o meu muito obrigada.

À minha família e aos amigos que caminharam ao meu lado, em especial os que este mestrado me presenteou, agradeço pela companhia e pelo suporte emocional.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Organização do Roteiro de entrevistas ligadas às Categorias e Objetivos	45
Quadro 2. Unidades de Análise.....	49
Quadro 3. Resumo das Capacidades Mobilizadas Pelo Arranjo Institucional.....	62
Quadro 4. Síntese das Capacidades do Arranjo, Desafios e Potencialidades.....	67

LISTA DAS FIGURAS

Figura 1. Processo Nacional de Planeamento.....	53
Figura 2. Estrutura do Sistema Nacional de Planeamento.....	55
Figura 3. Mapa dos Atores da Nacionalização dos ODS.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Agenda 2030 – Agenda para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

INECV - Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde

MFP – Ministério das Finanças e Planeamento

ONU – Organização das Nações Unidas

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIs – Organizações Internacionais

ONU – Organização das Nações Unidas

SIDS- Small Island Developing States

SIGOV - Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira

ZEE - Zona Económica Exclusiva

RESUMO

A implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) coloca desafios significativos aos Estados, sobretudo aos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), em virtude de limitações estruturais, vulnerabilidades económicas e elevada dependência de cooperação internacional. Neste contexto, a presente pesquisa analisa o processo de nacionalização da Agenda 2030 em Cabo Verde, a partir de uma abordagem que articula o referencial das capacidades estatais, a literatura sobre governança colaborativa e os estudos sobre difusão, transferência e tradução de políticas públicas. A relevância e originalidade do estudo residem na análise integrada do arranjo institucional da implementação dos ODS, combinando múltiplas dimensões de capacidade estatal com a atuação das organizações internacionais, num contexto insular ainda pouco explorado pela literatura.

Do ponto de vista metodológico, adota-se uma abordagem qualitativa, baseada em estudo de caso, que combina análise documental de instrumentos do Sistema Nacional de Planeamento, dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Sustentável (PEDS I e II) e de relatórios institucionais, com entrevistas semiestruturadas realizadas junto a atores governamentais, representantes do Sistema das Nações Unidas e membros da sociedade civil. A análise dos dados foi conduzida por meio da análise de conteúdo, orientada por um livro de códigos construído a partir do enquadramento teórico da pesquisa.

Os resultados evidenciam avanços relevantes na incorporação normativa da Agenda 2030 e no fortalecimento das capacidades analíticas e de adaptação, mas revelam assimetrias persistentes entre os níveis central e local, fragilidades na institucionalização da governança colaborativa e uma forte dependência do apoio técnico internacional. Como contribuição prática, o estudo oferece subsídios analíticos e recomendações orientadas ao fortalecimento das capacidades estatais, à melhoria dos mecanismos de coordenação e à promoção de uma maior autonomia institucional na implementação dos ODS, contribuindo para o debate académico e para a formulação de políticas públicas em contextos insulares e estruturalmente vulneráveis.

Palavras-chave: Capacidades estatais; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Nacionalização da Agenda 2030; Difusão internacional de políticas públicas; Governança colaborativa.

ABSTRACT

The implementation of the Sustainable Development Goals (SDGs) poses significant challenges for States, particularly for Small Island Developing States (SIDS), due to structural constraints, economic vulnerabilities, and a high reliance on international cooperation. In this context, this research examines the process of nationalizing the 2030 Agenda in Cabo Verde through an analytical approach that integrates the state capacity framework, the literature on collaborative governance, and studies on policy diffusion, transfer, and translation. The relevance and originality of the study lie in its integrated analysis of the institutional arrangements for SDG implementation, combining multiple dimensions of state capacity with the role of international organizations in an insular context that remains underexplored in the literature.

Methodologically, the study adopts a qualitative case study approach, combining documentary analysis of key instruments of the National Planning System, the Strategic Plans for Sustainable Development (PEDS I and II), and institutional reports, with semi-structured interviews conducted with government officials, representatives of the United Nations system, and civil society actors. Data analysis was carried out through content analysis, guided by a codebook developed from the study's theoretical framework.

Results indicate significant progress in the normative integration of the 2030 Agenda and in the strengthening of analytical and adaptation capacities. However, they also reveal persistent asymmetries between central and local levels of government, limitations in the institutionalization of collaborative governance mechanisms, and a strong dependence on international technical support. As a practical contribution, the study offers analytical insights and policy-relevant recommendations aimed at strengthening state capacities, improving coordination mechanisms, and enhancing institutional autonomy in SDG implementation, thereby contributing to both academic debate and policy formulation in insular and structurally vulnerable contexts.

Keywords: State capacities; Sustainable Development Goals; 2030 Agenda nationalization; International policy diffusion; Collaborative governance.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CONTEXTUALIZAÇÃO	14
2.1 Contexto internacional subjacente à criação e aprovação dos ODS	15
2.2 Contexto nacional da nacionalização dos ODS	17
2.3 Delimitação do tema	19
3 DESENHO DA PESQUISA	20
3.1 Pergunta de pesquisa	20
3.2 Suposições de pesquisa	20
3.3 Objetivos	21
3.3.1 Objetivo geral	21
3.3.2 Objetivos específicos	22
3.4 Justificativa	22
4 REFERENCIAL TEÓRICO	24
4.1 Conceitos	24
4.2 Capacidades estatais e transferência de políticas públicas	28
4.3 O papel das organizações internacionais no processo de difusão de políticas públicas	30
4.4 A nacionalização da Agenda 2030 das Nações Unidas e sua relação com as capacidades estatais	33
4.4.1 As capacidades estatais e a implementação dos ODS	38
5 METODOLOGIA	42
5.1 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados	43
5.2 Coleta de dados: revisão documental	43
5.3 Coleta de dados: realização das entrevistas	45
5.3.1 Procedimentos de análise das entrevistas	50
6 RESULTADOS	53
6.1 Análise documental do arranjo PEDS	53
6.1.1 O Sistema Nacional de Planeamento	53
6.1.2 Instrumentos do Sistema Nacional de Planeamento	55
6.1.3 Nacionalização dos ODS em Cabo Verde: o arranjo institucional	56
6.1.4 As Nações Unidas e o processo de nacionalização dos ODS	60
6.1.5 Análise do arranjo sob a ótica das capacidades estatais mobilizadas	69
6.1.6 Síntese exploratória e suposições analíticas	72
6.2 Análise das entrevistas	74
6.2.1 Capacidades analíticas	74
6.2.2 Capacidades operacionais	80
6.2.3 Capacidades políticas	88
6.2.4 Capacidade de adaptação e transferência	94
6.2.5 Governança colaborativa	100
6.2.6 O papel das Nações Unidas	105
6.3 Triangulação dos dados obtidos pela análise documental e pelas entrevistas	111
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
7.1 Discussão dos principais achados	112
7.2 Contribuições da pesquisa	115
REFERÊNCIAS	118

ANEXOS	120
Anexo I – Roteiro de entrevistas semiestruturadas sobre a nacionalização dos ODS em Cabo Verde	120
Anexo II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	121
Anexo III – Livro de códigos	123

1. INTRODUÇÃO

A implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é um processo complexo que exige não apenas a adaptação de metas globais ao contexto local, mas também a mobilização de capacidades estatais adequadas e o estabelecimento de arranjos institucionais eficazes. Em Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) como Cabo Verde, esse processo poderá revelar-se particularmente desafiador.

Neste contexto, compreender o processo de nacionalização dos ODS em Cabo Verde requer uma análise aprofundada das capacidades políticas (segundo a definição dos autores Wu et al, 2015¹) mobilizadas para promover a internalização da Agenda 2030 das Nações Unidas. Essa análise deverá considerar as capacidades políticas existentes em diferentes níveis, bem como os mecanismos utilizados para coordenar ações interinstitucionais e intersetoriais.

A complexidade desse processo também estará relacionada ao papel das organizações internacionais, que tendem a exercer uma influência significativa na difusão de políticas públicas globais. Essas instituições normalmente atuam como facilitadoras na promoção de melhores práticas, fornecimento de assistência técnica e mobilização de recursos financeiros, além de influenciarem a formulação e implementação de políticas nacionais por meio de mecanismos de cooperação e acordos multilaterais. Portanto, investigar como essas organizações contribuem para fortalecer as capacidades políticas e institucionais de Cabo Verde é essencial para compreender o processo de nacionalização dos ODS.

Além disso, a literatura recente sobre capacidades estatais e governança tem destacado que a implementação de agendas globais, como a Agenda 2030, depende menos da simples adoção formal de compromissos internacionais e mais da forma como estes são operacionalizados no interior dos sistemas nacionais de planejamento e decisão. Nesse sentido, a análise dos arranjos institucionais assume centralidade, na medida em que permite compreender como normas,

¹ Os autores definem as **capacidades políticas** como um **conjunto de competências e recursos** (competences and capabilities) necessários para a realização das funções de formulação e implementação de políticas. Essa capacidade não é homogênea, mas pode ser analisada em **três dimensões principais**:

1. **Competências analíticas** (*analytical competences*): Habilidade de coletar, interpretar e aplicar conhecimento técnico e científico na formulação de políticas.
2. **Competências operacionais** (*operational competences*): Capacidade de mobilizar e alocar recursos para a implementação eficiente das políticas.
3. **Competências políticas** (*political competences*): Habilidade de negociar, construir coalizões e obter apoio político para garantir a viabilidade e sustentabilidade das políticas.

instrumentos, atores e recursos são articulados para transformar objetivos globais em políticas públicas concretas. Em contextos insulares, marcados por restrições administrativas, limitações de escala e forte exposição a dinâmicas externas, essa articulação tende a revelar assimetrias relevantes entre níveis de governo, setores e atores envolvidos, tornando particularmente pertinente uma abordagem analítica centrada nas capacidades efetivamente mobilizadas.

Deste modo, o presente estudo propõe-se a analisar o processo de nacionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Cabo Verde a partir de uma perspectiva institucional e relacional, articulando o referencial das capacidades estatais com a literatura sobre governança colaborativa e difusão internacional de políticas públicas. Ao fazê-lo, procura-se compreender não apenas quais capacidades foram acionadas no processo, mas também como estas se distribuíram entre os diferentes níveis e atores, quais os desafios enfrentados na sua operacionalização e de que forma a cooperação internacional, em particular com o Sistema das Nações Unidas, influenciou a configuração do arranjo institucional adotado. Essa abordagem visa contribuir para uma compreensão mais aprofundada dos mecanismos que condicionam a implementação dos ODS em Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, oferecendo subsídios analíticos e práticos para o aprimoramento das estratégias de implementação da Agenda 2030.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

O papel das Organizações Internacionais (OIs) na difusão de políticas públicas é multifacetado e significativo, desempenhando um papel crucial na moldagem das políticas públicas a nível global. As OIs, como as Nações Unidas e suas agências, não se limitam apenas à governança do sistema internacional, mas estendem a sua influência para a esfera doméstica dos Estados Membros. Elas atuam como catalisadoras na adoção de políticas inovadoras e eficazes, promovendo a transferência de conhecimento e melhores práticas entre os países. Isso é realizado por meio de várias estratégias, incluindo a definição de agendas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que orientam, em diversos graus, as prioridades governamentais em todo o mundo.

Embora, tradicionalmente a análise das políticas públicas tenha-se concentrado nas arenas nacionais, ao analisar a dimensão internacional, incorporou-se uma visão dinâmica das Políticas

Públicas, resultante de um conjunto de intercâmbios de agentes, em diferentes contextos, tornando importante ter atenção aos diálogos estabelecidos em arenas que ultrapassam as fronteiras nacionais, mas que tem impactos diretos na implementação das políticas públicas nacionais.

A pesquisa propõe investigar como os arranjos de implementação e as capacidades políticas influenciam o processo de nacionalização dos ODS em Cabo Verde, e de que forma os atores envolvidos, governo, sociedade civil e organizações internacionais, articulam as suas ações para promover um desenvolvimento sustentável adaptado às realidades locais.

Assim, este trabalho busca contribuir para o avanço teórico e prático sobre a implementação dos ODS em contextos de SIDS, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e estratégias que potencializem a capacidade do país em alcançar as metas globais de desenvolvimento sustentável.

2.1. Contexto Internacional Subjacente a Criação e Aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Em setembro de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, uma iniciativa abrangente destinada a guiar a humanidade rumo a um futuro sustentável, inclusivo e equitativo. Esta agenda ambiciosa, composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas específicas, representa uma resposta global e colaborativa aos desafios complexos que o mundo enfrentava nas décadas anteriores, desde questões socioeconômicas até crises ambientais e geopolíticas.

A crise financeira global de 2008 exerceu um impacto profundo sobre a economia mundial, especialmente nas economias emergentes, revelando a vulnerabilidade das interdependências econômicas entre os países. Originada nos Estados Unidos, a crise rapidamente atingiu outras economias e expôs os limites dos mercados desregulados, o que gerou discussões sobre a necessidade de uma governança financeira mais robusta e colaborativa (Stiglitz, 2010). Instituições como o G20, antes focadas em questões mais específicas, assumiram um papel proeminente na estabilização da economia global, reafirmando a importância do multilateralismo e da cooperação internacional.

As Limitações dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que foram lançados em 2000, e buscavam reduzir a pobreza extrema e melhorar os indicadores de saúde e educação até 2015. Contudo, apesar de progressos, os ODM foram criticados por seu enfoque limitado nos países em desenvolvimento, ignorando desigualdades dentro das nações e questões emergentes, como a sustentabilidade ambiental e a mitigação das mudanças climáticas (Sachs, 2012). A fragmentação dos ODM e seu alcance restrito reforçaram a necessidade de uma agenda mais inclusiva e integradora, levando à formulação de uma abordagem que considerasse as dimensões social, econômica e ambiental de maneira interconectada (United Nations, 2015).

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) apresentou evidências significativas de que as atividades humanas estavam promovendo o aquecimento global, exacerbando eventos climáticos extremos e ameaçando ecossistemas globais (IPCC, 2014). As discussões sobre mudanças climáticas, intensificadas após a frustrada Conferência de Copenhague em 2009, evidenciaram a dificuldade de alcançar compromissos globais robustos, embora tenha sido um dos catalisadores para o Acordo de Paris em 2015. Esse acordo, aprovado quase simultaneamente à Agenda 2030, estabeleceu um novo consenso sobre a necessidade de mitigação dos impactos climáticos e reafirmou o compromisso com uma resposta coletiva (UNFCCC, 2015).

A guerra civil na Síria, iniciada em 2011, provocou uma das crises humanitárias mais graves do século XXI, forçando milhões de pessoas ao deslocamento e gerando tensões políticas e sociais em escala global. A crise dos refugiados, somada à ascensão de grupos terroristas como o Estado Islâmico (ISIS) e à instabilidade no Oriente Médio, destacou a urgência de soluções multilaterais que pudessem abordar de forma abrangente os desafios de segurança, estabilidade e direitos humanos (UNHCR, 2016). Em resposta a esses conflitos, a Agenda 2030, por meio do ODS 16, incluiu objetivos focados na promoção da paz, justiça e fortalecimento das instituições.

Nos anos anteriores à Agenda 2030, a participação ativa de organizações não governamentais, movimentos sociais e o setor privado em fóruns internacionais e iniciativas de desenvolvimento destacou a importância de uma abordagem multissetorial para enfrentar os desafios globais. A inclusão dessas vozes resultou em uma agenda que reflete as demandas da sociedade civil e do setor privado, expandindo o escopo da cooperação internacional para além

das esferas governamentais tradicionais e promovendo um desenvolvimento sustentável inclusivo e participativo (Kanie e Biermann, 2017).

A Agenda 2030 emerge como uma resposta global a um cenário internacional marcado por crises econômicas, ameaças ambientais, conflitos geopolíticos e a crescente consciência de que as soluções unilaterais não são suficientes para enfrentar os desafios do século XXI. Ao integrar as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030 reflete um novo consenso global em torno de uma visão de futuro mais justa, inclusiva e sustentável, reafirmando o papel fundamental da ONU como coordenadora e facilitadora de políticas globais.

2.2. Contexto Nacional da Nacionalização dos ODS

Cabo Verde, situado na costa ocidental da África, a aproximadamente 500 km do Senegal, é um arquipélago composto por dez ilhas, sendo nove habitadas e uma desabitada, além de oito ilhéus. O arquipélago abrange uma área total de 4.033 km² e possui uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) que se estende por cerca de 734.265 km². No entanto, apenas 10% de seu território é classificado como terra arável. As ilhas, todas de origem vulcânica, incluem o Vulcão do Fogo, que se mantém ativo e cuja última erupção ocorreu entre 2014 e 2015, causando impactos severos nas populações locais (Silva & Oliveira, 2016).

Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INECV), Cabo Verde possui cerca de 556.857 habitantes, dos quais aproximadamente 61% são do sexo masculino. A população é predominantemente jovem, com 64% tendo menos de 35 anos. No entanto, há um declínio gradual da população jovem, que pode passar de 36,1% em 2020 para 29,4% em 2030. Ao mesmo tempo, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais pode aumentar de 8,7% para 12,3% no mesmo período, evidenciando uma tendência acelerada de envelhecimento da população a partir de 2030 (INECV, 2022).

A pobreza continua a ser uma questão significativa em Cabo Verde. De acordo com o perfil de pobreza fornecido pelo INECV, 35,2% da população é classificada como pobre, e 10% vivem em extrema pobreza. Esses índices são mais elevados nas áreas rurais, onde 49% da população é pobre e 20% vive em extrema pobreza. A extrema pobreza é especialmente concentrada nas zonas rurais, onde 68 de cada 100 indivíduos nessa condição residem (INE, 2022).

Cabo Verde é classificado como um país insular de rendimento médio baixo, altamente vulnerável aos impactos das mudanças climáticas e à sua dispersão geográfica. A orografia íngreme e acidentada de grande parte das ilhas resulta em elevados custos de infraestrutura e serviços básicos, como saneamento, educação e saúde. A localização estratégica do arquipélago e a vasta extensão de sua ZEE tornam o país suscetível a ameaças globais, como o tráfico de drogas e de pessoas, a imigração ilegal e a criminalidade internacional, colocando-o em uma posição delicada em termos de segurança (Fernandes, 2018).

A vulnerabilidade econômica é outro aspecto marcante da realidade cabo-verdiana. A economia do país depende fortemente do setor de serviços, que representou aproximadamente 75% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022, sendo o turismo o principal motor econômico, contribuindo diretamente com 25% do PIB e indiretamente com até 44%. A forte ligação com a zona do euro, tanto para importação de bens quanto para o turismo, torna Cabo Verde extremamente suscetível a crises internacionais e flutuações nos mercados externos. Além disso, o país é vulnerável à segurança alimentar devido às variações agroclimáticas (INECV, 2022).

As remessas da diáspora cabo-verdiana desempenham um papel crucial na economia nacional, representando 12% do PIB em 2022. A pequena escala da economia, combinada com a dependência do investimento estrangeiro direto e das remessas dos imigrantes, exacerba a vulnerabilidade do país a choques externos (Monteiro & Gomes, 2021).

Apesar dessas vulnerabilidades, Cabo Verde alcançou avanços notáveis desde a sua independência em 1975, sendo reconhecido como um país de rendimento médio desde 2007. No entanto, as desigualdades regionais e sociais persistem representando desafios contínuos para o desenvolvimento sustentável do país (Mendes, 2020).

Após o sucesso nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o país direcionou seus esforços para a Agenda 2030, estabelecendo prioridades para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em 2014, Cabo Verde realizou um Fórum Nacional que discutiu as metas do país para 2030, e em 2015 foi sede da Conferência de Alto Nível sobre ODS em Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, na qual a "Declaração da Praia" foi adotada, destacando os desafios específicos dos Estados Insulares Africanos de Rendimento Médio (Pereira, 2019).

O processo de preparação para a nacionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Cabo Verde foi caracterizada por um esforço sistemático de envolvimento de vários atores a esfera nacional e internacional do país. As eleições legislativas de 2016 representaram um ponto de inflexão nesse processo, marcadas pela alternância de governo que reforçou a prioridade política conferida aos ODS. O governo recém-eleito articulou sua agenda de políticas públicas em alinhamento com as metas globais, incorporando dimensões de sustentabilidade em setores essenciais, como erradicação da pobreza, saúde, educação e preservação ambiental. Essa orientação estratégica foi acompanhada por medidas institucionais específicas, que buscavam tanto adaptar as metas globais ao contexto cabo-verdiano quanto instituir mecanismos de monitoramento e avaliação para assegurar a mensuração sistemática do progresso nacional frente às metas estipuladas.

Nos anos subsequentes, a continuidade governamental consolidou as bases institucionais e operacionais para a implementação dos ODS, favorecendo a estabilidade política necessária para a implementação de políticas de longo prazo. Essa estabilidade facilitou uma alocação mais eficiente de recursos e o fortalecimento de parcerias com organismos internacionais e a sociedade civil, fatores que ampliaram a capacidade do país para o processo de integração das metas globais em suas políticas públicas.

Analisaremos se o comprometimento político demonstrado pelo governo de Cabo Verde, se traduziu em ações concretas e estratégias inclusivas, para posicionar o país como uma referência no cenário internacional para os pequenos países insulares em desenvolvimento, no processo de tradução dos objetivos globais de desenvolvimento sustentável.

2.3. Delimitação do Tema

O presente trabalho, pretende analisar as complexidades, os desafios e as nuances do processo de nacionalização da Agenda 2030 das Nações Unidas, pelo Governo de Cabo Verde, explorando como o processo de internalização da Agenda 2030 das Nações Unidas se deu, e como o referencial teórico sobre a matéria poderá contribuir para uma melhor compreensão deste processo de difusão de políticas públicas. Esperando, não apenas lançar luzes que facilitam a compreensão sobre a convergência de políticas em diferentes regiões, mas igualmente promover uma abordagem mais integrada e colaborativa, para enfrentar os desafios globais, refletindo assim, a crescente interdependência entre as Políticas Públicas dos Estados e a Arena Internacional.

E ao estudar o processo de nacionalização da Agenda 2030 das Nações Unidas, pretende ainda analisar como Cabo Verde está construindo capacidades para transformar as metas dos ODS em políticas públicas, e como funciona os processos de coordenação dos atores envolvidos no processo de monitoramento e na adaptação das metas aos contextos locais e entender a contribuição das organizações internacionais nesse processo.

3. DESENHO DA PESQUISA

3.1. Pergunta de Pesquisa

Como o arranjo institucional estruturado pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) mobiliza capacidades estatais para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Cabo Verde, e de que forma o Sistema das Nações Unidas influencia esse processo?

3.2. Suposições da pesquisa

Esta pesquisa parte das seguintes suposições analíticas, que orientam a coleta, a análise e a interpretação dos dados:

Suposição 1: A implementação dos ODS em Cabo Verde mobiliza diferentes capacidades estatais no âmbito do arranjo institucional estruturado pelo PEDS.

Suposição 2: A implementação dos ODS ocorre por meio de um arranjo institucional colaborativo, no qual a coordenação entre atores públicos, sociedade civil e organizações internacionais influencia a implementação da Agenda 2030.

Suposição 3: O Sistema das Nações Unidas desempenha papel relevante na nacionalização e implementação dos ODS, contribuindo para o fortalecimento das capacidades estatais e para o alinhamento das políticas nacionais à Agenda 2030.

Estas suposições orientam a investigação de forma exploratória, constituindo pressupostos analíticos que orientam a coleta, a análise e a interpretação dos dados empíricos e documentais.

3.3. Objetivos

O objetivo de estudar a difusão de políticas públicas a nível transnacional, revela uma tentativa de estabelecer um vínculo entre o que acontece a nível global e as políticas públicas a nível nacional. No caso concreto, estabelecer uma ponte entre a Arena Internacional e a Arena Nacional, através do processo de nacionalização dos ODS em Cabo Verde.

A Governança Global favorece a abordagem de problemas complexos como são os estabelecidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que enformem a Agenda 2030 das Nações Unidas. A Governança Global ajuda a estabelecer normas e padrões internacionais e a promoção de políticas e práticas que facilitam aos Estados Nacionais a sua implementação. Contribui igualmente na facilitação e mobilização de recursos para a implementação de políticas públicas, a promoção de ajuda ao desenvolvimento, a facilitação de acordos, a promoção de investimentos em áreas que são cruciais para o desenvolvimento nacional dos Estados Membros.

As Nações Unidas, ao promover os ODS, oferece um fórum para a cooperação internacional, que permite a coordenação entre países, a colaboração em estratégias de implementação de políticas públicas e disponibiliza as capacidades, que muitas vezes os Estados, como Cabo Verde, não dispõem, para elaboração e implementação de políticas públicas tão complexos, exercendo igualmente a sua influência nas políticas públicas dos Estados Membros, como parte da estratégia de internacionalização da sua visão do mundo.

3.3.1 Objetivo Geral

Identificar e analisar os arranjos de implementação e as capacidades políticas necessárias ao processo de nacionalização dos ODS em Cabo Verde, destacando desafios e oportunidades, além do papel das organizações internacionais na coordenação e apoio à implementação.

3.3.2. Objetivos Específicos

- Identificar os principais arranjos institucionais e mecanismos de implementação dos ODS em Cabo Verde, destacando os processos de coordenação intersetorial e articulação entre governo, sociedade civil, e organizações internacionais.

- Analisar as capacidades de políticas públicas disponíveis em Cabo Verde para a formulação, coordenação e implementação de políticas públicas alinhadas aos ODS, identificando desafios e oportunidades.
- Avaliar o papel das organizações internacionais no fortalecimento das capacidades políticas e institucionais para a implementação dos ODS, bem como seu impacto na adaptação das metas globais ao contexto nacional.
- Propor recomendações para aprimorar os arranjos institucionais e o desenvolvimento de capacidades políticas em Cabo Verde, visando uma implementação mais eficaz e integrada dos ODS.

3.4. Justificativa

O papel das Organizações Internacionais (OIs) na difusão de políticas públicas é multifacetado e significativo, desempenhando um papel crucial na moldagem das políticas públicas a nível global. As OIs, como as Nações Unidas e suas agências, não se limitam apenas à governança do sistema internacional, mas estendem a sua influência para a esfera doméstica dos Estados Membros. Elas atuam como catalisadoras na adoção de políticas inovadoras e eficazes, promovendo a transferência de conhecimento e melhores práticas entre os países. Isso é realizado por meio de várias estratégias, incluindo a definição de agendas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que orientam, em diversos graus, as prioridades governamentais em todo o mundo.

Embora, tradicionalmente a análise das políticas públicas tenha-se concentrado nas arenas nacionais, ao analisar a dimensão internacional, incorporou-se uma visão dinâmica das Políticas Públicas, resultante de um conjunto de intercâmbios de agentes, em diferentes contextos, tornando importante ter atenção aos diálogos estabelecidos em arenas que ultrapassam as fronteiras nacionais, mas que tem impactos diretos na implementação das políticas públicas nacionais.

Como diplomata de um Pequeno País Insular em Desenvolvimento (SIDS), estudar como Cabo Verde vem incorporando a Agenda 2030 em suas políticas públicas é não apenas relevante, mas estratégico. Essa análise permite compreender como as dinâmicas globais podem ser traduzidas

em ações nacionais para promover o desenvolvimento sustentável. Ao focar no papel das Organizações Internacionais como agentes de difusão de políticas públicas, é possível explorar como essas instituições contribuem para superar os desafios específicos enfrentados pelos SIDS, como a escassez de recursos, as vulnerabilidades econômicas e climáticas, e as limitações institucionais. Além disso, ao investigar os arranjos de implementação utilizados por Cabo Verde, o estudo pode revelar as estratégias e parcerias que potencializam a capacidade do país de internalizar uma agenda global tão ambiciosa.

Para um diplomata cabo-verdiano, o tema é especialmente relevante, pois oferece a oportunidade de identificar caminhos para fortalecer a diplomacia do desenvolvimento do país e explorar o uso estratégico da Agenda 2030 como uma plataforma de promoção estratégica. Ao conectar a implementação nacional dos ODS com as dinâmicas internacionais, esta análise fornece ferramentas práticas e teóricas que podem orientar a ação diplomática de Cabo Verde em fóruns multilaterais, fortalecer sua voz nas negociações globais e garantir que o país continue a atrair apoio técnico e financeiro para enfrentar seus desafios estruturais. O tema oferece ainda um espaço único para refletir sobre como a integração entre políticas públicas nacionais e iniciativas globais pode posicionar Cabo Verde como um exemplo de inovação e resiliência e servir como um modelo de boas práticas para outros países em situações similares. Considero que o tema poderá ser relevante, tanto para a academia quanto para a prática diplomática e o desenvolvimento sustentável. A interseção entre Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento (SIDS), as Organizações Internacionais e a implementação da Agenda 2030 oferece um campo rico para análises que podem contribuir para o avanço teórico e prático no tema de desenvolvimento sustentável e governança global.

Constitui, igualmente, uma oportunidade de explorar a interação entre o Global e o Local, contribuindo para uma compreensão mais profunda e matizada das dinâmicas de políticas públicas em contexto globalizado, numa tentativa de analisar os contextos locais em que essa tradução aconteceu, destacando a importância das capacidades locais, para a adaptação e implementação de Políticas Globais.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1. Conceitos

A difusão de políticas públicas é um fenômeno multifacetado, moldado por uma ampla gama de fatores, incluindo dimensões geopolíticas, sociais, econômicas e culturais. Conforme destacado por Graham, Shipan e Volden (2012), esse processo ocorre quando as decisões políticas de um governo são sistematicamente influenciadas por escolhas previamente adotadas em outros contextos nacionais. Essas influências podem ser mediadas por organizações internacionais, atores transnacionais ou entidades privadas. Os autores observam que uma parcela significativa da literatura sobre difusão de políticas tende a concentrar-se nos atributos dos agentes que adotam novas iniciativas e nos padrões de disseminação, muitas vezes presumindo a existência de problemas universais que demandam respostas uniformes, independentemente de variáveis como ideologia partidária ou cultura política.

Dessa forma, destaca-se a importância de compreender os diferentes contextos e as implicações inerentes ao processo de difusão de políticas públicas. Isso inclui a análise dos motivos que impulsionam essa dinâmica, os atores envolvidos, os elementos transferidos e as origens das lições incorporadas.

Conforme Porto de Oliveira (2001), a difusão ocorre de maneira relativamente espontânea e descentralizada, configurando-se como um processo amplo que promove a disseminação de ideias sem necessariamente envolver uma intenção deliberada de adaptação direta. O autor associa esse fenômeno ao "contágio" de práticas políticas, em que países ou governos são influenciados pelas experiências de outros, mesmo sem um processo estruturado de transferência ou adaptação. Assim, a difusão de políticas públicas refere-se ao processo pelo qual ideias, práticas ou inovações políticas se propagam de um contexto para outro, configurando-se como um conceito abrangente que engloba as noções de transferência e tradução de políticas.

A transferência de políticas públicas, em contrapartida, caracteriza-se como um processo intencional e deliberado, no qual governos ou instituições buscam copiar ou adaptar políticas provenientes de outros contextos (Porto de Oliveira, 2021). Esse processo é frequentemente condicionado por fatores como compatibilidade cultural e institucional, capacidade administrativa e a percepção de êxito da política original no local de origem.

A literatura destaca que a transferência eficaz de políticas exige um esforço de adaptação e contextualização, considerando as especificidades locais. Trata-se de um processo que envolve aprendizado e uma análise criteriosa das políticas a serem importadas, com foco na adequação ao contexto receptor. Nesse sentido, a transferência pressupõe que os formuladores de políticas realizem uma busca ativa por exemplos bem-sucedidos, seja em outras regiões do mundo ou em suas próprias áreas de influência, para aplicá-los de forma ajustada às necessidades de suas jurisdições.

O modelo de Dolowitz e Marsh (2000), que popularizou o conceito de transferência de políticas, sugere que a transferência de políticas, varia ao longo de um contínuo de adoção voluntária e coercitiva e pode ser analisada como uma variável dependente ou independente. O modelo foca na análise dos seguintes elementos: a razão para se engajar na transferência de políticas, os agentes envolvidos no processo, o objeto transferido, a origem das lições aprendidas, o grau de transferência, as restrições e facilitações das transferências e o impacto da transferência no sucesso e fracasso das políticas.

O conceito de tradução de políticas públicas, tal como elaborado por Porto de Oliveira (2021), diz respeito ao processo pelo qual políticas públicas transferidas de um contexto para outro são reinterpretadas, ajustadas e modificadas para atender às especificidades locais. Diferentemente da mera transferência, que enfatiza o deslocamento de uma política de um local para outro, a tradução sublinha o caráter dinâmico e adaptativo desse processo, reconhecendo a necessidade de adequação às condições sociopolíticas, culturais e institucionais do novo contexto. Esse enfoque ressalta o papel ativo dos atores envolvidos, que reinterpretam e transformam as políticas para que estas possam ser implementadas de forma eficaz e legítima em diferentes realidades.

A tradução reconhece que políticas públicas não podem ser replicadas de maneira idêntica, pois precisam ser adequadas às particularidades de novos ambientes sociopolíticos e culturais. Segundo Porto de Oliveira (2021), a tradução de políticas públicas consiste na reinterpretação e modificação de políticas transferidas, considerando as características locais, sociais e políticas do contexto em que serão implementadas. Esse processo é indispensável para assegurar a eficácia das políticas em cenários diferentes daqueles onde foram originalmente concebidas.

Graham, Shipan e Volden (2012) destacam que a literatura sobre a difusão de políticas públicas frequentemente *privilegia a análise dos atributos dos agentes responsáveis pela adoção de novas medidas e dos padrões de disseminação das políticas*. Essa abordagem baseia-se na suposição de que problemas compartilhados entre diferentes contextos demandam soluções padronizadas, negligenciando, em grande medida, fatores como valores partidários, cultura política e outras características contextuais que podem influenciar significativamente tanto o processo de adoção quanto a eficácia das políticas implementadas. Essa perspectiva, embora útil para identificar tendências gerais, tende a desconsiderar as dinâmicas locais e as nuances associadas à diversidade institucional e cultural. Diante disso, os autores ressaltam a relevância de compreender os variados contextos em que a difusão ocorre, destacando a necessidade de analisar os motivos que impulsionam esse processo, os atores envolvidos, os elementos transferidos e as origens das lições que informam essas políticas.

A transferência e a difusão de políticas públicas desempenham um papel crucial na configuração das dinâmicas nacionais, refletindo a crescente interdependência entre contextos locais e globais. Como argumenta Porto de Oliveira (2021), esses processos não se limitam à transferência entre governos; eles envolvem também a circulação de políticas entre organizações de naturezas diversas — domésticas, internacionais, não governamentais, privadas, ou mesmo por meio de indivíduos que atuam como mediadores e tradutores dessas políticas em diferentes contextos. Essa ampla gama de agentes e estruturas de transferência reforça a complexidade do fenômeno, destacando que as políticas não apenas atravessam fronteiras, mas também são reinterpretadas e ajustadas conforme interagem com realidades locais, incluindo valores políticos, culturais e institucionais. Assim, a influência internacional é mediada por particularidades domésticas, produzindo resultados que raramente são uniformes, mas que revelam a necessidade de compreender as nuances locais como parte essencial dos processos de difusão.

Esses processos envolvem uma ampla gama de atores e níveis de governança, refletindo não apenas a simples adoção de políticas de outros contextos, mas também o esforço de adaptação e tradução dessas políticas para atender às particularidades locais, respondendo às demandas e expectativas específicas de cada contexto sociopolítico. O processo de tradução assume um papel central na difusão de políticas públicas, reconhecendo que estas não são simplesmente transplantadas como um bloco homogêneo. Em vez disso, o processo envolve a combinação e

adaptação de diferentes instrumentos e componentes oriundos de múltiplas fontes. Essa combinação reflete a necessidade de ajustar as políticas às especificidades do contexto local, levando em consideração variáveis como cultura política, capacidades institucionais e preferências dos atores envolvidos. A tradução, portanto, não apenas viabiliza a integração das políticas transferidas, mas também promove a criação de soluções híbridas, que articulam elementos globais e locais de maneira dinâmica e situada.

A compreensão desses processos é essencial para analisar como as políticas nacionais são influenciadas e como podem ser moldadas para atender às necessidades específicas de cada contexto nacional.

As políticas públicas são frequentemente reconfiguradas para se alinhar às especificidades locais, considerando normas, valores e estruturas institucionais. Esse processo de adaptação pode gerar resistência, reinterpretação e ajustes culturais durante a implementação em novos contextos nacionais. Nesse sentido, Porto de Oliveira (2021) apresenta o conceito de "*empreendedores da difusão*", atores que desempenham um papel crucial na promoção e implementação de políticas em níveis nacionais. Esses agentes atuam como catalisadores, facilitando a propagação de políticas e adaptando práticas internacionais às realidades locais.

A difusão de políticas, portanto, é compreendida como um processo dinâmico que transcende fronteiras nacionais, influenciando a formulação de políticas por meio de aprendizado transnacional, adaptação cultural e ação dos empreendedores da difusão. Esse processo reconfigura os cenários políticos nacionais ao incorporar tendências e práticas globais, ajustando-as às demandas locais.

Porto de Oliveira (2021) também enfatiza que a tradução e adaptação de políticas públicas são etapas interligadas, mas distintas, no ciclo de difusão de políticas. A tradução envolve reinterpretações e ajustes que moldam as políticas às particularidades locais, enquanto a adaptação reflete os esforços para integrar esses ajustes nas estruturas institucionais e culturais específicas. Essa perspectiva é especialmente relevante para países como Cabo Verde, que enfrenta o desafio de internalizar agendas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para Cabo Verde, a navegação entre demandas internacionais e especificidades locais requer estratégias que reconheçam suas capacidades institucionais e

fortaleçam sua identidade cultural. Assim, compreender essa dinâmica oferece não apenas a oportunidade de adaptar políticas globais ao contexto local, mas também de consolidar o papel do país na governança global, respeitando suas particularidades e reforçando sua presença diplomática.

Em síntese, a difusão de políticas, enquanto conceito abrangente, representa um processo dinâmico que ultrapassa fronteiras nacionais, moldando a formulação de políticas por meio do aprendizado transnacional, da adaptação cultural e da atuação de empreendedores da difusão. Esse processo reconfigura os cenários políticos nacionais, alinhando-os a tendências e práticas globais, ao mesmo tempo que considera as especificidades e demandas locais.

4.2. Capacidades Estatais e Transferência de Políticas Públicas

A análise das capacidades estatais tem assumido crescente relevância nos estudos de políticas públicas, ao buscar compreender não apenas a presença ou ausência de instituições, mas a qualidade efetiva da ação governamental. Wu, Ramesh e Howlett (2015) consolidaram um quadro teórico que distingue três dimensões fundamentais: a capacidade analítica, que corresponde à habilidade do Estado em coletar, processar e utilizar informação para definir problemas e formular políticas; a capacidade operacional, que se refere aos recursos administrativos, institucionais e humanos necessários para implementar programas; e a capacidade política, que envolve a construção de legitimidade, a negociação entre interesses divergentes e a coordenação entre atores estatais e não estatais. Este modelo tornou-se uma referência para a análise comparativa das competências governamentais, sobretudo pela sua aplicabilidade em contextos distintos de desenvolvimento.

Entretanto, autores têm destacado que este enquadramento, ainda que abrangente, permanece fortemente voltado para a dimensão doméstica do Estado, subestimando o fato de que, em contextos contemporâneos, a ação governamental é profundamente permeada pela difusão internacional de políticas. De acordo com Dolowitz e Marsh (2000), a transferência de políticas refere-se ao processo pelo qual conhecimento sobre políticas, instituições ou ideias em um determinado contexto é utilizado em outro. A literatura evidencia que tais transferências nunca ocorrem de forma mecânica, mas envolvem processos de adaptação, reinterpretação e tradução, frequentemente mediados por redes transnacionais de atores (Stone, 2012). Assim,

compreender as capacidades estatais em um mundo interdependente implica reconhecer não apenas a dimensão interna, mas também a habilidade dos governos em interagir com fluxos globais de ideias e modelos.

É nesse ponto que se insere a contribuição de Porto de Oliveira e Koga (2022), que propõem o conceito de capacidade de transferência de políticas (*policy transfer capacity*). Ao articular a literatura de capacidades estatais com os estudos sobre transferência, os autores sustentam que a efetividade da adoção de políticas internacionais depende da habilidade dos Estados em absorver, adaptar e internalizar agendas externas. Diferentemente do enfoque exclusivo nas capacidades analítica, operacional e política, a noção de *policy transfer capacity* coloca em evidência a dimensão transnacional da ação pública, sublinhando que indivíduos, organizações e sistemas operam conjuntamente na internalização de modelos globais. Essa perspectiva amplia o quadro analítico de Wu et al. (2015), ao reconhecer que a construção de capacidades não se limita à gestão interna, mas envolve também a mediação de fluxos internacionais de políticas.

Essa proposta é particularmente relevante para o estudo de países em desenvolvimento e de pequeno porte, como Cabo Verde, que frequentemente se veem diante do desafio de alinhar prioridades nacionais com agendas globais. No caso específico da Agenda 2030, observa-se que a nacionalização dos ODS em Cabo Verde ocorreu sobretudo pela via da integração no Programa Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), o que demonstra não apenas a presença de capacidades analíticas (na definição de metas e indicadores), operacionais (na execução de programas) e políticas (na legitimação e coordenação entre atores), mas também a mobilização de uma quarta capacidade: a de transferência e adaptação de políticas globais. Ao internalizar a Agenda 2030 como eixo estruturante do seu sistema de planificação, o Estado cabo-verdiano exemplifica o processo descrito por Porto de Oliveira e Koga (2022), no qual o sucesso de uma agenda internacional depende da capacidade de traduzir normas globais em instrumentos domésticos de governança.

Portanto, a revisão da literatura sugere que a análise do arranjo institucional da nacionalização dos ODS em Cabo Verde pode beneficiar-se de uma abordagem híbrida: por um lado, utilizando o modelo consolidado de Wu, Ramesh e Howlett (2015), que permite avaliar dimensões clássicas das capacidades estatais; por outro, incorporando o aporte de Porto de Oliveira e Koga

(2022), que introduzem a noção de *policy transfer capacity* como chave para compreender os desafios contemporâneos de países que operam na interseção entre políticas nacionais e agendas internacionais. Essa articulação amplia a compreensão teórica sobre como os Estados lidam com a difusão global de políticas, ao mesmo tempo em que oferece um enquadramento analítico consistente para interpretar a experiência cabo-verdiana com a Agenda 2030.

4.3. O Papel das Organizações Internacionais no Processo de Difusão de Políticas Públicas

Nas últimas décadas, as Organizações Internacionais (OIs) têm se multiplicado em número e ampliado significativamente sua diversidade de atribuições, interesses e áreas de atuação. Além de desempenharem funções no sistema internacional e na governança global, as OIs passaram a exercer influência direta sobre as políticas públicas domésticas de seus Estados Membros, utilizando uma variedade de estratégias e objetivos para impactar a formulação e implementação dessas políticas.

Conforme Faria (2018), esse fenômeno é analisado por meio de uma literatura acadêmica ainda escassa, que aborda as OIs como agentes difusores de políticas públicas, ou na linguagem de Porto de Oliveira (2021) empreendedores da difusão. A análise foca nos objetivos dessas organizações, nas formas de ação e nos instrumentos que utilizam para orientar e influenciar o desempenho doméstico dos Estados Membros. Nesse contexto, a difusão internacional de políticas públicas, enquanto processo de disseminação de ideias e práticas entre diferentes países e contextos, tornou-se central na agenda contemporânea de políticas globais. Um exemplo notável é a difusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados pela ONU em 2015, que estabelecem uma agenda universal com metas a serem alcançadas até 2030.

As OIs exercem influência ao longo de todo o ciclo de produção de políticas públicas, desde a definição de agendas até a formulação, implementação e avaliação das políticas. A aprovação unânime da Agenda 2030 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, seguida pela sua incorporação nas políticas nacionais de muitos países, ilustra claramente como as OIs podem catalisar a adoção de políticas públicas inovadoras. De acordo com Porto de Oliveira (2018), as OIs promovem a transferência de conhecimento e de melhores práticas entre os países, atuando

como facilitadoras no compartilhamento de experiências bem-sucedidas. Essa influência é exercida por meio de estratégias diversas, incluindo a definição de agendas globais que orientam as prioridades de governos ao redor do mundo.

No entanto, o conceito de "políticas públicas globais" é alvo de debate acadêmico. Faria (2018) questiona sua pertinência quando analisado sob perspectivas mais tradicionais e estadocêntricas de política pública. Ainda assim, muitas políticas podem ser consideradas "globais" quando desenvolvidas, difundidas e implementadas com o envolvimento direto de atores e coalizões globais, operando em múltiplos níveis de governança.

No âmbito da difusão de políticas públicas, Porto de Oliveira (2021) destaca a importância de distinguir entre convergência e difusão. Enquanto a convergência é o resultado de políticas semelhantes em diferentes contextos, a difusão é o processo pelo qual as decisões políticas se tornam interdependentes. Nesse processo, as OIs frequentemente desempenham o papel de "bancos de melhores práticas", compartilhando informações sobre políticas bem-sucedidas e promovendo sua adaptação em novos contextos. Dessa forma, as OIs se posicionam como atores centrais na dinâmica de difusão, moldando as políticas públicas domésticas a partir de tendências e prioridades globais.

Dolowitz e Marsh (2000) ilustram os desafios práticos associados à implementação de políticas transferidas, destacando a necessidade de adaptá-las às realidades locais e às especificidades culturais e institucionais. Segundo os autores, as "prescrições globais" promovidas por organizações internacionais frequentemente requerem ajustes para incorporar elementos culturais e contextuais de caráter nacional ou local. Esse processo de adaptação ocorre por meio de uma tradução das políticas, resultando em novas configurações de instrumentos adaptados às culturas locais.

Para Dolowitz e Marsh, a transferência de políticas pode variar entre adoção voluntária e coercitiva, dependendo das forças que influenciam o processo. Entre os principais mecanismos identificados na literatura, destacam-se a coerção, que ocorre quando há uma imposição externa para a adoção de políticas, e a construção social, que envolve a influência de normas e valores compartilhados. Essas forças atuam frequentemente nas arenas internacionais, que são espaços de negociação onde o financiamento de projetos, os acordos de cooperação e a disseminação

de melhores práticas se articulam. Nessas arenas, os agentes negociam e frequentemente chegam a consensos em torno de políticas públicas globais.

O modelo desenvolvido por Dolowitz e Marsh (1996) oferece uma análise detalhada da transferência de políticas, abordando as motivações, os mecanismos e os resultados desse processo. No contexto contemporâneo, onde políticas são frequentemente replicadas ou adaptadas, o modelo contribui para compreender por que certas políticas são selecionadas para transferência e como sua adaptação pode ser realizada com sucesso.

Nesse sentido, torna-se relevante analisar como uma política concebida em um determinado contexto foi ajustada para outro. Por exemplo, entender como uma agenda global, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), idealizada pelas Nações Unidas para orientar os Estados Membros, foi internalizada nas políticas públicas de um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (SIDS), como Cabo Verde. Essa análise é particularmente importante considerando os desafios impostos por recursos humanos e financeiros limitados, evidenciando a necessidade de estratégias criativas para alinhar as metas globais às capacidades locais.

Segundo Rose (1991), no contexto de crescente globalização, um aspecto essencial na análise da transferência de políticas é o processo de aprendizagem de lições. O autor argumenta que a transferência eficaz de políticas não se limita à mera reprodução de modelos existentes, mas exige uma compreensão profunda das condições subjacentes e uma adaptação cuidadosa às novas realidades.

No caso específico de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), como Cabo Verde, a Política Externa desempenha um papel estratégico na busca de desenvolvimento sustentável, com a Cooperação para o Desenvolvimento ocupando uma posição central nessas iniciativas. Nesse contexto, a transferência de políticas pode ser interpretada como uma estratégia de "soft power" empregada por Organizações Internacionais (OIs), que buscam não apenas disseminar suas políticas, mas também influenciar a formulação de políticas públicas nos Estados Membros como forma de promover sua visão de mundo.

Esses fatores evidenciam a complexidade e a interconectividade intrínsecas ao processo de transferência e difusão de políticas públicas em um cenário internacional mediado pelas OIs. Tais processos não apenas refletem as dinâmicas de poder e influência cultural, mas também envolvem interações transnacionais e estratégias de negociação que moldam como as políticas são compartilhadas, reinterpretadas e implementadas em diferentes contextos.

O que destaca a necessidade de uma abordagem multifacetada e sensível ao contexto, que considere as diferenças culturais, institucionais e políticas, além dos desafios práticos de adaptação e implementação. Uma análise cuidadosa dessas dinâmicas pode oferecer contribuições sobre como políticas globais podem ser adequadamente ajustadas às especificidades locais, maximizando sua eficácia em contextos diversos e promovendo um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

4.4. A Nacionalização da Agenda 2030 das Nações Unidas e a sua Relação com as Capacidades Estatais

A nacionalização da Agenda 2030 das Nações Unidas, concebida como uma estratégia global para a erradicação da pobreza, exige dos Estados uma ampla gama de capacidades para sua implementação e coordenação. A pobreza, considerada um wicked problem devido à sua complexidade e à interdependência com outros problemas sociais, econômicos e políticos, representa um dos maiores desafios da contemporaneidade. Assim, as estratégias adotadas pela ONU e os obstáculos enfrentados nesse processo são particularmente relevantes, especialmente para países em desenvolvimento que frequentemente enfrentam limitações significativas em suas capacidades estatais para implementar uma agenda de tal magnitude.

Nesse contexto, os conceitos de difusão, transferência e tradução de políticas públicas tornam-se cruciais para compreender o processo de adaptação e internalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos contextos nacionais. O alcance satisfatório da implementação dos ODS dependerá, em grande medida, das capacidades estatais de cada país e da efetividade dos arranjos institucionais que sejam mobilizados para traduzir as metas globais em iniciativas ajustadas às especificidades locais. Espera-se que tal articulação seja conduzida com sensibilidade às realidades nacionais, promovendo adaptações inovadoras e sustentáveis.

Os arranjos de governança são projetados para desempenhar um papel crucial na coordenação de políticas públicas, particularmente na articulação entre governos nacionais e a ONU para viabilizar a Agenda 2030. Almeja-se que arranjos bem estruturados e eficazes contribuam significativamente para o fortalecimento dos mecanismos institucionais, ampliando a capacidade dos Estados de implementar as metas dos ODS de forma eficiente. Por outro lado, observa-se o risco de que arranjos pouco claros ou sub-otimizados venham a dificultar o progresso, sendo desejável que esforços sejam direcionados para minimizar tais vulnerabilidades.

Cavalcante e Pires (2018) destacam que, ao se referir aos arranjos de implementação de uma política pública, o foco está no modelo específico de governança envolvido na condução dessa política, e não em teorias abstratas ou prescritivas. Esses arranjos podem ser considerados como instituições, uma vez que definem competências, recursos e alocam poder aos agentes responsáveis pela implementação, além de estabelecer margens de discricionariedade para os diferentes atores envolvidos no processo.

A implementação dos ODS poderá requerer não apenas capacidade técnica e administrativa, mas também coordenação intersetorial e interinstitucional, o que desafia países com limitações estruturais e recursos escassos. Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), como Cabo Verde, enfrentam desafios específicos nesse sentido, incluindo restrições financeiras, dependência de cooperação internacional e fragilidades institucionais.

Por outro lado, a implementação bem-sucedida da Agenda 2030 apresenta a oportunidade de fortalecer arranjos institucionais, promover inovações políticas e integrar os ODS às prioridades nacionais de desenvolvimento. Assim, os arranjos de governança e as capacidades estatais não apenas determinam a eficácia da implementação dos ODS, mas também refletem a habilidade dos governos em articular políticas públicas globais com demandas e realidades locais.

À luz de uma perspectiva relacional aplicada, espera-se que os processos de (des)ativação de capacidades estatais possa ser mais bem compreendidos a partir da análise dos arranjos de implementação. Segundo Pires e Gomide (2018), esses arranjos configuram-se de forma relacional, reunindo diversos atores envolvidos na implementação de uma política pública específica, com instrumentos que idealmente definiriam modos eficazes e coerentes de

coordenação. Tais arranjos de governança são fundamentais para estabelecer mecanismos que promovam a interação eficiente entre os diversos atores envolvidos, fortalecendo a capacidade burocrática dos Estados para desempenhar o papel de coordenadores e garantidores da coerência das políticas públicas em nível nacional.

No contexto das Nações Unidas (ONU), a governança global apresenta vantagens decorrentes de seu mandato internacional e de sua ampla representatividade. A ONU possui a capacidade única de reunir Estados Membros, instituições multilaterais, organizações não governamentais e atores do setor privado em torno de objetivos comuns, como a mitigação da pobreza global. Por meio da implementação de iniciativas como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a ONU oferece uma plataforma unificadora que, embora enfrente desafios práticos, promove a ação coordenada em escala global, influencia normas, facilita a formação de consensos internacionais e auxilia na mobilização de recursos.

Tais iniciativas têm o potencial de oferecer vantagens significativas, particularmente para pequenos Estados em desenvolvimento, como os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS). Espera-se que a colaboração com organizações internacionais, como a ONU, venha a desempenhar um papel estratégico no fortalecimento das capacidades nacionais voltadas à formulação e implementação de políticas públicas. Por meio de seus organismos e programas, vislumbra-se que essas organizações possam suprir lacunas estruturais e operacionais da burocracia local, fomentando uma maior eficácia na adaptação às demandas globais. Além disso, tais parcerias frequentemente atuam como catalisadoras para a mobilização de recursos adicionais, seja por meio de investimentos diretos, linhas de financiamento internacional ou a promoção de parcerias público-privadas. Essa articulação poderia contribuir para que os Estados enfrentem suas limitações internas e ampliem sua capacidade de executar programas de alto impacto social e econômico, promovendo, ao mesmo tempo, o alinhamento com agendas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Dessa forma, os arranjos de governança e a cooperação internacional poderá desempenhar um papel estratégico na criação de condições para o fortalecimento institucional, na mitigação das limitações estruturais e no alcance de metas globais, como as propostas pela Agenda 2030.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável representa uma estratégia abrangente e interconectada para enfrentar a pobreza e promover a igualdade social em escala global. Para

os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), a implementação dessa agenda exige não apenas compromisso político, mas também uma capacidade burocrática robusta, definida como a habilidade de formular, implementar e administrar políticas públicas de forma eficiente e eficaz. A complexidade e a abordagem multidimensional exigidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) tornam essencial a análise da capacidade administrativa desses Estados, bem como as vantagens de sua cooperação com as Nações Unidas.

A difusão dos ODS ocorre de maneira ampla e descentralizada, impulsionada pela ONU e por outras instituições internacionais que promovem a disseminação das metas entre os países. Esse movimento global reflete uma tentativa de influenciar os governos nacionais a incorporarem os ODS em suas agendas políticas, criando um ambiente favorável à sua adoção. A pressão internacional, combinada com a visibilidade das metas nos discursos globais, estimula os países a se alinhar com as tendências globais e a demonstrar compromisso com o desenvolvimento sustentável. Essa etapa de difusão reforça a importância de os governos nacionais compreenderem os ODS como parte de uma agenda coletiva, cujo sucesso depende da adesão de todos os seus membros.

A transferência dos ODS, enquanto processo deliberado, envolve a adaptação de uma agenda global para a realidade específica de um país. Nesse contexto, os governos assumem o compromisso não apenas de endossar os objetivos globais, mas de internalizá-los, adaptando-os às suas prioridades e capacidades. A transferência frequentemente envolve o aprendizado a partir de experiências internacionais bem-sucedidas e a incorporação de políticas recomendadas por organismos multilaterais.

No entanto, o processo de internalização dos ODS parece demandar capacidades estatais que sejam capazes de sustentar essa adaptação. Entre essas capacidades, destacam-se a importância de instituições governamentais eficientes, a possibilidade de coordenação entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade, e a mobilização de recursos financeiros e humanos que possam apoiar a implementação. Sem essas condições, é provável que os países enfrentem desafios significativos para traduzir as metas globais em políticas públicas adaptadas às suas realidades.

A etapa da tradução das metas globais para os contextos nacionais poderá representar um momento no qual as capacidades estatais tendem a se tornar ainda mais evidentes. Nesse processo, a internalização dos ODS poderá ocorrer por meio de uma adaptação estratégica que considera as particularidades políticas, econômicas, sociais e culturais de cada país. Mais do que a mera incorporação formal das metas globais, é desejável que esse esforço envolva o alinhamento dos compromissos internacionais às prioridades nacionais, que poderá resultar em uma implementação de forma contextualizada. Para que esse processo se desenvolva de maneira eficaz, a articulação entre múltiplos atores – incluindo governos, sociedade civil e setor privado – apresenta-se como um fator relevante, assim como o fortalecimento das capacidades institucionais para integrar os ODS aos instrumentos e estratégias de políticas públicas. A liderança estatal, exercida de forma colaborativa e sustentada por um planejamento estratégico consistente, poderá favorecer a adaptação dos ODS às realidades locais, promovendo um alinhamento estruturado entre os desafios e oportunidades do país.

Por sua vez, os arranjos de implementação dos ODS em nível nacional têm potencial para desempenhar um papel central na coordenação e articulação das ações voltadas ao alcance das metas estabelecidas. Nesse sentido, sua efetividade poderá ser fortalecida por meio de uma governança intergovernamental que promova maior coesão e alinhamento entre diferentes níveis administrativos, assim como por um planejamento estratégico capaz de definir prioridades claras e diretrizes operacionais para a execução das políticas. A adoção de mecanismos robustos de monitoramento e avaliação contribui para o acompanhamento contínuo do progresso e fomenta a accountability dos atores envolvidos. Estratégias integradas e adaptáveis, aliadas a uma coordenação institucional eficiente, favorecem uma implementação mais estruturada dos ODS, estimulando a sinergia entre os compromissos globais e as necessidades nacionais.

No caso dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), a mobilização de capacidades estatais surge como uma oportunidade para lidar com a complexidade de uma agenda transversal. Essa agenda parece demandar uma abordagem integrada que contemple áreas como saúde, educação, meio ambiente e economia. A cooperação com a ONU é frequentemente vista como uma plataforma estratégica que pode apoiar os SIDS na superação de desafios estruturais. A assistência técnica, financeira e institucional oferecida nesse contexto tem o potencial de fortalecer as capacidades nacionais e de facilitar a integração das metas

globais às políticas locais. Esse tipo de colaboração é frequentemente percebido como uma via para promover resultados mais sustentáveis e ajustados às especificidades de cada país.

4.4.1. As Capacidades Estatais e a Implementação dos ODS

A nacionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) exemplifica a difusão internacional de políticas públicas, evidenciando a centralidade das capacidades estatais na implementação efetiva dessas metas. Esse processo transcende a mera adoção formal dos objetivos globais, exigindo sua adaptação, operacionalização e execução de maneira alinhada às especificidades locais. No caso de Cabo Verde, a implementação da Agenda 2030 requer um aparato institucional preparado para enfrentar desafios complexos de desenvolvimento sustentável, por meio de uma administração pública funcional, eficiente e orientada para resultados.

Os estudos sobre capacidades estatais evoluíram substancialmente ao longo do tempo, passando de enfoques predominantemente na burocracia para perspectivas mais abrangentes que consideram a interação entre o Estado e a sociedade. Esta seleção explora a trajetória conceitual das capacidades estatais, destacando o papel das capacidades políticas como elemento central para a implementação de políticas públicas complexas, como os ODS.

As Capacidades estatais estão frequentemente associadas à governança, entendida como o arranjo institucional que aumenta a capacidade do Estado de produzir eficiência e legitimidade em sistemas políticos (Peters & Pierre, 2008). Os estudos iniciais sobre capacidades estatais enfatizaram a importância de estruturas burocráticas robustas e eficientes, posicionando a administração pública como o principal pilar da ação estatal.

Entretanto, autores como Rhodes (2007, 2012) ampliaram essa visão ao introduzir a ideia de governança como uma capacidade relacional, destacando a necessidade de o Estado construir redes que promovam a interação entre múltiplos atores. Essa abordagem reconhece que, para implementar políticas públicas complexas, como os ODS, é fundamental integrar capacidades administrativas com habilidades relacionais e colaborativas, facilitando a coordenação entre governo, sociedade civil e setor privado.

Os ODS representam um conjunto de metas interconectadas que demandam uma abordagem intersetorial, integrando diferentes áreas de política pública. Para atender a essas exigências, o Estado precisa desenvolver diversas dimensões de capacidade, conforme defendido por Wu et

al. (2015), que identificam três categorias principais: Capacidades analíticas: Habilidade de interpretar e traduzir dados e informações em estratégias concretas que direcionem a ação estatal em alinhamento com as metas globais e as prioridades nacionais. Capacidades gerenciais: Competência para organizar e coordenar recursos financeiros, humanos e institucionais, promovendo eficiência e eficácia na implementação de políticas. E, Capacidades políticas: Capacidade de articular interesses, negociar consensos e construir coalizões entre atores estatais e não estatais, assegurando legitimidade e apoio às políticas públicas.

A implementação dos ODS em Cabo Verde requer que o país mobilize essas capacidades de maneira integrada, considerando suas particularidades enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (SIDS). A dependência de recursos externos e a limitação de capacidades administrativas representam desafios significativos. No entanto, por meio de estratégias de cooperação internacional e da construção de arranjos institucionais eficazes, é possível transformar essas limitações em oportunidades para fortalecer capacidades locais. Assim, a construção de capacidades estatais para a Agenda 2030 não se limita ao fortalecimento técnico-administrativo, mas envolve também a habilidade de engajar diferentes setores da sociedade e adaptar as metas globais ao contexto local. Esse esforço é crucial para garantir que a implementação dos ODS não apenas atenda às exigências internacionais, mas também promova benefícios tangíveis e sustentáveis para a população local.

As capacidades políticas, entendidas como o conjunto de habilidades e recursos que permitem ao Estado planejar, negociar e implementar políticas públicas (Koga et al, 2020) deverá ocupar um papel central na implementação dos ODS. Elas transcendem a dimensão técnica da administração pública, destacando a habilidade do Estado em mediar interesses diversos e mobilizar recursos de forma estratégica (Wu et al., 2015). As capacidades políticas têm sido amplamente discutidas como um elemento indispensável para a implementação de políticas públicas complexas, incluindo a nacionalização e operacionalização dos ODS. Este conceito abrange o conjunto de habilidades, recursos e condições institucionais que capacitam o Estado a planejar, negociar, implementar e monitorar políticas públicas de forma eficaz (Wu et al., 2015). Mais do que uma competência técnica ou burocrática, as capacidades políticas destacam a dimensão relacional e estratégica do Estado em interagir e alinhar interesses entre diferentes atores da sociedade e do governo.

A capacidade política não pode ser dissociada da autonomia das instituições estatais, um aspecto destacado por Fukuyama (2013). Para que as instituições públicas possam desempenhar

suas funções de maneira eficaz, elas precisam operar com um grau adequado de autonomia em relação a pressões políticas externas. Isso não significa isolamento, mas sim a capacidade de agir de forma estratégica e informada em evidências, minimizando interferências indevidas que possam comprometer a execução das políticas.

Em Cabo Verde, a autonomia institucional poderá representar um desafio, especialmente considerando a dependência de recursos externos. Levanta-se a hipótese de que o fortalecimento das capacidades políticas esteja relacionado ao aprimoramento do ambiente institucional, onde as decisões possam ser fundamentadas não apenas em análises técnicas, mas também em uma leitura sensível das dinâmicas políticas e do envolvimento de múltiplos atores. Nesse sentido, torna-se pertinente explorar se o desenvolvimento de competências relacionais e analíticas pelo Estado pode favorecer a articulação de políticas intersetoriais e a construção de consensos entre diferentes agentes. A forma como esses fatores interagem poderá influenciar a coordenação das políticas públicas voltadas para os ODS, bem como a capacidade do país de alinhar as suas estratégias de desenvolvimento às especificidades do seu contexto institucional e econômico.

As políticas públicas complexas, como as relacionadas aos ODS, requerem capacidades políticas que vão além das tradicionais funções administrativas. A habilidade do Estado em planejar e executar políticas intersetoriais depende de sua capacidade de articular agendas transversais, coordenar instrumentos de política e integrar diferentes níveis de governança (Howlett & Saguin, 2018). Essa abordagem demanda que as capacidades analíticas, gerenciais e políticas operem de forma integrada, para promover a coerência nas políticas e eficiência na alocação de recursos.

Num contexto de limitação de recursos limitados, a eficácia da coordenação estatal poderá estar vinculada à capacidade de liderança estratégica, apta a estimular parcerias e fortalecer redes colaborativas. Nesse cenário, a possibilidade de identificação de padrões de excelência na administração pública desponta como caminhos promissores para a disseminação de boas práticas e o fortalecimento de sinergias institucionais, elementos que poderão desempenhar um papel significativo na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A implementação dos ODS no contexto cabo-verdiano poderá vir a revelar-se como um processo repleto de desafios e oportunidades. Entre os desafios habitualmente associados ao país, destaca-se a constante busca por capacitação técnica e pela ampliação dos recursos financeiros e humanos disponíveis, aspectos que frequentemente limitam as ações estatais em

contextos de recursos escassos. Ao mesmo tempo, vislumbrem-se nas parcerias estratégicas com organizações internacionais oportunidades para fortalecer capacidades analíticas e gerenciais, que poderão possibilitar a tradução de metas globais em políticas públicas que reflitam melhor as especificidades locais. Pode-se conjecturar que a integração das metas globais às realidades nacionais do país venha a funcionar como um estímulo para reestruturar modelos burocráticos, incentivar práticas inovadoras de governança e, por fim, destacar Cabo Verde como um exemplo notável de adaptação sustentável no contexto africano e dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).

A literatura aponta para a centralidade das capacidades estatais na implementação de políticas públicas de grande envergadura, como os ODS. Em Cabo Verde, o fortalecimento das capacidades para implementação de políticas públicas, parece especialmente estratégico, pois ela desempenha um papel crucial na articulação de redes colaborativas, na mobilização de recursos e na promoção de uma maior coerência entre as agendas globais e as demandas locais. Nesse sentido, verificaremos se o arranjo de implementação dos ODS no país, pode vista como uma plataforma que articula capacidades analíticas, gerenciais e políticas de forma interdependente, com destaque para o papel da Coordenação Nacional dos ODS. Se essa estrutura tem o potencial de promover a integração de agendas, minimizar sobreposições de esforços e fortalecer a coerência entre setores, ao mesmo tempo em que fomenta redes colaborativas internas e externas. Se a autonomia institucional da coordenação poderá ser considerada um fator relevante na garantia da imparcialidade das articulações e reduzir os riscos de fragmentação das políticas.

Estudos futuros poderão investigar como a colaboração com parceiros internacionais e a abordagem participativa envolvendo comunidades locais têm contribuído para adaptar as metas globais às realidades nacionais.

Com base na premissa de que as capacidades políticas em Cabo Verde são determinantes no processo de nacionalização dos ODS, a pesquisa proporá suposições que orientem a análise das interações entre arranjos institucionais, capacidades estatais e os desafios e oportunidades apresentados pela Agenda 2030, e tentará lançar pistas sobre a contribuição das Organizações internacionais nesse processo.

5. METODOLOGIA

Este trabalho pretende ser um estudo teórico-empírico descritivo, utilizando a metodologia do Estudo de Caso. Segundo YIN (2016), *Estudo de Caso é uma estratégia de pesquisa para a investigação empírica de fenômenos contemporâneos, dentro do seu contexto de vida real, nas situações em que fenômeno e contexto não estejam claramente distinguidos.*

Cabo Verde será tratado como um estudo de caso único e instrumental, dado seu contexto específico como um pequeno Estado insular em desenvolvimento com recursos limitados, mas com forte compromisso com a Agenda 2030.

A escolha da metodologia do Estudo de Caso, fundamenta-se no fato de ela se caracterizar pela aplicação de métodos interpretativos ou de natureza qualitativa, onde os resultados da pesquisa “*possibilitam a generalidade analítica baseada na observação de um ou mais casos*”, e pelo fato de o Estudo de Caso “*permitir a utilização de múltiplas fontes de evidências e técnicas de pesquisa*” Rodrigues, 2023.

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa com elementos exploratórios e descritivos, considerando a complexidade do tema e a necessidade de aprofundar a compreensão sobre o papel das capacidades de produção de políticas no contexto cabo-verdiano. Essa abordagem permitirá identificar dinâmicas institucionais, relações entre atores e barreiras enfrentadas no processo de implementação dos ODS.

Ao definir a metodologia do estudo de caso sobre a nacionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Cabo Verde, adotou-se uma abordagem orientada à análise aprofundada dos arranjos institucionais mobilizados pelo Estado nesse processo. O caso em estudo centrou-se, assim, nos mecanismos e nas estruturas institucionais utilizados pelo Governo de Cabo Verde para integrar os ODS ao sistema nacional de planeamento, permitindo examinar de forma detalhada como esses arranjos foram concebidos, operacionalizados e articulados entre diferentes atores. Essa opção metodológica possibilitou compreender as dinâmicas institucionais e as interações estabelecidas no contexto cabo-verdiano, bem como o modo como influenciaram o processo de nacionalização da Agenda 2030.

5.1. Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados

A presente investigação adotou uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e analítica, com o objetivo de compreender os arranjos institucionais, as capacidades estatais e os processos de governança associados à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS) em Cabo Verde. A coleta de dados foi realizada a partir da combinação de fontes documentais e entrevistas, permitindo uma leitura integrada entre o desenho formal das políticas públicas e as percepções dos atores envolvidos na sua implementação. Essa estratégia metodológica possibilitou captar tanto os marcos institucionais e normativos que estruturam a nacionalização dos ODS quanto as dinâmicas práticas e interpretativas que emergem no processo de execução das políticas.

Os instrumentos de coleta de dados incluíram a análise documental de planos estratégicos, instrumentos normativos e relatórios oficiais, com destaque para os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Sustentável (PEDS I e II), bem como a realização de entrevistas semiestruturadas com atores institucionais-chave, representantes de organismos internacionais e membros da sociedade civil. A combinação desses instrumentos permitiu a triangulação dos dados, fortalecendo a consistência analítica do estudo e contribuindo para a validação das interpretações produzidas. As entrevistas foram concebidas a partir de um roteiro alinhado ao referencial teórico adotado (conforme anexo I), assegurando a comparabilidade das respostas e a articulação entre evidências empíricas e categorias analíticas previamente definidas.

5.2. Coleta de Dados: Revisão de Documentos

A análise documental constituiu uma das principais estratégias metodológicas empregadas nesta pesquisa, com o objetivo de compreender o arranjo institucional e as capacidades mobilizadas por Cabo Verde no processo de nacionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este processo incluiu a identificação e recolha de documentos relevantes, provenientes de portais governamentais, publicações do Instituto Nacional de Estatística, relatórios ministeriais, arquivos dos PEDS e demais atos normativos, seguida de uma leitura flutuante, destinada a mapear atores, instrumentos, mecanismos institucionais e referências explícitas aos ODS.

Esta análise teve como objetivo compreender o arranjo institucional estabelecido para a implementação da Agenda 2030 em Cabo Verde, bem como os recursos administrativos, normativos e operacionais mobilizados ao longo deste processo. Para tanto, adoptou-se como principal estratégia metodológica a revisão de documentos oficiais, incluindo a legislação que institui o Sistema Nacional de Planeamento, os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Sustentável (PEDS I e PEDS II), os Relatórios Nacionais Voluntários (VNR) submetidos às Nações Unidas, além de marcos legais e normativos correlatos que orientam a formulação e a execução de políticas públicas no país.

A investigação cobriu o período compreendido entre 2016 a 2025, correspondente a vigência da implementação da Agenda 2030 e às fases de implementação dos dois principais instrumentos de planeamento nacional: o PEDS I, que abrangeu o período de 2017 a 2021, e o PEDS II, cuja vigência estende-se de 2022 a 2026. Esses dois ciclos de planeamento estratégico constituem os marcos estruturantes da integração dos ODS nas políticas públicas cabo-verdiana, refletindo as prioridades nacionais e os compromissos internacionais assumidos pelo país.

A partir da análise desses documentos, buscou-se identificar os mecanismos de coordenação interinstitucional, os atores envolvidos, os níveis de articulação entre os setores e escalas de governo, bem como os principais desafios enfrentados no processo de nacionalização dos ODS.

O processo da análise documental, seguiu as seguintes etapas:

Levantamento das fontes, com a identificação e recolha de documentos relevantes junto de bases oficiais (portais governamentais, publicações do Instituto Nacional de Estatística, relatórios ministeriais, arquivos do PEDS e atos normativos).

Leitura flutuante e pré - análise, partindo de uma leitura exploratória para mapear seções, atores, instrumentos e referências explícitas aos ODS.

Codificação temática, passando pela classificação de trechos com base nas categorias analíticas do referencial teórico, especialmente capacidades políticas segundo Wu, Ramesh & Howlett (2015) e governança colaborativa (Ansell & Gash, 2008).

Extração de evidências, com o registo sistemático de trechos, e descrições que demonstram a presença ou ausência de elementos-chave do arranjo institucional.

Síntese interpretativa, para cada dimensão identificada, articulando evidências documentais com suposições analíticas e questões a explorar nas entrevistas.

5.3. Coleta de Dados: Realização das Entrevistas

As entrevistas foram concebidas como uma etapa empírica complementar à análise documental, com o objetivo de aprofundar a compreensão do funcionamento efetivo das capacidades estatais mobilizadas na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Cabo Verde. Enquanto a análise documental permitiu identificar a arquitetura formal do sistema nacional de planeamento, os instrumentos normativos e os mecanismos de coordenação previstos nos marcos estratégicos, as entrevistas possibilitaram examinar como esses

dispositivos se materializaram na prática, a partir da experiência dos atores diretamente envolvidos no processo.

Por meio do diálogo com atores institucionais e sociais, a investigação procurou analisar a coerência entre o arranjo normativo delineado nos documentos oficiais e o funcionamento prático das capacidades analíticas, operacionais, políticas e de adaptação/transferência do Estado e dos seus parceiros. As entrevistas permitiram, assim, captar percepções, desafios e dinâmicas de coordenação e colaboração que não se revelam exclusivamente pela via documental, funcionando como instrumento de validação e de aprofundamento empírico da análise do arranjo institucional da Agenda 2030 no contexto cabo-verdiano.

Optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, por se tratar de um formato compatível com a natureza exploratória e interpretativa do estudo. Este modelo permitiu assegurar a comparabilidade das respostas em torno de eixos analíticos previamente definidos, ao mesmo tempo em que ofereceu flexibilidade para que os entrevistados desenvolvessem livremente as suas percepções e experiências. Dessa forma, foi possível abordar de modo consistente temas relacionados às capacidades estatais, aos mecanismos de coordenação intersetorial e à atuação dos diferentes atores, sem restringir a emergência de dimensões analíticas relevantes.

As entrevistas foram realizadas com atores considerados estratégicos para a implementação dos ODS no país, incluindo altos funcionários da administração pública, representantes do Sistema das Nações Unidas e membros da sociedade civil. Essa diversidade de perfis permitiu captar não apenas as dimensões formais do arranjo institucional, mas também os processos relacionais, dinâmicos e contingentes que moldaram a implementação da Agenda 2030 em Cabo Verde. Além de aprofundar a compreensão sobre o funcionamento das capacidades existentes, esta etapa contribuiu para identificar capacidades desenvolvidas ou reforçadas ao longo do processo, permitindo avaliar o grau de fortalecimento institucional e colaborativo associado à nacionalização dos ODS.

A definição dos objetivos analíticos associados ao roteiro de entrevistas visou assegurar a coerência entre o instrumento de recolha de dados e o quadro teórico-analítico da pesquisa. As questões foram estruturadas de modo a captar evidências empíricas sobre as capacidades analíticas, operacionais, políticas e de adaptação/transferência mobilizadas no processo de nacionalização dos ODS em Cabo Verde, bem como sobre as dinâmicas de governança colaborativa e o papel desempenhado pelas Organizações Internacionais. Após a realização da

primeira entrevista, procedeu-se ao redimensionamento da extensão e da sequência das perguntas, de forma a adequar o roteiro ao tempo disponível e garantir equilíbrio entre os diferentes blocos temáticos.

A seleção dos entrevistados foi orientada por critérios de relevância institucional e diversidade de perspectivas, com o objetivo de assegurar uma compreensão abrangente do arranjo de implementação dos ODS. Foram incluídos altos funcionários da Administração Pública diretamente envolvidos nos processos de planeamento, monitorização e coordenação intersetorial associados ao PEDS e à Agenda 2030, representantes do Sistema das Nações Unidas enquanto parceiros técnicos e estratégicos, e membros da sociedade civil organizada com atuação em iniciativas de desenvolvimento sustentável e monitorização social. Essa composição plural permitiu captar tanto a perspectiva institucional do Estado quanto visões externas e colaborativas sobre a eficácia, legitimidade e sustentabilidade do processo.

As entrevistas foram realizadas por meio de plataforma digital, tendo sido utilizado o Google Meet, pela sua acessibilidade e funcionalidade. As sessões foram gravadas e posteriormente transcritas com apoio de ferramentas de inteligência artificial, de modo a otimizar o tratamento do material empírico. Os convites foram enviados por correio eletrónico, acompanhados do roteiro de entrevistas e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), constantes nos anexos do trabalho, sendo os contatos reforçados, sempre que necessário, por outros meios de comunicação. O processo de agendamento revelou-se prolongado, exigindo múltiplas tentativas e reagendamentos, mas permitiu, ao final, a realização das entrevistas previstas.

O roteiro de entrevistas foi organizado a partir das dimensões analíticas do arranjo institucional dos ODS em Cabo Verde. O quadro seguinte apresenta a estrutura das perguntas, associando cada bloco temático aos respetivos objetivos analíticos.

Roteiro das entrevistas alinhado aos objetivos

Categoria de Capacidade	Perguntas de Entrevista	Objetivo Analítico
Capacidade Analítica	4. Como se realiza o seguimento do PEDS? 5. Existe um sistema uniforme de seguimento e avaliação do PEDS	Compreender as práticas e instrumentos de monitorização e avaliação do PEDS, e de que forma o governo e os parceiros utilizam

		dados, indicadores e evidências para acompanhar o progresso dos ODS.
Capacidade Operacional	1. Como participou do processo de elaboração do PEDS, que é o instrumento que o governo de Cabo Verde utilizou para nacionalizar os ODS? 2. Como funciona a coordenação com os diversos setores a nível da implementação do PEDS? 7. Como vê a questão da mobilidade e o número dos técnicos a nível da administração pública e o atingimento das metas dos ODS?	Analisar as estruturas, mecanismos e recursos operacionais mobilizados para a implementação do PEDS e dos ODS, avaliando a capacidade técnica e administrativa do Estado para executar e coordenar políticas de desenvolvimento sustentável.
Capacidade Política	6. Quais seriam, na sua visão, os maiores desafios que o Governo enfrenta neste processo para se atingir os ODS? 8. Como funciona a participação dos municípios no processo de seguimento e implementação do PEDS? 9. Como funciona a articulação entre o Governo e os Municípios? 10. Como se articula a participação da sociedade no processo de implementação do PEDS?	Explorar a dimensão política e relacional da governança, identificando o nível de participação e articulação entre atores centrais, locais e da sociedade civil, bem como as dificuldades políticas e institucionais que influenciam a consecução das metas da Agenda 2030.

Capacidade de Adaptação e Transferência	11. Na sua visão, o PEDS pode ser considerado uma vantagem do processo de nacionalização dos ODS para se atingir as metas em 2030? 12. Considera que o PEDS poderia ser indicado como um exemplo de integração dos ODS para os SIDS?	Identificar a capacidade do Estado em adaptar e contextualizar as metas globais da Agenda 2030 à realidade nacional, e em transferir boas práticas para contextos semelhantes, como outros Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).
Governança Colaborativa e Papel das Nações Unidas	3. Como funciona a coordenação com os parceiros, e em específico com as Nações Unidas? 13. Pode falar de qualquer aspeto em relação ao processo de nacionalização dos ODS que não abordamos, ou algo que gostaria de realçar?	Examinar o papel da cooperação internacional e das Nações Unidas no processo de implementação dos ODS, bem como captar reflexões complementares dos entrevistados que possam revelar novos aspetos da governança colaborativa ou da interação entre níveis institucionais.

Quadro 1: Elaboração própria, de acordo com o roteiro das entrevistas e os objetivos pretendidos

As categorias que orientam esta análise foram definidas de forma dedutiva, isto é, derivado diretamente da literatura apresentada no quadro conceptual da dissertação. Trata-se, portanto, de categorias teoricamente informadas e coerentes com os objetivos da investigação. Esta estratégia permitiu articular, desde o início, teoria e empiria, assegurando que a interpretação dos discursos se ancora em referenciais consolidados e pertinentes ao estudo.

O primeiro eixo conceptual baseia-se na literatura das capacidades estatais, especialmente no modelo seminal de Wu, Ramesh & Howlett (2015), que distingue três dimensões essenciais para o desempenho governativo: capacidade analítica, capacidade operacional e capacidade política. Este quadro permitiu compreender como diferentes recursos, competências e estruturas institucionais influenciam a formulação e implementação de políticas públicas. A leitura complementa-se com Cavalcante & Pires (2018), que aplicam este modelo ao contexto administrativo contemporâneo, reforçando a importância da articulação intersetorial, da qualidade técnica e da consistência coordenativa.

O segundo eixo teórico fundamenta a categoria Capacidade de Adaptação e Transferência, e está ancorado na literatura sobre circulação internacional de políticas. Os trabalhos de Dolowitz & Marsh (2000) constituem referência fundamental ao descreverem os mecanismos e constrangimentos da transferência de políticas. Já Graham, Shipan & Volden (2012) abordam a difusão mediante aprendizagem, coerção, competição e emulação. Destaca-se ainda a abordagem de Porto de Oliveira (2021), que conceptualiza a transferência como um processo de circulação e tradução, e a contribuição de Porto & Koga (2022), que introduzem a noção de capacidade de adaptação, evidenciando a importância dos atores tradutores e da contextualização local de normas globais.

A terceira base conceptual diz respeito à literatura de governança colaborativa, especialmente o modelo de Ansell & Gash (2008), que identifica condições estruturantes como confiança, transparência, liderança integradora e compromisso mútuo entre os participantes. Estas referências sustentam a categoria Governança Colaborativa.

Por fim, o quarto eixo assenta nas contribuições de Rhodes (2007; 2012) sobre governança em rede e Faria (2018), salientando as relações de interdependência entre governos, atores sociais e organismos internacionais. Tal perspectiva é crucial para compreender o papel do Sistema das Nações Unidas no processo de nacionalização dos ODS, dada a sua função estruturante na difusão normativa, no apoio técnico e na mobilização de parcerias internacionais. Este eixo fundamenta a categoria Papel das Nações Unidas.

O início das entrevistas estava previsto para o mês de agosto, com a expectativa de conclusão até setembro, considerando as dificuldades inerentes ao processo de contacto e agendamento, acrescidas do facto de se tratar de um trabalho conduzido à distância. Todavia, o processo revelou-se mais moroso do que o previsto, devido, entre outros fatores, ao período de férias e às constantes viagens de serviço de alguns interlocutores. Diante desse cenário, tornou-se necessário redimensionar o número de entrevistados e prorrogar o calendário inicialmente estabelecido, tendo a recolha de dados concluída no dia 10 de outubro, data a partir da qual se iniciou a fase de análise.

Foram realizadas nove entrevistas, sendo oito por videoconferência via Google Meet e uma respondida por escrito, a pedido da entrevistada. Entre os participantes, três representam a sociedade civil (consultores independentes), três são funcionários das Nações Unidas (dois do PNUD e um da OIT) e três representantes de Ministérios, nomeadamente, do Ministério das

Finanças (Direção Nacional de Planeamento), do Ministério da Educação e do Gabinete do Primeiro-Ministro.

As entrevistas gravadas em vídeo foram posteriormente convertidas em ficheiros de áudio (MP3) através da plataforma 123APPS. A transcrição textual foi realizada utilizando as ferramentas Evernote e UNIScribe, que possibilitaram uma conversão inicial do discurso oral para texto. Seguidamente, procedeu-se à revisão manual das transcrições, tendo em vista que o produto inicial dessas plataformas corresponde a uma versão “bruta” da conversação, exigindo ajustes de pontuação, clareza e coerência para uso na análise qualitativa.

O processo de realização das entrevistas enfrentou alguns constrangimentos práticos e institucionais, que impactaram parcialmente o número e a diversidade dos participantes inicialmente previstos. Verificou-se uma fraca taxa de resposta a alguns convites, bem como adiamentos sucessivos e desistências de entrevistados que, embora inicialmente disponíveis, não concretizaram a participação. Em certos casos, registou-se a ausência total de retorno por parte de representantes de setores governamentais e de elementos da sociedade civil considerados estratégicos para a análise do arranjo institucional dos ODS. Esses constrangimentos refletem tanto limitações de tempo e agenda dos atores-chave, quanto possíveis sensibilidades institucionais em torno do tema, influenciando o ritmo de recolha de dados. Ainda assim, o conjunto de entrevistas efetivamente realizadas manteve consistência e relevância analítica, permitindo identificar padrões e percepções convergentes entre os diferentes grupos de atores.

5.3.1. Procedimentos da Análise das Entrevistas

A análise das entrevistas foi conduzida com base nos princípios da análise de conteúdo, conforme sistematizados por Bardin (2016) e aprofundados por Sampaio e Lycarião (2021). Esta abordagem permitiu identificar significados explícitos e latentes nos discursos, bem como padrões recorrentes associados às percepções e interpretações dos atores envolvidos na implementação e nacionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Cabo Verde. A análise de conteúdo revelou-se adequada aos objetivos do estudo, ao possibilitar a articulação sistemática entre o material empírico recolhido e o quadro teórico-conceitual adotado.

O procedimento analítico iniciou-se com a transcrição integral das entrevistas e a sua revisão, assegurando a fidelidade aos enunciados. Em seguida, procedeu-se à leitura flutuante do corpus, com o objetivo de apreender o sentido global das falas e identificar ideias centrais. Posteriormente, realizou-se a codificação das unidades de registo, mediante a associação de segmentos discursivos relevantes às categorias analíticas previamente definidas, seguida da sua organização em eixos temáticos coerentes. A etapa final consistiu na interpretação e inferência dos dados, articulando os resultados empíricos com as categorias de capacidades estatais, governança colaborativa e adaptação e transferência de políticas públicas.

A definição das unidades de análise, categorias e códigos constituiu uma etapa central da operacionalização da análise de conteúdo. Conforme Bardin (2016) e Sampaio e Lycarião (2021), a análise categorial permite a decomposição e reconstrução do material empírico, garantindo coerência, transparência e replicabilidade ao processo analítico. No presente estudo, o Livro de Códigos foi construído a partir do enquadramento conceptual da dissertação e utilizado como instrumento orientador da leitura sistemática das entrevistas, assegurando consistência entre teoria, codificação e interpretação dos dados.

Unidades de Análise

Tipo de Unidade	Definição Teórica	Aplicação ao Estudo
Unidade Amostral	Conjunto de elementos empíricos que compõem o corpus da análise (Bardin, 2016).	As entrevistas realizadas com representantes do governo, Nações Unidas e sociedade civil.
Unidade Física	Suporte material que contém o conteúdo a ser analisado (Sampaio & Lycarião, 2021).	As transcrições completas das entrevistas.
Unidade de Codificação	Fragments de texto sobre os quais se aplica a codificação (palavras,	Os trechos das transcrições que expressam ideias ou percepções relevantes sobre as capacidades e o

	frases, parágrafos ou temas).	funcionamento do arranjo institucional.
--	-------------------------------	---

Quadro 2: elaboração própria, com base nas definições de Sampaio & Lycarião (2021) e Bardin (2016)

Foi elaborado um Livro de Códigos (que conta do anexo II), com base na metodologia de análise de conteúdo categorial proposta por Laurence Bardin (2016) e detalhada por Sampaio e Lycarião (2021). Este instrumento visa orientar o processo de codificação e categorização do material empírico, assegurando a coerência, a replicabilidade e a transparência analítica. As categorias e códigos aqui definidos foram construídos a partir do modelo teórico das capacidades de política pública de Wu, Ramesh & Howlett, (2015) e da governança colaborativa Ansell & Gash, (2007), adaptados ao contexto do arranjo institucional da nacionalização dos ODS em Cabo Verde.

O Livro de Códigos, foi estruturada a partir dos quatro eixos conceptuais que orientam esta pesquisa: Capacidade Analítica; Capacidade Operacional; Capacidade Política; Capacidade de Adaptação e Transferência; Governança Colaborativa; Papel das Nações Unidas.

Cada categoria foi desdobrada em duas subcategorias, com exceção das capacidades operacionais, que emergiram 3 subcategorias, que representam dimensões específicas dos conceitos teóricos. A operacionalização seguiu os princípios recomendados por Bardin (2011), consistindo na definição clara das unidades de registo, permitindo uma leitura sistemática do corpus de entrevistas. Este desenho analítico pretende garantir a coerência entre teoria e empiria, comparabilidade entre os atores, transparência metodológica e profundidade interpretativa.

Concluídas as etapas de recolha e organização dos dados, procedeu-se à sistematização das informações. Os resultados foram posteriormente integrados nas conclusões analíticas, acompanhadas de recomendações fundamentadas no diálogo entre teoria, evidência empírica e documentação oficial.

Em seguida, procedeu-se a triangulação dos dados, submetendo os dados primários (entrevistas) e secundários (documentos oficiais) a um processo de triangulação, estratégia que visa reforçar a validade e a confiabilidade das conclusões, ao permitir o cruzamento de diferentes fontes de informação. Este procedimento possibilitou confirmar convergências, identificar desafios e contextualizar as percepções dos entrevistados à luz do quadro institucional e normativo existente, fortalecendo a robustez interpretativa do estudo.

6. RESULTADOS

6.1. Análise Documental do Arranjo PEDS

6.1.1. O Sistema Nacional de Planeamento

Conforme disposto na Lei nº 72/VIII/2014, que estabelece as bases do Sistema Nacional de Planeamento (SNP) em Cabo Verde, cabe ao Ministério das Finanças e Planeamento (MFP) a responsabilidade pela coordenação e implementação das políticas públicas, por meio de estratégias e mecanismos que combinam esforços internos e articulações colaborativas.

A efetiva implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dependerá, em grande medida, das capacidades estatais de cada país, bem como da eficácia dos arranjos institucionais mobilizados para traduzir as metas globais em ações ajustadas às realidades locais. Este processo exige que tais arranjos sejam conduzidos de forma sensível às especificidades nacionais, promovendo adaptações inovadoras, sustentáveis e alinhadas às prioridades de desenvolvimento.

Os arranjos de governança exercem papel central na coordenação das políticas públicas, sobretudo na materialização da Agenda 2030 das Nações Unidas, onde pressupõe a articulação entre os governos nacionais e os organismos das Nações Unidas. Arranjos bem estruturados e eficazes deverão contribuir para o fortalecimento institucional, ampliando a capacidade do Estado na consecução das metas dos ODS. Em contrapartida, arranjos frágeis ou pouco claros poderão comprometer o progresso, razão pela qual torna-se fundamental mitigar essas vulnerabilidades.

Na perspectiva de Cavalcante e Pires (2018), os arranjos de implementação de políticas públicas dizem respeito ao modelo específico de governança adotado na condução de determinada política, afastando-se de abordagens teóricas meramente abstratas ou prescritivas. Esses arranjos constituem, portanto, instituições que estabelecem competências, distribuem recursos e poder entre os agentes responsáveis pela implementação, além de definirem margens de discricionariedade no processo decisório dos diversos atores envolvidos.

A implementação dos ODS exige não apenas competências técnicas e administrativas, mas também uma robusta capacidade de coordenação intersetorial e interinstitucional. Este desafio se torna particularmente relevante em contextos de países com limitações estruturais e escassez de recursos, como é o caso dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), entre os quais se inclui Cabo Verde. Tais países enfrentam constrangimentos associados à limitada capacidade fiscal, à dependência de cooperação internacional e à fragilidade institucional.

Por outro lado, o processo de implementação da Agenda 2030 deve ser também uma oportunidade estratégica para fortalecer os arranjos institucionais, fomentar inovações políticas e promover uma integração efetiva dos ODS às agendas e prioridades nacionais. Assim, os arranjos de governança e as capacidades estatais não apenas podem condicionar a eficácia da implementação dos ODS, como também poderão refletir a capacidade do Estado em articular compromissos globais com as demandas e os contextos locais.

Sob a ótica da abordagem relacional, conforme delineado por Pires e Gomide (2018), a compreensão dos processos de ativação e desenvolvimento de capacidades estatais está diretamente relacionada à análise dos arranjos de implementação. Esses arranjos, concebidos de maneira relacional, configuram-se como espaços nos quais diversos atores, estatais e não estatais, interagem, dispondo de instrumentos que, idealmente, estruturam formas coerentes e eficazes de coordenação. Dessa forma, tais arranjos tornam-se fundamentais para a construção de capacidades burocráticas capazes de assegurar a coordenação, a coerência e a efetividade das políticas públicas no plano nacional.

No entanto, antes de proceder à análise do arranjo institucional de nacionalização dos ODS em Cabo Verde, torna-se fundamental compreender o funcionamento do Sistema Nacional de Planeamento do país, cuja estrutura e principais competências serão descritas de forma sintética, por constituírem a base sobre a qual se sustenta o referido processo de nacionalização dos ODS.

O Sistema Nacional de Planeamento (SNP) de Cabo Verde, instituído pela Lei nº 72/VIII/2014, constitui o arcabouço legal e institucional responsável pela organização dos processos de formulação, coordenação, monitoramento e avaliação das políticas públicas no país. Estruturado segundo os princípios de integração, coerência e articulação intersetorial, o SNP busca assegurar que as decisões estratégicas de médio e longo prazo estejam alinhadas às prioridades nacionais de desenvolvimento, promovendo uma abordagem sistêmica e holística do planeamento governamental.

No núcleo deste sistema encontra-se o Ministério das Finanças e Planeamento (MFP), ao qual compete a liderança técnica e estratégica do processo de planeamento nacional. Inserida na estrutura do MFP, a Direção Nacional de Planeamento (DNP) desempenha o papel de órgão técnico central, responsável pela elaboração, coordenação e consolidação dos instrumentos de planeamento de curto, médio e longo prazo. Cabe-lhe, ainda, assegurar a harmonização entre os diversos planos setoriais e os diferentes níveis administrativos, garantindo a coerência das políticas públicas com os objetivos estratégicos do país.

6.1.2. Instrumentos do Sistema Nacional de Planeamento

O funcionamento do SNP apoia-se em um conjunto de instrumentos que integram as dimensões estratégica, financeira e operacional do desenvolvimento nacional. Destacam-se, entre eles:

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS); Os Quadros de Despesas de Médio Prazo (QDMP) e o Plano de Investimentos Públicos (PIP); e, o Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF)

Além desses instrumentos, o SNP contempla mecanismos de coordenação interinstitucional que incluem os ministérios setoriais, os governos locais, as organizações da sociedade civil (OSC), o setor privado e os parceiros internacionais.

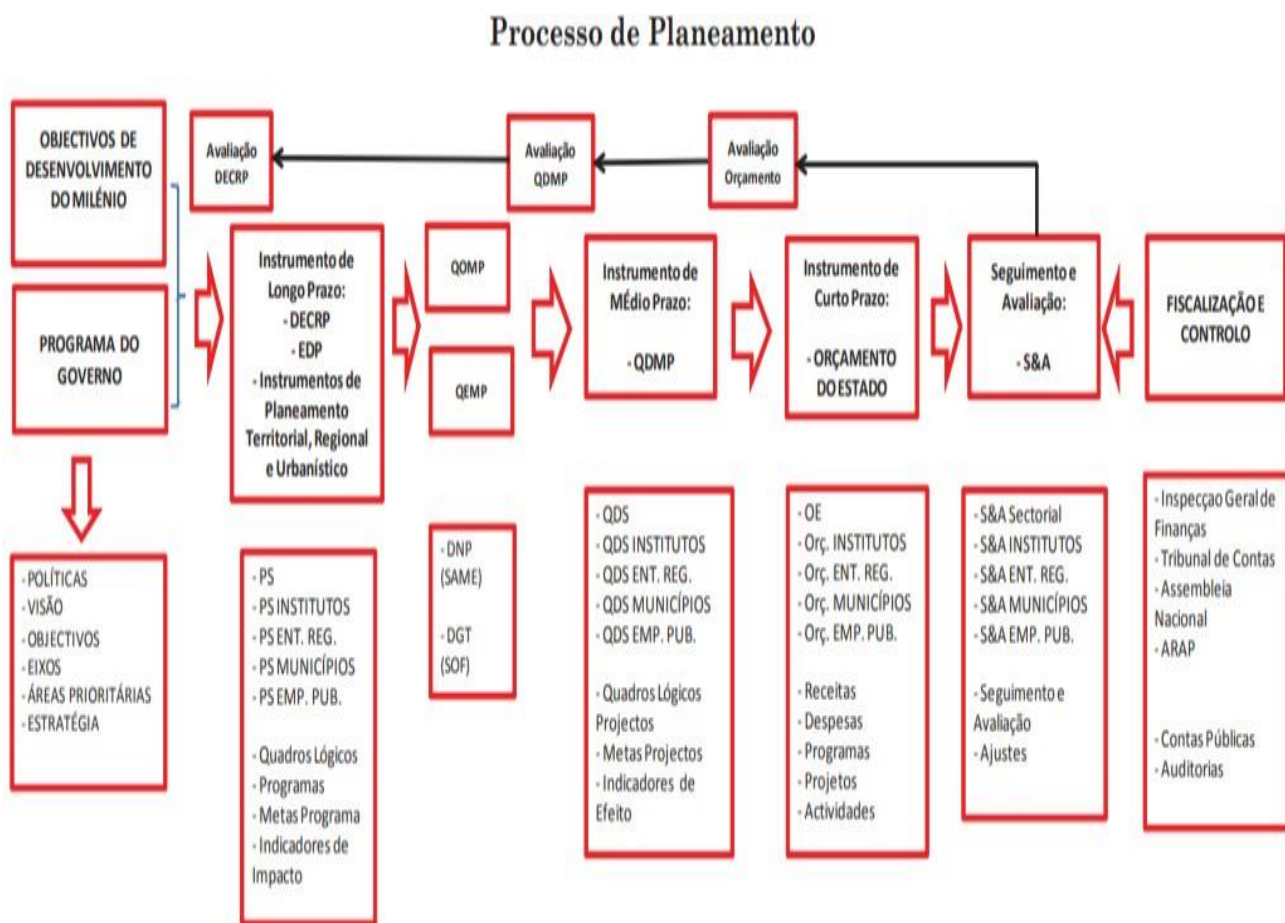


Figura 1. retirada do B.O. N ° 55 da República de Cabo Verde – 19 de setembro de 2014

Nota de Esclarecimento:

No contexto da evolução do Sistema Nacional de Planeamento em Cabo Verde, é possível identificar, a partir da documentação técnica e institucional, uma inflexão importante no alinhamento das políticas públicas com os marcos internacionais de desenvolvimento. Durante os anos 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) exerceram influência significativa na formulação de estratégias nacionais de planeamento, conforme evidenciado em relatórios e instrumentos de planeamento produzidos à época, como exemplifica o mapa acima.

Com a adoção da Agenda 2030 pelas Nações Unidas, em 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) passaram a constituir o novo referencial internacional. Assim, no sistema de Planificação Nacional, onde encontramos os OMD, passou a vigorar os ODS. enquanto os ODM eram implementados através do DCRP (Documento de Crescimento e Redução da Pobreza, os ODS estão a ser implemntados pelos PEDS(Plano Estratégico de Desenvolviemnto Sustentável).

Embora, a transição dos ODM para os ODS seja reconhecida no discurso político e em documentos de orientação estratégica, como o PEDS I (2017–2021) e o PEDS II (2022–2026), esta mudança não foi traduzida na legislação do Sistema Nacional de Planeamento, pois como vimos(B.O. N ° 55 da República de Cabo Verde – 19 de setembro de 2014) a legislação de 2014 ainda continua em vigor, tendo-se substituído o instrumento anterior(o DCRP) pelo PEDS.

A incorporação dos ODS parece ocorrer, sobretudo, por via de mecanismos de planificação estratégica e por iniciativas coordenadas com organismos internacionais, em particular o Sistema das Nações Unidas, sem que haja um marco legal autónomo que declare explicitamente o fim do ciclo dos ODM e o início da implementação da Agenda 2030.

A ausência de uma legislação nacional que formalize explicitamente a transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) levanta uma hipótese relevante para esta análise: a de que o arranjo institucional construído para a implementação da Agenda 2030 em Cabo Verde foi estruturado a partir de uma lógica técnico-operacional, ancorada nos instrumentos existentes de planeamento estratégico, do que por meio de uma revisão normativa abrangente. No decorrer da análise verificaremos se esta característica, poderá ter implicações no modo como o arranjo tem funcionado, nomeadamente no que diz respeito à sua capacidade de coordenação, à clareza dos papéis institucionais , entre outros aspetos, que serão explorados ao longo da pesquisa, com base nos documentos oficiais disponíveis e na articulação observada entre os diferentes níveis e setores do Estado. A ênfase identificada nos instrumentos de natureza técnico-operacional indicou uma interlocução limitada com a sociedade civil e outros atores no processo de implementação das políticas públicas. Tal configuração sugeriu a existência de fragilidades nos mecanismos de coordenação institucional e de participação social previstos no arranjo analisado. Essas questões foram consideradas como hipóteses analíticas a serem exploradas na etapa da realização das entrevistas, com o objetivo de compreender melhor de que forma tais dimensões se manifestavam na prática.

O SNP incorpora de forma estruturante a dimensão de monitoramento e avaliação de políticas públicas, incentivando uma cultura institucional orientada para os resultados e para a responsabilização. Este enfoque permite aprimorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas, além de fortalecer a legitimidade e a transparência da ação governativa perante a sociedade e os parceiros de desenvolvimento.

Estrutura do Sistema Nacional de Planeamento

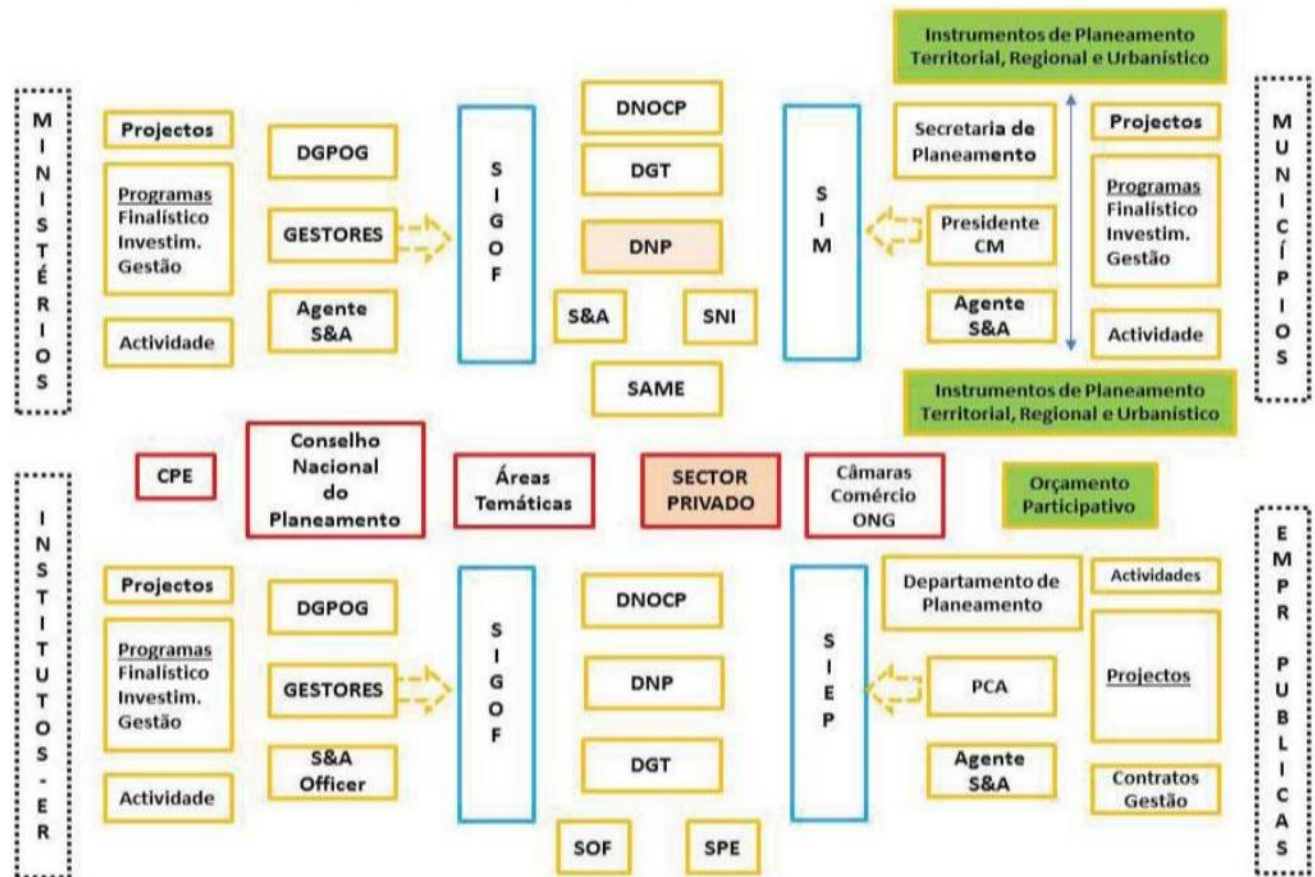


Figura 2 . Retirada do B.O Nº 55 da República de Cabo Verde, de 19 de Setembro de 2014

A Direção Nacional de Planeamento (DNP) é o órgão técnico central do SNP, vinculado ao Ministério das Finanças e Planeamento (MFP). Sua atuação é estruturante na definição, coordenação e operacionalização das estratégias nacionais de desenvolvimento. Adicionalmente, a DNP exerce a função de ponto focal nacional para a Agenda 2030 e para a implementação dos ODS em Cabo Verde.

A DNP exerce um amplo espectro de competências, que se distribuem nas seguintes áreas estratégicas:

Coordenação da política nacional de planeamento, através da formulação e consolidação dos instrumentos de planeamento; Monitoramento e avaliação das políticas públicas; Articulação intersectorial e intergovernamental; Promoção da participação e do diálogo político.

Rede de atores na articulação da DNP, a atuação concretiza-se por meio de uma rede diversificada de atores institucionais, que colaboram na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas. Essa rede inclui:

Ministérios setoriais; Governos locais (municípios); Institutos públicos e agências reguladoras; Organizações da sociedade civil (OSC); Setor privado; Agências das Nações Unidas e demais parceiros internacionais; Órgãos de coordenação política

Em suma, o Sistema Nacional de Planeamento (SNP) e, particularmente, a Direção Nacional de Planeamento (DNP) desempenham um papel central no fortalecimento da capacidade estatal de Cabo Verde, não apenas na condução do desenvolvimento nacional, mas também na articulação eficaz dos compromissos internacionais assumidos no âmbito da Agenda 2030.

6.1.3. A Nacionalização dos ODS em Cabo Verde: O Arranjo Institucional

Pretende-se nesta secção descrever o processo de nacionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e compreender o papel desempenhado pelas Organizações Internacionais (OIs) nesse processo. Esta análise parte da compreensão do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) como principal instrumento de operacionalização da Agenda 2030 no país, integrando os objetivos globais às prioridades nacionais, articulando os referenciais teóricos sobre capacidades políticas (Howlett, 2015) e da governança colaborativa de Ansell & Gash (2008).

O modelo de Wu, Ramesh & Howlett foca nas capacidades internas necessárias para formular e implementar políticas, mas no caso em análise, estamos a tratar de “Difusão internacional de Políticas”, pelo que se torna importante trazer para a análise do arranjo, os autores Porto de Oliveira & Koga (2022), que introduzem uma dimensão voltada para a interação do Estado com o ambiente internacional, abordando a capacidade de importar, reinterpretar e internalizar políticas globais. Diferentemente do enfoque exclusivo nas capacidades analítica, operacional e política, a noção de policy transfer capacity coloca em evidência a dimensão transnacional da ação pública, sublinhando que indivíduos, organizações e sistemas operam conjuntamente na internalização de modelos globais. Essa perspectiva amplia o quadro analítico de Wu et al. (2015), ao reconhecer que a construção de capacidades não se limita à gestão interna, mas envolve também a mediação de fluxos internacionais de políticas.

Ao compreender as capacidades estatais em um mundo interdependente implica reconhecer não apenas a dimensão interna, mas também a habilidade dos governos em interagir com fluxos globais de ideias e modelos. É nesse ponto que se insere a contribuição de Porto de Oliveira e Koga (2022), que propõem o conceito de capacidade de transferência de políticas (policy transfer capacity). Ao articular a literatura de capacidades estatais com os estudos sobre transferência, os autores sustentam que a efetividade da adoção de políticas internacionais depende da habilidade dos Estados em absorver, adaptar e internalizar agendas externas. Diferentemente do enfoque exclusivo nas capacidades analítica, operacional e política, a noção de Capacidade de Transferência e Adaptação que, coloca em evidência a dimensão transnacional da ação pública, sublinhando que indivíduos, organizações e sistemas operam conjuntamente na internalização de modelos globais. Essa perspectiva amplia o quadro analítico de Wu et al. (2015), ao reconhecer que a construção de capacidades não se limita à gestão interna, mas envolve também a mediação de fluxos internacionais de políticas.

Tornou-se pertinente incluir na análise do arranjo o modelo de governança colaborativa de Ansell & Gash (2008), a colaboração entre múltiplos atores pressupõe a construção de processos coletivos, baseados em: Diálogo estruturado; Construção de confiança entre os atores; Interdependência na produção de resultados; e, Compromissos mútuos e responsabilidade compartilhada.

O processo de nacionalização dos ODS em Cabo Verde estruturou-se a partir da institucionalização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), que se consolidou como o principal instrumento de alinhamento das metas globais da Agenda 2030 às prioridades nacionais. O PEDS não apenas traduz os princípios da Agenda 2030, mas também os territorializa e os operacionaliza por meio de quatro pilares estratégicos que abarcam as dimensões econômica, social, ambiental e de soberania.

O arranjo institucional é liderado pela Direção Nacional de Planeamento (DNP), órgão vinculado ao Ministério das Finanças, que exerce o papel de ponto focal da Agenda 2030 no país. A DNP coordena os processos de alinhamento dos planos setoriais, orientando a formulação de políticas e assegurando a coerência técnica dos programas nacionais com os ODS.

Este processo é alimentado por fluxos de informação ascendentes e descendentes, que combinam diretrizes macroeconômicas e prioridades setoriais, indicando uma governança híbrida e colaborativa.

A análise documental, realizada a partir dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Sustentável (PEDS I , 2017-2021; PEDS II, 2022-2026) e de outros instrumentos complementares do Sistema Nacional de Planeamento referentes ao mesmo período, indica que o processo de nacionalização dos ODS em Cabo Verde mobilizou, de forma integrada, quatro dimensões fundamentais de capacidades estatais.

Primeiro, destacam-se as capacidades analíticas, sustentadas por instrumentos como o Sistema Estatístico Nacional (SEN), que fornece dados socioeconómicos e ambientais para formulação de políticas (PEDS II, p. 197; PEDS I, p. 183). O PEDS II reforça o papel do SEN e do Instituto Nacional de Estatística (INE) na produção de indicadores para o monitoramento das metas do PEDS e dos ODS, e associa esses dados a quadros lógicos com objetivos, metas e indicadores estruturados (PEDS I, p. 184; PEDS II, p. 199). Além disso, identifica-se a presença de sistemas robustos de monitorização, como o Módulo de Seguimento e Avaliação (MSA) e o Centro de Inteligência e Políticas Públicas, criados para apoiar o acompanhamento e a avaliação integrada das metas nacionais e internacionais (PEDS II, p. 200).

Para exemplificar essa dimensão analítica há um alinhamento direto com os ODS, no preâmbulo do PEDS I, o documento é apresentado como a “Agenda para a implementação dos ODS em Cabo Verde”.

Segundo, observam-se as capacidades operacionais, evidenciadas na gestão articulada do Sistema Nacional de Planeamento (SNP) (PEDS I, p. 178; PEDS II, p. 194) e no uso de plataformas tecnológicas como o Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF), que assegura a rastreabilidade da execução orçamental e a ligação entre planeamento e orçamento (PEDS II, p. 195). Essas capacidades também se expressam na institucionalização de fóruns multissetoriais, como o Conselho Consultivo do PEDS no PEDS I (p. 186) e as comissões de monitorização previstas no PEDS II (p. 200), que conectam órgãos setoriais e atores diversos em torno das prioridades estratégicas.

Terceiro, registram-se as capacidades políticas, visíveis no esforço de articulação entre atores estatais, setor privado, sociedade civil, diáspora e organizações internacionais (PEDS II, pp. 198-199). Isso inclui a integração dos ODS nas metas regionais do PEDS (PEDS I, p. 50; PEDS II, p. 52), a cooperação com o Sistema das Nações Unidas (PEDS II, p. 14) e o envolvimento de associações da diáspora na mobilização de investimentos e competências (PEDS II, p. 201). Ainda que estes mecanismos participativos revelem potencial, a documentação sugere que sua sustentabilidade ao longo do tempo permanece como um ponto a ser acompanhado.

Por fim, observa-se a capacidade de transferência e adaptação de políticas, na visão dos autores Oliveira e Koga(2022), que se traduz na habilidade do Estado em internalizar e adaptar agendas, modelos e instrumentos internacionais de políticas públicas ao contexto nacional.

Essa competência manifesta-se na integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2063 e do SAMOA Pathway nos PEDS I e II (PEDS I, pp. 49-50; PEDS II, pp. 14-15), na adoção de indicadores e metodologias de monitorização padronizados internacionalmente (PEDS II, p. 200) e na articulação institucional com o Sistema das Nações Unidas por meio do UNDAF 2018–2022 e do Quadro de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNSDCF).

Talvez um dos principais achados da análise do arranjo institucional da nacionalização dos ODS em Cabo Verde, seja o fato de que a sua incorporação ocorreu de forma direta no programa nacional de planificação, o PEDS. Essa integração confere ao processo um caráter de obrigatoriedade, pois vincula a implementação dos ODS à lógica dos instrumentos formais de planificação estatal, ultrapassando a dimensão voluntária que muitas vezes caracteriza a adesão de Estados a agendas internacionais. Em outras palavras, os ODS deixam de depender apenas da boa vontade política e passam a estar enquadrados em mecanismos institucionais que orientam políticas, orçamentos e prioridades governamentais, o que tende a fortalecer sua efetividade e continuidade no tempo.

Ao inscrever os ODS dentro do PEDS, Cabo Verde transforma uma agenda internacional em compromisso nacional obrigatório, institucionalizando-a nos mecanismos formais de governança, o reduz a dependência da “boa vontade” ou da oscilação conjuntural dos governos e cria um vínculo político-normativo que reforça a apropriação nacional da Agenda 2030.

Há também um reflexo significativo sobre a capacidade operacional, na medida em que o PEDS pressupõe a existência de mecanismos técnicos de planificação, monitorização e execução das políticas públicas, exigindo coerência entre os instrumentos de médio e longo prazo e as prioridades setoriais. No entanto, o ponto nevrálgico do documento reside no reforço da capacidade política, entendida aqui como a aptidão do Estado para definir prioridades estratégicas, construir consenso intersetorial e mobilizar legitimidade em torno de objetivos de desenvolvimento compartilhados (Wu, Ramesh & Howlett, 2015).

Ao inscrever os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como eixo estruturante do planeamento nacional, o PEDS ultrapassa o estatuto de mero instrumento de gestão

governamental e projeta-se como referência de política de Estado. Tal movimento revela uma tentativa deliberada de institucionalizar a Agenda 2030 no núcleo do Sistema Nacional de Planeamento, ancorando-a em dispositivos normativos e em processos participativos de formulação e avaliação de políticas.

Esse enquadramento pode, portanto, ser interpretado como um indicador de fortalecimento da capacidade política do arranjo institucional de implementação dos ODS em Cabo Verde, uma vez que demonstra a capacidade de coordenação vertical e horizontal entre níveis de governo e atores não estatais, além de reforçar a coerência programática das ações governamentais. Os efeitos indiretos dessa consolidação poderão refletir-se sobre as capacidades operacionais, pela melhoria dos instrumentos de planificação e monitorização, e sobre as capacidades analíticas, ao exigir maior produção e utilização de informação para tomada de decisão e avaliação de resultados.

O PEDS poderá funcionar como espaço de articulação das capacidades estatais, onde o reforço da dimensão política atua como condição habilitadora para o aperfeiçoamento das demais dimensões do arranjo institucional, o que sugere uma dinâmica de interdependência entre capacidades na implementação da Agenda 2030.

As Nações Unidas, nesse processo, desempenham um papel de apoio estruturante, contribuindo para a difusão de referenciais normativos, a capacitação técnica das instituições nacionais e a mobilização de recursos financeiros e cognitivos. Essa atuação, poderá favorecer a harmonização das políticas públicas com os compromissos e padrões internacionais de desenvolvimento sustentável, o que poderá criar um ambiente de convergência entre as agendas global e nacional. Ao apoiar a incorporação dos ODS nos instrumentos de planificação e monitorização do Estado, as Nações Unidas não apenas fortalecem a dimensão operacional do arranjo institucional, mas também potenciam a capacidade política do Estado para articular interesses diversos sob um mesmo quadro estratégico de desenvolvimento. Assim, o processo de nacionalização dos ODS em Cabo Verde poderá ganhar em densidade institucional e coerência normativa, num modelo de governança colaborativa e multiescalar, no qual a cooperação internacional atua como vetor de fortalecimento das capacidades nacionais.

Essa caracterização, fundamentada no PEDS e em documentos institucionais correlatos, constitui uma base de memória sobre o processo de nacionalização dos ODS, a ser posteriormente comparada com as percepções colhidas nas entrevistas com os diferentes atores envolvidos.

Resumo das Capacidades Mobilizadas pelo Arranjo Institucional

Capacidades Mobilizadas	Identificação	Descrição baseado na documentação	Caraterísticas
Políticas	Expressas no nível político do arranjo	Liderado pelo Primeiro-Ministro e operacionalizado através do Fórum Multissetorial de Alto Nível	Estas capacidades permitem mobilizar compromissos intersetoriais, articular com parceiros internacionais e assegurar que as grandes opções estratégicas integrem de forma consistente os ODS.
Analíticas	Desenvolvidas sobretudo no nível técnico-estratégico,).	Coordenado pela Direção Nacional de Planeamento (DNP	Produzir, analisar e utilizar dados (via Sistema Estatístico Nacional), elaborar quadros lógicos, definir indicadores e garantir coerência metodológica, assegurando que as políticas públicas mantenham alinhamento com as metas globais.
Operacionais	Concentradas no nível operacional	Composto por ministérios setoriais, governos locais, unidades executoras e sociedade civil	Implementação concreta das ações, ao acompanhamento sistemático dos indicadores e à adaptação das intervenções às especificidades territoriais e comunitárias

Transferência e Adaptação de Políticas	Presente de forma transversal	Refere- atuação no nível técnico-estratégico e no nível político	Habilidade do Estado em internalizar e adaptar agendas, modelos e instrumentos internacionais de políticas públicas ao contexto nacional.
---	-------------------------------	--	---

Quadro 3: elaboração própria

O Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre os ODS

O Grupo de Trabalho Interinstitucional para os ODS (GTI-ODS) funciona como o principal mecanismo técnico de coordenação e acompanhamento do processo de nacionalização da Agenda 2030 em Cabo Verde. Sua composição é multissetorial, incluindo representantes da Direção Nacional de Planeamento (DNP), ministérios setoriais, institutos públicos, organizações da sociedade civil, setor privado e agências das Nações Unidas , especialmente aquelas com presença ativa no país (PNUD, UNICEF, UNFPA, FAO, OMS, entre outras).

Segundo o PEDS II (pp. 198–200) e relatórios institucionais, o GTI-ODS está inserido no Mecanismo de Coordenação da Implementação do PEDS e dos ODS, atuando como plataforma técnica de articulação, troca de informações e harmonização metodológica entre setores e parceiros.

As principais funções incluíram: **(a)** definir metodologias para o acompanhamento e a monitorização dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), assegurando o alinhamento com padrões internacionais de reporte, como o *SDG Global Indicator Framework*, e com instrumentos nacionais, nomeadamente o módulo de seguimento e avaliação (MSA) e o painel ODS; **(b)** elaborar os relatórios nacionais voluntários (VNR), coordenando a recolha de dados, a consolidação de evidências e o processo de redação colaborativa, com a participação de atores públicos e privados; **(c)** acompanhar o progresso da implementação das metas, por meio da análise de dados provenientes do sistema estatístico nacional (SEN), identificando constrangimentos e propondo ajustes estratégicos para acelerar o cumprimento dos objetivos; e **(d)** formular recomendações para o aprimoramento dos processos, tanto no desenho das políticas públicas quanto na coordenação interinstitucional, incluindo propostas de fortalecimento das capacidades técnicas e de ampliação da participação social.

A análise documental, realizada a partir dos PEDS I e II, relatórios e documentos institucionais correlatos, indica que o grupo responsável pela coordenação e monitorização das ações ligadas à Agenda 2030 em Cabo Verde poderá apresentar fragilidades de institucionalização formal mais robusta; Essa inferência decorre do facto de os próprios PEDS descreverem arranjos e instâncias de coordenação (p.ex., o Conselho Consultivo do PEDS no PEDS I) sem, contudo, apresentarem no seu corpo dispositivos normativos que definam natureza jurídica, competências detalhadas e mecanismos decisórios vinculantes, remetendo tais definições para atos a serem instituídos fora do plano.

No PEDS I, por exemplo, regista-se a constituição do Conselho Consultivo do PEDS (CC-PEDS) como instância de consulta durante a conceção do plano, mas sem especificação de base legal, regimento ou composição permanente para a Agenda 2030 (PEDS I, p. 186).

No PEDS II, o documento explicita a intenção de criar um “Mecanismo de Coordenação da Implementação do PEDS e dos ODS” e chega a delinear sua arquitetura (orientação superior pelo Primeiro-Ministro, secretariado no Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial, grupos de trabalho temáticos, e integração do CESA), porém afirma que tal mecanismo “será instituído pela Assembleia Nacional sob proposta do Governo”, sinalizando que a formalização depende de ato normativo subsequente, externo ao próprio PEDS (PEDS II, pp. 198–200). Essa formulação reforça a leitura de que, no plano dos documentos estratégicos, há desenho institucional proposto, mas não foi possível encontrar prova, de que esse um instrumento jurídico tenha sido criado e esteja em vigência de que o forna obrigatória e vinculante.

Essa condição poderá repercutir na capacidade decisória e na sustentabilidade das ações, por exemplo, na garantia de periodicidade de reuniões e de efetividade das deliberações, uma vez que o PEDS II atribui ao secretariado e aos grupos temáticos funções de monitorização e revisão (incluindo VNR, relatórios estatísticos e painel ODS), mas não fixa, no próprio plano, regras de quórum, prazos regimentais ou obrigações de reunião; ao contrário, remete a operacionalização para o mecanismo a ser instituído por lei (PEDS II, pp. 199–200).

Esta descrição, feita inicialmente por meio da análise documental, será aprofundado e contrastado com as percepções dos entrevistados, de forma a verificar até que ponto os atores reconhecem essa limitação e quais estratégias têm sido empregadas para mitigá-la.

6.1.4. As Nações Unidas e o Processo de Nacionalização dos ODS

As agências das Nações Unidas desempenharam um papel estruturante no fortalecimento do arranjo institucional de Cabo Verde para a implementação da Agenda 2030, atuando de forma transversal nas diferentes dimensões das capacidades estatais. No processo de nacionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a sua atuação manifestou-se, em primeiro lugar, por meio do fornecimento de assistência técnica, contribuindo para a definição de metodologias, o desenvolvimento de sistemas de monitorização, como o Módulo de Seguimento e Avaliação e o Painel ODS, a elaboração de quadros lógicos e o reforço do Sistema Estatístico Nacional (SEN). Esse apoio foi fundamental para a internalização e adaptação de metodologias e padrões internacionais ao contexto nacional.

Adicionalmente, as Nações Unidas atuaram na mobilização de recursos, oferecendo apoio financeiro e logístico à implementação de programas e atividades associadas aos ODS, incluindo a viabilização de processos participativos e a elaboração dos Relatórios Nacionais Voluntários (VNR). Essa atuação incluiu ainda a facilitação da articulação com outros parceiros internacionais, contribuindo para o fortalecimento da capacidade política do Estado em termos de negociação e cooperação.

Por fim, as agências das Nações Unidas exerceram um papel relevante de indução normativa, ao promoverem a integração dos princípios e metas da Agenda 2030 no ciclo nacional de planeamento. Essa influência incidiu sobre a formulação de políticas públicas e a harmonização com outros compromissos multilaterais, como a Agenda 2063 da União Africana e o SAMOA Pathway², reforçando a capacidade do Estado de alinhar-se a padrões globais, procurando, simultaneamente, adequá-los às realidades e prioridades nacionais.

Embora esse papel seja determinante no curto e médio prazo para a consolidação das capacidades institucionais, a análise documental sugere que existe um risco potencial de dependência excessiva desse apoio, o que pode limitar a apropriação nacional do processo no longo prazo. Além disso, permanece o desafio de assegurar que a transferência de políticas internacionais seja acompanhada de mecanismos de adaptação efetiva, garantindo que modelos

² O SAMOA Pathway (sigla para Small Island Developing States Accelerated Modalities of Action Pathway) é um documento de resultado da Organização das Nações Unidas (ONU), não uma iniciativa exclusiva da União Africana (UA). Ele é um programa de ação de 10 anos, adotado em setembro de 2014, com o objetivo de abordar os desafios únicos e as prioridades de desenvolvimento sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).

A União Africana e os seus Estados-membros, incluindo os seis SIDS africanos, utilizam o SAMOA Pathway como um quadro de referência global que se alinha e complementa as suas próprias agendas de desenvolvimento continental, como a Agenda 2063 da UA e a Estratégia da UA para a Economia Azul.

e instrumentos importados sejam ajustados às especificidades políticas, económicas, sociais e culturais de Cabo Verde.

Mapa de Atores - Nacionalização dos ODS em Cabo Verde

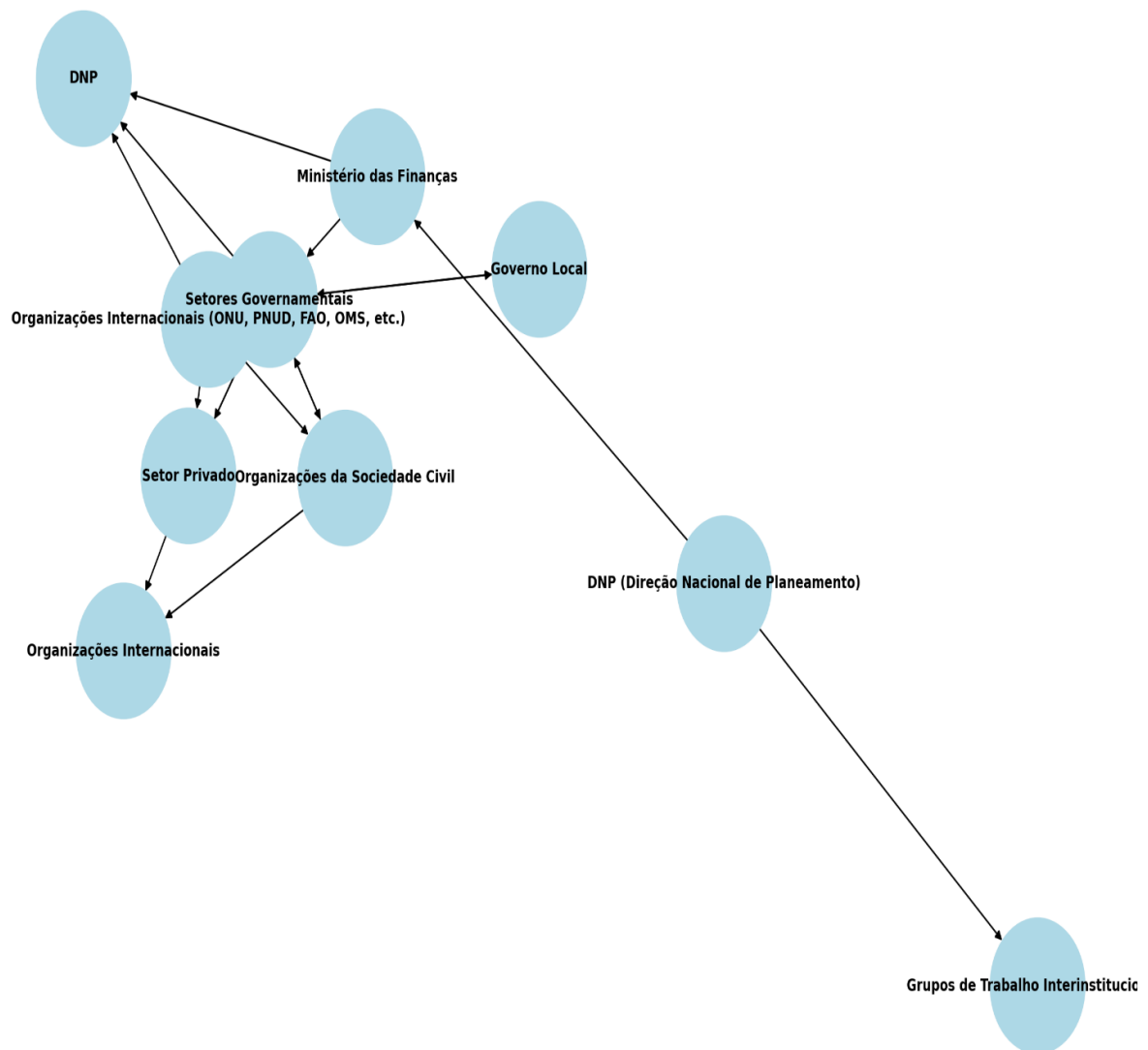


Figura 3. Elaboração própria com recurso a I.A.

O mapa de atores (figura acima) foi elaborado com o objetivo de facilitar a visualização e a compreensão do arranjo institucional associado ao processo de nacionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Cabo Verde, que representa, de forma sintética, os principais atores envolvidos e as relações de articulação entre eles. O mapa permite evidenciar a centralidade da Direção Nacional de Planeamento (DNP) enquanto núcleo coordenador da política nacional de planeamento, bem como as interações estabelecidas com os ministérios

setoriais, os governos locais, as organizações da sociedade civil, o setor privado e as organizações internacionais, com destaque para as agências das Nações Unidas.

A representação gráfica contribui para uma leitura integrada do sistema, ao tornar visíveis os fluxos de coordenação, cooperação e influência entre os diferentes níveis e setores envolvidos na implementação da Agenda 2030. Ao sintetizar graficamente um arranjo institucional complexo, o mapa constitui um instrumento analítico complementar à análise documental e às entrevistas, apoiando a compreensão das dinâmicas de governança, da distribuição de responsabilidades e da posição estratégica ocupada pelos diferentes atores no processo de implementação dos ODS em Cabo Verde.

6.1.5. Análise do Arranjo na ótica das Capacidades Estatais Mobilizadas

À luz do referencial das capacidades estatais (Wu, Ramesh & Howlett, 2015), articulado à literatura sobre governança colaborativa (Ansell & Gash, 2008) e difusão de políticas públicas, a análise documental dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde, PEDS I (2017–2021) e PEDS II (2022–2026), evidenciou avanços institucionais relevantes na nacionalização da Agenda 2030, bem como limitações estruturais no seu arranjo de coordenação. A leitura integrada desses documentos, complementada por instrumentos do Sistema Nacional de Planeamento e relatórios institucionais, revela um modelo de implementação dos ODS caracterizado por forte centralização de capacidades, dependência de cooperação internacional e fragilidades na institucionalização de práticas colaborativas e participativas.

No que se refere às capacidades analíticas, os documentos indicam um nível relativamente consolidado no plano central do Estado, sustentado por instrumentos como o Sistema Estatístico Nacional, o SIGOF e os quadros de planeamento e monitorização. A cooperação técnica com o Sistema das Nações Unidas desempenha papel relevante no alinhamento metodológico e na adoção de padrões internacionais. Contudo, essa capacidade apresenta distribuição desigual, permanecendo concentrada nos ministérios e direções nacionais, enquanto os níveis locais enfrentam restrições no acesso a dados, sistemas de informação e recursos técnicos.

A capacidade operacional revela igualmente uma configuração assimétrica. Embora o Sistema Nacional de Planeamento e os instrumentos orçamentais permitam coerência entre planeamento e execução no nível central, os PEDS apontam fragilidades associadas à limitada

institucionalização de mecanismos formais de coordenação intersetorial e intergovernamental. A articulação entre ministérios e entre o governo central e os municípios depende frequentemente de arranjos informais ou iniciativas pontuais, reduzindo a previsibilidade e a estabilidade do processo de implementação.

No domínio da capacidade política, os documentos reconhecem a importância da participação de múltiplos atores e fazem referência a espaços de concertação, como o Fórum Multissetorial de Alto Nível. No entanto, tais instâncias assumem predominantemente um carácter consultivo, com fraca definição de procedimentos deliberativos, o que limita a construção de consensos duradouros e reduz o potencial de legitimação social das políticas públicas.

A capacidade de adaptação e transferência destaca-se como uma das dimensões mais robustas do arranjo institucional. Os PEDS demonstram elevada habilidade de internalizar agendas globais, como os ODS, a Agenda 2063 da União Africana e o SAMOA Pathway, nos instrumentos nacionais de planeamento, processo fortemente apoiado pela cooperação com as Nações Unidas. Ainda assim, a análise documental alerta para o risco de dependência excessiva desse apoio externo, caso não sejam reforçadas as capacidades internas de formulação, adaptação e avaliação de políticas.

De forma transversal, os documentos evidenciam assimetrias estruturais entre os níveis central e local, tanto na distribuição de recursos quanto na capacidade decisória. Enquanto o nível central concentra competências estratégicas e acesso à informação, os governos locais permanecem dependentes de transferências orçamentais e de programas definidos centralmente, o que compromete a autonomia e a continuidade das ações no território.

A análise documental dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde, PEDS I (2017–2021) e PEDS II (2022–2026), complementada por instrumentos do Sistema Nacional de Planeamento e relatórios institucionais, permitiu identificar características estruturantes do arranjo institucional da nacionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). De forma geral, os documentos revelam um modelo de implementação tecnicamente estruturado e estrategicamente alinhado às agendas globais, mas marcado por assimetrias de capacidades, fragilidades operacionais no nível local e limitações na institucionalização de práticas participativas.

Uma primeira constatação refere-se às assimetrias entre o nível central e os níveis locais, tanto no que diz respeito à concentração de competências estratégicas quanto ao acesso a recursos e

informação. Enquanto os ministérios e direções nacionais concentram a maior parte das capacidades analíticas e decisórias, os governos locais assumem predominantemente funções executórias, com limitada autonomia técnica e financeira. Essa configuração, evidenciada nos PEDS e nos mecanismos de monitorização, restringe a territorialização efetiva dos ODS e reforça a dependência dos municípios em relação às estruturas centrais.

A análise documental evidencia ainda fragilidades nos mecanismos de financiamento e de participação social. Os documentos não indicam a existência de instrumentos financeiros estáveis e dedicados à implementação dos ODS no nível municipal, revelando forte dependência de recursos centralizados e de parcerias externas. Paralelamente, embora se reconheça a importância do envolvimento de múltiplos atores, os espaços de participação previstos assumem caráter predominantemente consultivo, com fraca definição de regras procedimentais e limitada incorporação das contribuições nos processos decisórios.

Em síntese, o arranjo institucional delineado nos documentos combina liderança central consolidada, capacidade de alinhamento normativo internacional e apoio relevante das Nações Unidas, mas apresenta constrangimentos associados à desigual distribuição de capacidades, à fragilidade financeira local e à limitada governança colaborativa. Essas constatações fundamentaram a etapa empírica da pesquisa, centrada nas entrevistas, que teve como objetivo aprofundar a compreensão de como esses desafios são percebidos pelos diferentes atores envolvidos e de que forma influenciam, na prática, o processo de implementação dos ODS em Cabo Verde.

Quadro Síntese : Capacidades do Arranjo, Desafios e Potencialidades

Eixo da Capacidade	Potencialidades	Desafios Principais
Analítica	SIGOF, quadros lógicos, Sistema Estatístico Nacional (SEN), apoio técnico das Nações Unidas (PEDS II, pp. 195, 197, 199).	Assimetria na distribuição de capacidades; baixo alcance e apropriação no nível local (PEDS II, pp. 194-195).
Operacional	Estrutura técnica da DNP, integração do Sistema Nacional de Planeamento (SNP), uso do SIGOF	Falta de dispositivos formais e permanentes de coordenação; dependência de redes informais e

	e Módulo de Seguimento e Avaliação	comprometimento individual dos atores.
Política	Fórum Multissetorial de Alto Nível, articulação com parceiros internacionais, envolvimento de atores não estatais	Participação predominantemente consultiva; baixa institucionalização de processos deliberativos; ausência de regras procedimentais.
Transferência e Adaptação de Políticas	Cooperação técnica e normativa com as Nações Unidas, integração dos ODS, Agenda 2063 e SAMOA Pathway, adoção de padrões globais	Risco de dependência excessiva de apoio externo; necessidade de adaptação efetiva dos modelos internacionais ao contexto nacional.

Quadro 4: Elaboração própria

6.1.6. Síntese Exploratória e Proposições Analíticas

A partir da análise documental do arranjo institucional da nacionalização dos ODS em Cabo Verde, considerando os PEDS I (2017-2021), PEDS II (2022-2026) e instrumentos complementares do Sistema Nacional de Planeamento, permite delinear um conjunto de suposições exploratórias sobre as potencialidades e limitações do modelo adotado pelo Estado cabo-verdiano. Trata-se de uma leitura interpretativa que, embora sustentada em evidências documentais, assume caráter provisório e orientador, que será aprofundada e problematizada a partir da análise empírica subsequente.

De forma geral, os documentos analisados indicam que a opção por um modelo de implementação dos ODS centrado no PEDS, sob coordenação da Direção Nacional de Planeamento (DNP), configura um esforço deliberado de integração das dimensões intersetorial e intergovernamental da Agenda 2030 no núcleo do sistema nacional de planificação. O PEDS é apresentado como instrumento estruturante que procura alinhar prioridades nacionais com compromissos internacionais, articulando metas económicas, sociais e ambientais num quadro estratégico único, em consonância com a lógica integrada da Agenda 2030 e de outros referenciais globais de desenvolvimento sustentável. (PEDS II, pp. 14-15, 198-200).

No que respeita às capacidades analíticas e operacionais, a análise documental sugere um grau relativamente consolidado dessas dimensões no nível central da administração pública. A existência de instrumentos tecnicamente estruturados, como o Sistema Estatístico Nacional (SEN), o Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF), os quadros lógicos de planeamento e o Módulo de Seguimento e Avaliação (MSA), (PEDS I, p. 184; PEDS II, pp. 195, 197, 199-200), evidencia a presença de mecanismos capazes de apoiar o acompanhamento das metas estratégicas e o alinhamento das políticas públicas nacionais com indicadores internacionais. Esses dispositivos conferem coerência técnica ao sistema de planeamento e reforçam a capacidade do Estado de monitorizar a execução do PEDS e dos ODS de forma sistemática.

Todavia, apesar desses avanços no plano central, os documentos também revelam fragilidades significativas nas capacidades políticas e operacionais descentralizadas. Observa-se uma limitada institucionalização de mecanismos formais de coordenação intersetorial e intergovernamental, bem como lacunas na consolidação de espaços estruturados de participação e co-decisão. A assimetria entre capacidades centrais e locais é explicitamente reconhecida nos diagnósticos do PEDS II e nos Relatórios Nacionais Voluntários, indicando que os municípios enfrentam constrangimentos técnicos, financeiros e institucionais que limitam a sua autonomia e a sua participação efetiva no processo de implementação dos ODS (PEDS I, p. 186; PEDS II, p. 200). Essas fragilidades poderão afetar a resiliência do arranjo, sobretudo diante da assimetria entre capacidades centrais e locais (PEDS II, pp. 194-195), reconhecidas no VNR e no diagnóstico feito no PEDS II.

No domínio da transferência e adaptação de políticas, a análise documental aponta para uma capacidade relevante de internalização de agendas e padrões internacionais. Os PEDS evidenciam a incorporação explícita da Agenda 2030, da Agenda 2063 da União Africana e do SAMOA Pathway, (PEDS I, pp. 49-50; PEDS II, pp. 14-15). Essa capacidade é reforçada pela cooperação técnica com o Sistema das Nações Unidas, que fornece apoio metodológico, normativo e técnico à adaptação dessas agendas ao contexto nacional. Contudo, os próprios documentos sugerem o risco de uma dependência excessiva desse apoio externo, reforçando a necessidade de estratégias de apropriação e contextualização nacional que garantam maior sustentabilidade institucional do processo.

De forma integrada, observa-se que a nacionalização dos ODS através do Programa Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) pode ser interpretada como um sinal de

fortalecimento sobretudo da capacidade política do Estado, na medida em que institucionaliza a Agenda 2030 no centro do sistema nacional de planeamento, conferindo-lhe carácter vinculativo e reduzindo a dependência de vontades conjuntural dos governos. Simultaneamente, essa opção reforça a capacidade operacional, ao exigir a mobilização coordenada de instrumentos técnicos de planeamento, monitorização e execução alinhados às prioridades estratégicas nacionais. Em conjunto, esses elementos sugerem que o arranjo institucional cabo-verdiano se orienta para uma apropriação relativamente estruturada da Agenda 2030, ainda que essa suposição deva ser confirmada e aprofundada a partir da percepção e da experiência dos atores envolvidos na implementação.

À luz dessa leitura exploratória, a etapa da análise das entrevistas assume papel central para avaliar o grau efetivo de institucionalização da coordenação intersetorial, a existência de mecanismos substantivos de participação social, a capacidade de mobilização e retenção de quadros técnicos, a continuidade política das estruturas criadas e a efetividade dos processos de adaptação nacional de políticas e modelos internacionais. As entrevistas permitirão, assim, confrontar o desenho formal do arranjo institucional com as práticas concretas de governança, identificando fatores facilitadores e constrangimentos à implementação dos ODS no contexto cabo-verdiano.

Em síntese, estas conclusões documentais têm carácter provisório e analítico, funcionando como base para complementaridade pela etapa das entrevistas. O seu aprofundamento permitirá compreender de forma mais precisa os limites e potencialidades do arranjo institucional do PEDS, bem como os desafios associados à consolidação de uma governança do desenvolvimento sustentável mais integrada, participativa e resiliente em Cabo Verde.

6.2. Análises das Entrevistas

6.2.1. Capacidades Analíticas

Esta dimensão diz respeito ao conjunto de competências técnicas e organizacionais que permitem ao Estado produzir, tratar e interpretar informações necessárias à formulação e monitorização de políticas públicas. A subcategoria ***Produção e uso de dados*** refere-se à capacidade institucional de recolher, harmonizar e analisar dados estatísticos, condição essencial para o acompanhamento dos ODS. A literatura de Wu, Ramesh & Howlett (2015), bem como Fukuyama (2013), destaca que sistemas de informação robustos são elementos

centrais da capacidade estatal. Já a subcategoria ***Instrumentos de monitorização e avaliação*** abrange mecanismos utilizados para acompanhar e avaliar a implementação das políticas, incluindo relatórios, plataformas digitais, matrizes de indicadores e sistemas integrados de M&A, o que reforça a existência de instrumentos de avaliação é fundamental para medir resultados, identificar lacunas e garantir accountability.

Subcategoria: Produção e Uso de Dados

A análise da subcategoria “Produção e Uso de Dados” revela a existência de um ecossistema estatístico nacional relativamente consolidado, no qual determinadas instituições assumem papel central na geração, organização e circulação de informação relevante para o seguimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As evidências empíricas demonstram que o Instituto Nacional de Estatística (INE) é amplamente reconhecido pelos entrevistados como uma entidade tecnicamente sólida e respeitada no sistema institucional cabo-verdiano. Tal reconhecimento manifesta-se em afirmações como: *“o Instituto Nacional de Estatística, que é uma instituição sólida e respeitada também pelos nossos parceiros”* e *“o INE faz a medição dos grandes indicadores... trabalha os indicadores do ODS, faz as adaptações, porque são indicadores comparáveis a nível internacional”* (Livro de códigos 1). Estas expressões revelam a credibilidade técnica atribuída à instituição e o seu papel nodal na produção de dados de referência nacional e internacional.

A centralidade do INE articula-se estreitamente com a Direção Nacional de Planeamento (DNP), responsável pela coordenação dos dados provenientes dos diversos setores ministeriais. As entrevistas indicam a existência de uma prática consolidada de recolha sistemática de informação, expressa na referência a relatórios de produção de dados, indicadores de progresso e instrumentos de avaliação de políticas: *“elaboramos os relatórios de produção de dados, indicadores de progresso, avaliação de políticas”*, bem como no registo de que *“existe uma plataforma digital, a nível da Direção Nacional do Planeamento... apoiada pelo sistema das Nações Unidas”*, alimentada por informações provenientes dos ministérios e do próprio INE. (Livro de códigos 1). Esta infraestrutura institucional traduz uma capacidade analítica instalada no nível central, comprometida com a harmonização de indicadores e com a produção de dados para monitorização do PEDS e dos ODS.

No entanto, ao mesmo tempo que as entrevistas evidenciam potencialidades claras, expõem também limitações estruturais que comprometem a territorialização e a abrangência da monitorização. Diversos entrevistados destacam problemas metodológicos relacionados com a

adaptação nacional dos indicadores, afirmando, por exemplo, que “às vezes deparamos com o problema de definição de indicadores e adaptação a nível nacional” .(Livro de codigos 1)

Os desafios estendem-se à produção de dados no nível municipal, frequentemente descrita como frágil ou inexistente: “o seguimento não está estruturado a nível dos municípios”. (Livro de codigos 1). Esta lacuna compromete a produção de dados desagregados e limita a capacidade do país de monitorizar desigualdades territoriais ou impactos específicos das políticas públicas em diferentes ilhas e municípios.

A análise revela ainda tensões institucionais entre centralização e descentralização dos processos de produção de dados. Embora o INE e a DNP possuam estruturas e procedimentos sólidos, a heterogeneidade das capacidades técnico-administrativas dos setores e municípios cria descontinuidades na qualidade e periodicidade da informação recolhida. A existência de “microindicadores” dependentes de entidades privadas, como descrito por um entrevistado ao afirmar que “são microindicadores... aí entra a parte privada, pedem estudos específicos e nós fazemos esse seguimento”. (Livro de codigos 1), evidencia um sistema fragmentado, no qual coexistem indicadores robustos e outros menos institucionalizados, dependentes de iniciativas pontuais de parceiros externos ou do setor privado.

Assim, a subcategoria revela um cenário ambivalente: de um lado, uma estrutura estatística tecnicamente consolidada no nível central; de outro, uma fragilidade evidente no nível local e setorial, que limita a coerência global do sistema de monitorização. Esta assimetria institucional materializa-se na coexistência de mecanismos sofisticados de recolha e tratamento de dados, como plataformas digitais e relatórios periódicos, com lacunas significativas na capacidade de recolha e sistematização no território.

À luz do referencial teórico, os achados dialogam diretamente com Wu, Ramesh e Howlett (2015), para quem a capacidade analítica constitui um elemento fundamental da ação estatal, permitindo transformar dados em evidências orientadoras da decisão pública. A robustez do INE e da DNP confirma o argumento de Fukuyama (2013) sobre a importância da informação como recurso estratégico do Estado moderno. Paralelamente, as limitações metodológicas, a dificuldade de harmonização dos indicadores e a escassez de bases de dados territorializadas refletem as preocupações de Cavalcante e Pires (2018), que defendem que déficits de capacidade informacional comprometem a eficácia das políticas públicas. Assim, a análise empírica confirma que a capacidade analítica cabo-verdiana é simultaneamente um ponto forte

e um constrangimento, robusta no plano central mas limitada pela distribuição desigual das capacidades e pela fragilidade da produção local de dados.

Subcategoria: Instrumentos de Monitorização e Avaliação

A análise da subcategoria “Instrumentos de Monitorização e Avaliação” evidencia a existência de um conjunto relativamente estruturado de mecanismos institucionais que sustentam o acompanhamento contínuo das políticas públicas e, em particular, da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Cabo Verde. As entrevistas revelam que a Direção Nacional de Planeamento (DNP) e o Instituto Nacional de Estatística (INE) desempenham papéis centrais nesse processo, sendo amplamente reconhecidos pelos atores como entidades responsáveis pela recolha, sistematização e reporte de indicadores. Nesse sentido, um dos entrevistados afirma que *“a avaliação e monitoramento é feita pela Direção Nacional de Planeamento e pelo Instituto Nacional de Estatística”*, (Livro de Códigos 2), indicando a existência de uma arquitetura de acompanhamento institucionalizada e distribuída entre diferentes órgãos do Estado.

Os dados revelam que o sistema de monitorização assenta numa combinação de instrumentos digitais, relatórios periódicos e processos de reporte interministerial. Entre os mecanismos formais, destaca-se a plataforma digital gerida pela DNP, mencionada como um sistema que *“é controlado pela Direção Nacional de Planeamento, onde todos vão reportando informações e fazemos um reporte trimestral por cada período de avaliação”* (Livro de códigos 2). Essa infraestrutura tecnológica parece constituir um elemento fundamental para a recolha sistemática de dados sobre o estado de implementação de projetos e indicadores associados ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS). Um entrevistado reforça esse ponto ao explicar que *“é um sistema informatizado, os setores introduzem os dados e no momento que você precisa, imediatamente vai ao sistema e já recolhe as informações sobre o estado de implementação de determinado projeto”* (Livro de códigos 2).

A existência desse sistema reforça a capacidade analítica central do Estado, ao permitir a consolidação de informações provenientes de diferentes ministérios e setores. Contudo, o mesmo corpus evidencia que a qualidade dos dados reportados e a regularidade dos fluxos informativos dependem fortemente da atuação dos denominados “gestores de programa” ou pontos focais, que, como referido, *“devem ter ou têm acesso ao sistema de monitorização e*

avaliação onde reportam”. ” (Livro de códigos 2). A centralidade desses atores sugere que o processo de monitorização é simultaneamente dependente da capacidade institucional e da capacidade individual, revelando potencial vulnerabilidade associada à rotatividade de quadros e às assimetrias setoriais.

Outro elemento relevante evidenciado nas entrevistas diz respeito ao alinhamento metodológico e à articulação com os sistemas internacionais de monitorização. Vários entrevistados sublinham que *“nós fazemos esse seguimento de implementação com as Nações Unidas, onde ressaltamos os indicadores que estão no quadro das Nações Unidas, indicadores esses que fazem parte também dos indicadores nacionais”*, ” (Livro de códigos 2), demonstrando que a monitorização cabo-verdiana está integrada numa lógica multinível de reporte e accountability internacional. Essa relação adquire especial relevância nos exercícios de prestação de contas global, como o Relatório Nacional Voluntário (VNR), descrito como *“um exercício muito profundo, muito detalhado... sobre o que tinha sido a execução do PEDS I e como se faria a transição para o PEDS II”* (Livro de códigos 2). Tais exercícios evidenciam a crescente internalização de práticas internacionais de avaliação, contribuindo para a harmonização dos instrumentos nacionais com normas e métricas globais.

A monitorização envolve ainda fóruns regulares de discussão e avaliação, como os *Partners Meetings* mensais e os momentos de *prestação de contas ao nível do Cooperation Framework*, que ocorrem duas vezes por ano. Segundo um entrevistado, esses espaços reforçam a *“sinergia entre o governo e as Nações Unidas, sob liderança da Direção Nacional do Plano”* ” (Livro de códigos 2), indicando que o sistema de monitorização vai além da mera recolha de dados, incorporando também dinâmicas colaborativas e inter institucionais de análise e tomada de decisão.

Apesar dessas potencialidades, a análise evidencia alguns limites estruturais. A dependência de plataformas digitais geridas centralmente e a variabilidade na capacidade de reporte dos setores sugerem desafios de consistência e padronização. A recorrente necessidade de interlocução entre a DNP e os ministérios, mencionada na afirmação *“claro que a DNP está sempre interligada, mas o setor de implementação é o ministério correspondente”*, ” (Livro de códigos 2), demonstra que a fluidez da monitorização depende de processos de coordenação que, em alguns casos, podem não estar plenamente institucionalizados ou formalizados. Além disso, situações em que *“intervenções extrapolam a área de atuação de um Ministério”* ” (Livro de

codigos 2), exigem atuação ativa da DNP para garantir coerência e alinhamento, revelando que o sistema ainda enfrenta desafios de integração transversal.

Em síntese, a análise desta subcategoria revela um sistema de monitorização e avaliação relativamente estruturado, apoiado em instrumentos digitais, rotinas de reporte e articulações multilaterais. A existência de fóruns de discussão, relatórios periódicos e mecanismos de prestação de contas reforça a capacidade analítica do Estado cabo-verdiano. No entanto, persistem desafios relacionados à regularidade do reporte, à dependência de atores específicos e à articulação entre diferentes níveis e setores. À luz do referencial teórico, esses achados dialogam com Wu, Ramesh e Howlett (2015), para quem a capacidade analítica não se restringe à existência de instrumentos, mas depende da integração institucional e da capacidade de transformar dados em processos de decisão consistentes. Ao mesmo tempo, as dificuldades de coordenação intersetorial evocam os argumentos de Rhodes (2007; 2012) sobre a complexidade da governação em contextos de múltiplos atores, enquanto a forte integração com sistemas internacionais confirma as dinâmicas de transferência e tradução de políticas descritas por Dolowitz e Marsh (2000) e Porto de Oliveira (2021).

Os achados da análise indicam a necessidade de aprofundar a institucionalização dos sistemas de monitorização e avaliação dos ODS, particularmente no que se refere à regularidade do reporte, à clarificação das responsabilidades institucionais e ao fortalecimento da articulação intersetorial e intergovernamental. A evidência empírica revela que, embora a produção de dados ocorra de forma relativamente consistente no nível central, a sua utilização como suporte à tomada de decisão estratégica permanece desigual e concentrada, conforme identificado na subcategoria relativa à Produção e Uso de Dados. Essa limitação é agravada por fragilidades associadas aos instrumentos de monitorização e avaliação, que, apesar de existentes, apresentam funcionamento pouco sistemático, marcado por irregularidade no reporte e dependência de atores específicos.

Esses resultados apontam para a importância de consolidar rotinas institucionais regulares de reporte e de interpretação coletiva da informação, de modo a transformar instrumentos técnicos já disponíveis em dispositivos estáveis de coordenação e aprendizagem institucional. Tal leitura é consistente com a conceção de capacidade analítica proposta por Wu, Ramesh e Howlett (2015), segundo a qual a efetividade dessa capacidade não depende apenas da existência de dados e ferramentas, mas da sua integração em processos decisórios estruturados e recorrentes.

6.2.2. Capacidades Operacionais

Refere-se às condições práticas, organizacionais e administrativas para executar políticas públicas. A subcategoria ***Coordenação interministerial*** observa os mecanismos de articulação horizontal entre ministérios e setores, fundamentais para políticas intersetoriais como os ODS. Segundo Gomide & Pires e Peters, a integração entre órgãos governamentais é essencial para superar silos burocráticos. A subcategoria ***Articulação entre níveis central e local*** examina como o governo central interage com os municípios, incluindo fluxos de informação, mecanismos de apoio técnico e a distribuição de responsabilidades. A literatura sobre governança multinível evidencia que a eficácia da implementação depende da coordenação vertical entre diferentes escalas de governo.

Subcategoria: Coordenação Interministerial

A análise da subcategoria “Coordenação Interministerial” evidencia que a arquitetura institucional responsável pela implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Cabo Verde assenta num processo de articulação horizontal que, embora formalmente reconhecido, opera de forma complexa e muitas vezes dependente de dinâmicas informais entre os atores envolvidos. As entrevistas revelam que a Direção Nacional de Planeamento (DNP) desempenha um papel de liderança transversal, funcionando como o principal ponto de convergência entre setores, ministérios e estruturas governamentais com responsabilidade na execução das metas do PEDS e da Agenda 2030. Um dos entrevistados afirma que *“a Direção Nacional de Planeamento tem um contato muito grande com todos os setores, porque todas as atividades a serem realizadas são inscritas no OGE e passam pela DNP”* (Livro de códigos 3), destacando a sua posição estratégica na coordenação técnica e administrativa das políticas públicas.

O processo de coordenação interministerial, tal como descrito pelos participantes, não se limita ao fluxo de informações, mas integra mecanismos de validação, alinhamento e harmonização metodológica que condicionam a execução das políticas. As evidências sugerem que a DNP atua como mediadora quando surgem sobreposições de competências ou discrepâncias entre diferentes ministérios, conforme ilustrado na declaração: *“quando vemos que alguma intervenção ultrapassa a função de um Ministério, a DNP faz a ligação e identifica qual outro Ministério deve estar associado”* (Livro de códigos 3). Este papel de mediação reflete uma forma de coordenação que, embora não totalmente institucionalizada em normativos rígidos, é

praticada de forma contínua e adaptativa, constituindo um mecanismo essencial para assegurar coerência entre políticas setoriais.

A natureza dessa coordenação, contudo, revela tensões inerentes ao funcionamento do aparelho estatal cabo-verdiano. Se por um lado, há evidências claras de cooperação entre os setores, por outro, os entrevistados indicam que *“a articulação existe, mas depende muito das pessoas que estão à frente dos processos”* (Livro de códigos 3), apontando para uma fragilidade estrutural relacionada à excessiva dependência das capacidades individuais e à rotatividade de quadros. Esta observação evoca diretamente a literatura de capacidades estatais, segundo a qual a coordenação horizontal é mais eficaz quando sustentada por rotinas formalizadas e estruturas institucionais estáveis, e não apenas por relações interpessoais (Wu, Ramesh & Howlett, 2015; Cavalcante & Pires, 2018).

A coordenação interministerial manifesta-se também em espaços formais de reunião e partilha de informação, alguns dos quais descritos como *“momentos de encontro dos pontos focais para discussão dos problemas encontrados e alinhamento do processo”* (Livro de códigos 3). Estes momentos, embora regulares, variam significativamente em eficácia, dependendo da qualidade do reporte dos setores, da disponibilidade de informações e do compromisso dos atores. Um entrevistado observa que *“em alguns setores, o processo funciona bem; noutros, há dificuldades em cumprir prazos e apresentar dados completos”* (Livro de códigos 3), evidenciando assimetrias na capacidade administrativa entre ministérios e uma fluidez limitada nos mecanismos de comunicação.

A coordenação torna-se particularmente relevante no contexto de políticas intersectoriais, como as metas dos ODS, cuja natureza transversal exige articulação de múltiplos atores. As entrevistas mostram que, em muitos casos, a coordenação é reativa, ativando-se em resposta a necessidades específicas ou desafios emergentes. Esta característica sugere que, embora exista um sistema de comunicação entre ministérios, as rotinas de coordenação ainda não alcançaram a plena institucionalização preconizada pela literatura de governança colaborativa (Ansell & Gash, 2008), que destaca a importância de regras claras, confiança interorganizacional e processos participativos consolidados.

No entanto, as evidências demonstram também que a coordenação interministerial tem potencial para funcionar como mecanismo estabilizador da política pública, especialmente quando associada à capacidade técnica da DNP. A afirmação de que *“a DNP acompanha os projetos desde a sua formulação até à execução, garantindo que estejam alinhados com o*

PEDS e com os ODS” (Livro de códigos 3), reforça que a coordenação não é apenas administrativa, mas estratégica, atuando como eixo integrador entre planejamento, monitorização e execução.

Do ponto de vista analítico, os achados desta subcategoria dialogam amplamente com a literatura que aborda a coordenação interministerial como componente essencial da capacidade operacional do Estado. Rhodes (2007; 2012) identifica a crescente interdependência entre unidades governamentais como uma marca dos sistemas administrativos contemporâneos, e os dados empíricos de Cabo Verde confirmam esta dinâmica, mostrando que a ação governativa só se torna eficaz quando existe articulação contínua entre setores. Simultaneamente, a dependência de relações pessoais e a ausência de rotinas formalizadas alinham-se às preocupações de Gomide e Pires (2014) sobre a vulnerabilidade de arranjos institucionais excessivamente personalizados.

Em síntese, a análise subcategoria revela que a coordenação interministerial em Cabo Verde apresenta um conjunto de forças, como a liderança técnica da DNP e a existência de canais de comunicação relativamente estáveis, mas também fragilidades significativas relacionadas à dependência de atores específicos, à variabilidade setorial e à insuficiente institucionalização de mecanismos formais de articulação. O resultado é um sistema que funciona, mas cuja eficácia depende de fatores contingenciais e capacidades individuais, o que coloca desafios para a implementação sustentada e coerente dos ODS.

Subcategoria: Articulação entre Níveis Central e Local

A análise da subcategoria “Articulação entre Níveis Central e Local” revela que a relação entre o Governo central e os municípios constitui um dos eixos mais sensíveis da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Cabo Verde. Embora exista um reconhecimento generalizado da importância estratégica dos governos locais na territorialização das políticas públicas, as evidências mostram que essa articulação permanece limitada, desigual e fortemente dependente da capacidade técnica disponível no âmbito municipal.

Os entrevistados assinalam de forma recorrente que os municípios desempenham um papel significativo na execução de políticas públicas, mas enfrentam constrangimentos estruturais que dificultam a participação plena nos processos de planejamento e monitorização. Um dos participantes afirma que *“os municípios são importantes, mas não têm uma estrutura adequada*

para acompanhar o PEDS ou os ODS como deveria ser” (Livro de códigos 4), evidenciando a fragilidade institucional que condiciona a autonomia analítica e operacional das administrações locais.

A relação entre os dois níveis de governo parece marcada por uma assimetria acentuada de recursos e competências. Vários entrevistados assinalam que *“os municípios não possuem corpo técnico suficiente para recolher e tratar dados, e por isso acabam por depender da DNP e dos ministérios”* (Livro de códigos 4).

Esta dependência limita a capacidade dos municípios de monitorizar projetos, elaborar relatórios ou mesmo de participar num diálogo interinstitucional equilibrado. Na prática, isso gera um processo de implementação mais centralizado, no qual as diretrizes e informações fluem predominantemente do nível central para o local, mas com pouca retroalimentação estruturada em sentido inverso.

A ausência de mecanismos formais e estáveis de articulação territorial é reiterada nas entrevistas. Um dos interlocutores observa que *“não existe ainda um sistema estruturado de seguimento ao nível dos municípios; cada um trabalha de forma diferente, com as suas próprias dificuldades”* (Livro de códigos 4). Esta constatação sugere que, embora a retórica da descentralização seja reconhecida, os instrumentos administrativos que permitiriam consolidar uma governança multinível, como sistemas de monitorização partilhados, pontos focais municipais ou rotinas de reporte, ainda não se encontram plenamente institucionalizados.

Outro elemento central identificado nas evidências diz respeito ao papel das Associações de Municípios. Alguns entrevistados mencionam que *“a relação com os municípios acontece mais através da Associação Nacional dos Municípios, porque facilita o diálogo”* (Livro de códigos 4). Esta mediação indica que, na ausência de canais diretos consolidados entre cada município e o Governo central, a articulação frequentemente se dá através de estruturas coletivas, que funcionam como intermediárias na transmissão de prioridades e alinhamentos estratégicos. No entanto, essa mediação não substitui a necessidade de mecanismos técnicos permanentes e diretamente instalados nos governos locais.

Os dados também sugerem que a articulação entre níveis de governo ocorre, muitas vezes, de forma reativa e não sistemática. Um entrevistado relata que *“as reuniões com os municípios são chamadas quando há necessidade, mas não fazem parte de um calendário formal de acompanhamento”* (Livro de códigos 4). Tal dinâmica contraria os princípios da governança

multinível descritos por Hooghe e Marks, nos quais a coordenação territorial deve resultar de processos estáveis, previsíveis e institucionalmente ancorados.

Apesar das fragilidades identificadas, a análise revela sinais de potencialidade. Alguns interlocutores reconhecem que, mesmo com limitações, “*os municípios estão cada vez mais envolvidos e demonstram interesse em participar no seguimento das políticas*” (Livro de códigos 4). Esse movimento aponta para uma abertura crescente à institucionalização de práticas de articulação, que poderia ser fortalecida por estratégias de formação técnica, digitalização de sistemas e criação de canais permanentes de comunicação.

À luz da literatura, os achados desta subcategoria reforçam as premissas de Wu, Ramesh e Howlett (2015) sobre a importância da capacidade operacional distribuída entre níveis de governo. A concentração de capacidades no nível central e a ausência de mecanismos de coordenação territorial estruturada confirmam as dificuldades típicas de sistemas que dependem de capacidades assimétricas, conforme discutido por Cavalcante e Pires (2018). Ao mesmo tempo, a fragilidade institucional na relação central–local contrasta com os princípios da governança colaborativa (Ansell & Gash, 2008), que pressupõem interação contínua, confiança mútua e partilha de responsabilidades, elementos ainda pouco consolidados no contexto cabo-verdiano.

Em síntese, a articulação entre níveis central e local caracteriza-se por avanços pontuais, reconhecida importância estratégica, mas limitações significativas que condicionam a territorialização efetiva dos ODS. O sistema funciona, mas opera de forma desigual, fragmentada e dependente das capacidades individuais e institucionais disponíveis no território. Assim, a implementação plena dos ODS exige que o Estado cabo-verdiano avance na construção de estruturas permanentes de diálogo, fortaleça capacidades técnicas municipais e institucionalize mecanismos de coordenação vertical capazes de transformar o potencial existente em resultados concretos.

Subcategoria: Condições Administrativas

A análise da subcategoria *Condições Administrativas* evidencia que a capacidade operacional do Estado cabo-verdiano para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) está fortemente condicionada pela disponibilidade, pela organização e pela mobilização dos recursos administrativos, incluindo orçamento, recursos humanos, meios logísticos e procedimentos internos. As entrevistas revelam que, embora exista reconhecimento

institucional da centralidade dessas condições para a execução do PEDS, persistem constrangimentos estruturais que afetam a previsibilidade, a continuidade e a eficácia da ação pública.

No plano dos recursos orçamentais, os entrevistados apontam de forma recorrente para a concentração da gestão financeira no Ministério das Finanças e para a forte dependência de fontes externas de financiamento, como fundos climáticos e parcerias com organismos internacionais. Expressões como “*o primeiro desafio é o financiamento*” (Livro de Códigos 13), e referências a “*orçamentos de restrição*” (Livro de Códigos 13), nos anos de 2022 e 2023 evidenciam que a implementação do PEDS ocorreu num contexto de forte pressão fiscal e de prioridades concorrentes, associadas sobretudo à recuperação económica pós-crise. Ainda que alguns entrevistados relativizem o peso absoluto da escassez financeira, destacando que o problema central reside na capacidade de absorção e execução dos recursos disponíveis, essa percepção reforça a ideia de que as condições administrativas não se esgotam no volume de financiamento, mas incluem também a capacidade institucional de o gerir eficazmente.

No que se refere aos recursos humanos, emerge de forma consistente a preocupação com a suficiência “*acho que com o aumento de técnicos, já poderíamos ter mais projetos prontos e a funcionar*” “*O Banco Mundial, a União Europeia, as cooperações bilaterais, Portugal, Espanha, Luxemburgo, para não falar das outras, mas essas que são mais importantes. Fica difícil uma pequena administração, um pequeno número de elementos da administração pública poderem estar em todo lado ao mesmo tempo para dar resposta a tudo*” (Livro de Códigos 13), a estabilidade e a mobilidade dos quadros técnicos da administração pública. “*Consta-se que existe uma mobilidade dos técnicos na Administração pública*”; (Livro de Códigos 13). Os entrevistados mencionam limitações associadas ao reduzido número de técnicos disponíveis, à sobrecarga de trabalho e à perda recorrente de recursos humanos, sobretudo em contextos de mudança política, particularmente ao nível local. A rotatividade de quadros é descrita como um fator crítico que compromete a continuidade institucional e a acumulação de conhecimento organizacional, sendo agravada por fatores estruturais como a insularidade e a limitada atratividade da carreira pública. Ao mesmo tempo, reconhece-se a existência de técnicos competentes e de esforços de capacitação, ainda que insuficientes para neutralizar os efeitos da mobilidade e da fragmentação administrativa.

As condições logísticas e tecnológicas surgem igualmente como elemento relevante da capacidade operacional. Alguns entrevistados destacam limitações no uso eficiente de

ferramentas digitais, apontando que a sobrecarga dos técnicos poderia ser mitigada não necessariamente pelo aumento do número de funcionários, mas pela inovação nos modos de atuação, pela integração de sistemas e pela digitalização dos processos administrativos. “*Não utilizamos o digital de forma eficiente, e retirar a sobrecarga dos técnicos. Por isso que eu não concordo que a solução seja recrutar mais pessoas, mas sim inovar a nossa forma de intervir, inovar a nossa forma de responder, inovar a nossa forma de atuar em termos de fazer as coisas*” ”; (Livro de Códigos 13). Essas referências indicam que as condições administrativas envolvem não apenas recursos tradicionais, mas também a capacidade de reorganizar procedimentos e adotar soluções tecnológicas que aumentem a eficiência da ação pública.

De forma transversal, as entrevistas revelam que as condições administrativas influenciam diretamente a coordenação intersetorial e intergovernamental. A dificuldade de uma “*pequena administração*” (Livro de Códigos 13), responder simultaneamente às exigências de múltiplos parceiros internacionais, projetos e agendas reforça a percepção de sobrecarga institucional e de fragmentação da ação administrativa. Além disso, surgem referências à necessidade de instrumentos de gestão mais robustos para o trabalho com os municípios, incluindo maior transparência, padronização de procedimentos e reforço das capacidades locais de execução, evidenciando a interdependência entre condições administrativas e articulação multinível. “Tem que haver instrumentos de gestão muito bem definidos, que é para podermos trabalhar seriamente com os municípios, E também trabalhar para que haja mais transparência na gestão municipal”; (Livro de Códigos 13).

À luz do referencial teórico, estes achados dialogam diretamente com Wu, Ramesh e Howlett (2015), para quem a capacidade operacional depende da existência de recursos adequados, de rotinas administrativas estáveis e da capacidade de transformar decisões em ações efetivas. As evidências empíricas confirmam que a fragilidade das condições administrativas, seja pela escassez de recursos, pela instabilidade dos quadros ou pela limitação dos procedimentos, tende a reduzir a previsibilidade e a sustentabilidade da implementação das políticas. Simultaneamente, a dependência de financiamento externo e de múltiplos parceiros internacionais aproxima-se dos argumentos da literatura sobre governação em contextos complexos, nos quais a multiplicidade de atores e agendas aumenta os custos de coordenação e pressiona as capacidades administrativas do Estado (Rhodes, 2007; 2012).

Em síntese, a análise desta subcategoria revela que as condições administrativas constituem um eixo crítico da capacidade operacional do Estado cabo-verdiano no processo de nacionalização

dos ODS. Embora existam esforços de mobilização de recursos, capacitação técnica e modernização administrativa, persistem desafios estruturais associados à previsibilidade financeira, à estabilidade dos recursos humanos, à eficiência dos procedimentos e à capacidade de coordenação multinível. Esses fatores condicionam a execução do PEDS e reforçam a necessidade de compreender as condições administrativas não como elementos acessórios, mas como componentes centrais da governança e da implementação das políticas de desenvolvimento sustentável em Cabo Verde.

Em conjunto, a análise das subcategorias que integram a Capacidade Operacional (coordenação interministerial, articulação entre os níveis central e local e condições administrativas), revela um arranjo institucional que, embora funcional, permanece marcado por assimetrias estruturais e fragilidades de institucionalização. As entrevistas indicam que a execução das políticas associadas à Agenda 2030 em Cabo Verde depende, em larga medida, da mobilização de esforços individuais, de redes informais e de iniciativas associadas a projetos específicos, em detrimento de mecanismos administrativos e procedimentais estáveis. Ainda que existam instrumentos de planeamento e gestão que conferem coerência à ação pública no nível central, a limitada previsibilidade financeira, a instabilidade dos recursos humanos e as dificuldades logísticas, particularmente no plano municipal, condicionam a continuidade e a territorialização da implementação das políticas. Esses achados sugerem que a capacidade operacional, nos termos propostos por Wu, Ramesh e Howlett (2015), se encontra parcialmente desenvolvida, permanecendo vulnerável a constrangimentos orçamentais, mudanças institucionais e à dependência de apoios externos.

A recomendação de fortalecer e institucionalizar mecanismos administrativos mais estáveis decorre diretamente dos registos associados à coordenação baseada em relações informais e às fragilidades na articulação entre os níveis central e local evidenciam a recorrência de arranjos ad hoc para viabilizar a execução das políticas. Essa leitura é reforçada pelos códigos relativos às condições administrativas, que destacam limitações orçamentais, elevada rotatividade de quadros e impactos diretos dessas fragilidades na implementação das ações. Ao mesmo tempo, os próprios entrevistados descrevem estratégias adaptativas já mobilizadas para contornar tais restrições, o que indica a existência de soluções práticas em curso, ainda que pouco formalizadas. Esses elementos empíricos apontam para a necessidade de transformar respostas contingentes em rotinas administrativas institucionalizadas, em consonância com a literatura sobre capacidades estatais, que enfatiza a centralidade da estabilidade organizacional e procedimental para a sustentação da capacidade operacional (Wu, Ramesh & Howlett, 2015).

6.2.3. Capacidades Políticas

Trata da habilidade do Estado de construir apoio, mediar interesses, gerar legitimidade e liderar processos decisórios. A subcategoria *Participação social e legitimidade* diz respeito ao envolvimento da sociedade civil, setor privado e outras partes interessadas em processos consultivos e deliberativos. Para Wu, Ramesh & Howlett (2015) e autores de governança colaborativa, a participação social reforça a legitimidade das políticas e amplia a sua aceitação. A subcategoria *Coordenação e liderança institucional* analisa o papel dos órgãos responsáveis por orientar o processo de nacionalização dos ODS, especialmente a Direção Nacional de Planeamento e o Grupo Interinstitucional, e sua capacidade de coordenar atores, definir prioridades e assegurar coesão estratégica, conforme descrito em Rhodes, Christensen e outros autores da literatura institucional.

Subcategoria: Coordenação e Liderança Institucional

A análise da subcategoria *Coordenação e Liderança Institucional* revela que a Direção Nacional de Planeamento (DNP) emerge, de forma recorrente, como o ator central responsável por garantir a articulação política e técnica da implementação dos ODS no quadro do PEDS. A DNP não é apenas descrita como órgão de coordenação, mas como “a cabeça do Sistema Nacional de Planeamento” (Livro de Códigos 5), e a instituição que “faz a coordenação, porque quem implementa são os setores” (Livro de Códigos 5), exercendo um papel estruturante na definição de prioridades, alinhamento estratégico e mediação intersectorial.

A liderança institucional manifesta-se, portanto, tanto na capacidade de *orquestrar* os setores quanto na atuação como autoridade legitimadora das diretrizes nacionais. Diversas falas reforçam essa centralidade ao afirmar que “é extremamente desafiante executar um plano onde temos de alinhar constantemente as prioridades dos diferentes setores”, destacando não apenas a necessidade de coordenação, mas o carácter político desse processo, que implica negociação, sensibilização e, em muitos casos, resolução de conflitos entre setores com níveis distintos de prioridade ou sensibilidade em relação ao PEDS e aos ODS.

Outro elemento emergente da análise é a relação entre liderança institucional e capacidade de mediação. A DNP é repetidamente mencionada como a instância que consegue “colocar todos à mesa, alinhar as prioridades [...] e garantir que os setores reportem o cumprimento dos indicadores”, (Livro de Códigos 5,) sinalizando uma liderança que combina autoridade formal com competência relacional e capacidade de mobilizar atores dispersos no aparelho estatal. Em

diversos trechos, os entrevistados reconhecem que a eficácia da implementação depende da “coordenação efetiva e constante”, (Livro de Códigos 5), sobretudo quando a ação governamental envolve “alinhar interesses de dois ou mais setores em torno de um único objetivo”. (Livro de Códigos 5).

Por outro lado, as evidências também revelam desafios estruturais que tensionam essa liderança. Entre os mais mencionados estão a rotatividade de técnicos, que “acarreta dificuldades para implementar os projetos” (Livro de Códigos 5), e a necessidade de “sensibilização dos governantes”, (Livro de Códigos 5), sugerindo que a liderança institucional não está plenamente consolidada horizontalmente nem verticalmente no aparelho estatal. Esse ponto converge com trechos que indicam que existem “ministérios com mais sensibilidade, outros não”, (Livro de Códigos 5) revelando assimetrias internas que dificultam a harmonização das práticas e a institucionalização plena da coordenação interministerial.

Além disso, fatores exógenos também desafiam a liderança estatal. O contexto internacional é citado como elemento que exige constante adaptação, uma vez que “às vezes podem acontecer coisas no meio, fatores externos que podem contribuir para não atingirmos essas metas”. A dependência de financiamento externo e a volatilidade dos parceiros de desenvolvimento reforçam a natureza relacional e negociada da liderança institucional, que precisa gerir múltiplos fluxos, pressões e expectativas simultaneamente.

O processo de coordenação interministerial, tal como descrito pelos participantes, não se limita ao fluxo de informações, mas integra mecanismos de validação, alinhamento e harmonização metodológica que condicionam a execução das políticas. As evidências sugerem que a DNP atua como mediadora quando surgem sobreposições de competências ou discrepâncias entre diferentes ministérios, conforme ilustrado na declaração: “*quando vemos que alguma intervenção ultrapassa a função de um Ministério, a DNP faz a ligação e identifica qual outro Ministério deve estar associado*” (Livro de Códigos 5). Este papel de mediação reflete uma forma de coordenação que, embora não totalmente institucionalizada em normativos rígidos, é praticada de forma contínua e adaptativa, constituindo um mecanismo essencial para assegurar coerência entre políticas setoriais.

A natureza dessa coordenação, contudo, revela tensões inerentes ao funcionamento do aparelho estatal cabo-verdiano. Se por um lado, há evidências claras de cooperação entre os setores, por outro, os entrevistados indicam que “*a articulação existe, mas depende muito das pessoas que estão à frente dos processos*” (Livro de Códigos 5), apontando para uma fragilidade estrutural

relacionada à excessiva dependência das capacidades individuais e à rotatividade de quadros. Esta observação evoca diretamente a literatura de capacidades estatais, segundo a qual a coordenação horizontal é mais eficaz quando sustentada por rotinas formalizadas e estruturas institucionais estáveis, e não apenas por relações interpessoais (Wu, Ramesh & Howlett, 2015; Cavalcante & Pires, 2018).

No plano territorial, a coordenação entre níveis de governo aparece como espaço crítico para o exercício da liderança. Embora os entrevistados afirmem que “a coordenação a nível dos municípios é feita através da DNP”, (Livro de Códigos 5), reconhece-se que essa relação é muitas vezes episódica e acionada “sempre que necessário”, (Livro de Códigos 5), indicando frágil institucionalização da coordenação multinível e dependência de iniciativas ad hoc em vez de rotinas estruturadas e perenes.

Do ponto de vista teórico, os achados alinham-se com Wu, Ramesh & Howlett (2015), que definem a capacidade política como a habilidade de mobilizar apoio, coordenar atores e construir legitimidade para ação governamental. O papel da DNP, tal como revelado pelas entrevistas, combina essas funções, especialmente no esforço de articulação intersetorial e no enquadramento estratégico do PEDS. A ênfase na negociação, no alinhamento e na necessidade de sensibilização ressoa com Rhodes (2007, 2012), ao descrever governança como processo de interdependência e de coordenação não-hierárquica entre múltiplos centros de decisão. Ainda, as dificuldades relacionadas à variação de sensibilidades e capacidades entre ministérios refletem o argumento de Cavalcante & Pires (2018) sobre a heterogeneidade das capacidades estatais e seus impactos na implementação.

A subcategoria Coordenação e Liderança Institucional mostra que a DNP desempenha um papel articulador essencial, garantindo alinhamento metodológico, coerência estratégica e mediação entre ministérios e parceiros internacionais. A liderança sobre os processos de planeamento e implementação dos ODS é reconhecida nas entrevistas como clara, ativa e estruturante. Contudo, essa liderança é, por vezes, condicionada pela heterogeneidade das capacidades setoriais e pela dependência de relações informais, o que limita a plena institucionalização das rotinas de coordenação.

Subcategoria: Participação Social e Legitimidade

A análise da subcategoria “Participação Social e Legitimidade” revela que, apesar de Cabo Verde dispor de um discurso institucional que reconhece a relevância da participação social na

implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a prática ainda se encontra marcada por limitações estruturais e pela ausência de mecanismos robustos de inclusão e deliberação. As entrevistas mostram que, embora existam iniciativas pontuais de envolvimento de organizações da sociedade civil, setores privados e parceiros comunitários, esses processos carecem de sistematicidade, profundidade e institucionalização.

As evidências indicam que a sociedade civil é, em vários momentos, vista como entidade relevante, sobretudo na mobilização comunitária, na identificação de problemas locais e na execução de projetos específicos. Um entrevistado destaca que *“as organizações da sociedade civil têm um papel fundamental, conhecem a realidade no terreno”* (Livro de Códigos 6), reconhecendo o potencial das organizações sociais como agentes de mediação entre Estado e comunidades. No entanto, esse reconhecimento contrasta com a recorrente observação de que *“não existe um mecanismo formal de participação”*, ” (Livro de Códigos 6) e que muitos processos se limitam à consulta pontual, e não à deliberação efetiva ou coprodução de políticas

A ausência de canais institucionalizados de participação coloca desafios diretos à legitimidade das políticas públicas. Em um dos relatos, afirma-se que *“a participação acontece, mas não é estruturada; depende das iniciativas dos projetos ou dos próprios parceiros”* ” (Livro de Códigos 6). Esta dependência de fatores contingenciais reduz a previsibilidade e a consistência do envolvimento social, reproduzindo um modelo de governança de baixa densidade participativa, mais alinhado a práticas consultivas do que a uma participação democrática substantiva.

A situação é agravada pelo facto de setores sociais específicos, como mulheres, jovens, associações comunitárias rurais ou grupos vulneráveis, serem mencionados como pouco representados nas instâncias de diálogo existentes. Alguns entrevistados afirmam que *“certos grupos não são chamados para participar”* (Livro de Códigos 6), e que a inclusão tende a concentrar-se nos mesmos atores habituais. Essa exclusão parcial enfraquece a diversidade das perspectivas incorporadas e compromete a legitimidade social dos processos decisórios.

Por outro lado, a análise mostra que, sempre que a participação ocorre, ela tende a contribuir positivamente para o alinhamento das políticas com as realidades locais. Há relatos de que *“quando a sociedade civil participa, isso ajuda a validar e ajustar as intervenções”* ” (Livro de Códigos 6), reforçando a ideia de que a participação não é apenas um mecanismo normativo, mas também uma fonte de conhecimento contextual fundamental para a eficácia das políticas. Este ponto aproxima a experiência cabo-verdiana das reflexões de Ansell e Gash (2008), para

quem a governança colaborativa depende da capacidade dos atores de partilhar informações, construir confiança e produzir resultados mutuamente aceitáveis.

Contudo, a ausência de estruturas formais dificulta esse processo. Segundo um entrevistado, *“não há um fórum nacional estruturado para debater os ODS com a sociedade civil”* (Livro de Códigos 6). A inexistência de um espaço permanente de diálogo prejudica a construção de confiança e a continuidade das relações entre Estado e sociedade, dois elementos considerados centrais pela literatura da governança colaborativa e pelos estudos sobre legitimidade democrática (Rhodes, 2007; Emerson & Nabatchi, 2015).

As limitações identificadas dialogam diretamente com a literatura sobre capacidades políticas. Wu, Ramesh e Howlett (2015) argumentam que a capacidade política inclui a habilidade de mobilizar apoio, negociar interesses e integrar atores diversos no processo decisório. No caso cabo-verdiano, os dados indicam que essa capacidade existe em termos discursivos, o Estado reconhece a importância da participação, mas carece de instrumentos operacionais que a transformem em prática concreta. A dependência de iniciativas dos parceiros internacionais, mencionada por alguns entrevistados, reforça a fragilidade dessa dimensão, sugerindo que a participação social, quando ocorre, pode estar excessivamente condicionada a agendas externas, e não ao próprio desenho institucional estatal.

Por fim, a análise evidencia um paradoxo: apesar de a participação social ser reconhecida como essencial para a legitimidade e eficácia da implementação dos ODS, ela permanece fragmentada e pouco sistemática. A legitimidade das ações do Estado, portanto, apoia-se mais na credibilidade técnica das instituições centrais do que na construção partilhada de decisões com os atores sociais. Tal configuração pode limitar o potencial transformador da Agenda 2030 no país, uma vez que políticas formuladas sem diálogo estruturado tendem a reduzir sua capacidade de atender às necessidades diversas da população.

Em síntese, a subcategoria “Participação Social e Legitimidade” revela um sistema de governança que reconhece a importância da sociedade civil, mas que ainda não desenvolveu mecanismos institucionalizados de inclusão. Apesar do potencial das organizações sociais e da capacidade demonstrada em iniciativas pontuais, a ausência de rotinas formais e a representatividade desigual comprometem a profundidade democrática e a legitimidade do processo de implementação dos ODS. Assim, o fortalecimento desta dimensão constitui um dos desafios centrais para a consolidação de uma governança mais participativa, deliberativa e alinhada aos princípios da Agenda 2030.

A análise da Capacidade Política, a partir das subcategorias *Coordenação e Liderança Institucional* e *Participação Social e Legitimidade*, revela um arranjo institucional no qual a liderança governamental desempenha um papel central na condução do processo de nacionalização dos ODS, mas com limitações relevantes no que se refere à ampliação da legitimidade democrática e à institucionalização de práticas participativas. As entrevistas indicam que a Direção Nacional de Planeamento (DNP) assumiu uma posição estratégica de coordenação e orientação técnica, contribuindo para a coerência do processo e para a articulação com parceiros nacionais e internacionais. Contudo, essa centralidade também reforça uma dinâmica predominantemente vertical, na qual os espaços de participação social tendem a assumir um caráter consultivo, com limitada capacidade deliberativa e fraca incorporação sistemática das contribuições externas nos processos decisórios.

Do ponto de vista teórico, esses achados confirmam a perspectiva de Wu, Ramesh e Howlett (2015), segundo a qual a capacidade política envolve não apenas liderança e autoridade institucional, mas também a habilidade de construir consensos, gerir interesses e gerar legitimidade sustentada. As dificuldades identificadas na consolidação de mecanismos participativos mais robustos dialogam ainda com a literatura sobre governança colaborativa, que enfatiza a importância da confiança, da reciprocidade e da deliberação partilhada para a eficácia das políticas públicas (Ansell & Gash, 2008). Assim, embora a Capacidade Política esteja presente e atue como fator estruturante do arranjo institucional dos ODS em Cabo Verde, ela permanece parcialmente desenvolvida no que se refere à ampliação da participação social e à diversificação dos centros de decisão.

À luz dos resultados empíricos, a análise indica a necessidade de reforçar a Capacidade Política por meio da institucionalização de mecanismos mais estruturados de participação e deliberação, capazes de complementar a liderança central exercida pelo Estado na condução da Agenda 2030. As entrevistas evidenciam que, embora existam espaços multissetoriais de diálogo, estes operam predominantemente com caráter consultivo e influência limitada nos processos decisórios. Nesse sentido, os achados apontam para a relevância de formalizar regras de funcionamento, periodicidade e representação desses espaços, de modo a ampliar o envolvimento substantivo da sociedade civil, do setor privado e dos governos locais e a conferir maior previsibilidade e densidade institucional à participação.

Essa recomendação decorre diretamente dos registos dos livros de códigos associados à Capacidade Política, que revelam a centralidade da liderança institucional, a participação

predominantemente consultiva e a baixa incorporação sistemática das contribuições externas. Ao mesmo tempo, os registos empíricos indicam uma percepção positiva dos espaços de diálogo existentes, sugerindo que o fortalecimento da capacidade política passa menos pela criação de novos fóruns e mais pelo aprofundamento qualitativo dos arranjos já instituídos. Em consonância com Wu, Ramesh e Howlett (2015) e com a literatura de governança colaborativa (Ansell & Gash, 2008), a consolidação de uma capacidade política mais plural e deliberativa tende a reforçar a legitimidade, a confiança e a sustentabilidade da implementação dos ODS em Cabo Verde.

6.2.4. Capacidade de Adaptação e Transferência

Esta categoria deriva da literatura de difusão, transferência e, sobretudo, tradução de políticas públicas, com base em Porto de Oliveira e Koga (2022). A subcategoria *Adaptação das metas globais* examina os processos pelos quais as metas da Agenda 2030 são reinterpretadas e ajustadas ao contexto cabo-verdiano. De acordo com Porto de Oliveira (2021), a circulação internacional de políticas envolve processos de “tradução ativa”, em que normas globais são transformadas através de negociação e contextualização. Oliveira e Koga (2022) destacam o papel dos “atores tradutores”, que mediam este processo, adequando metas e indicadores às capacidades institucionais locais. A subcategoria *Aprendizagem institucional e difusão* refere-se à absorção de conhecimentos, metodologias e práticas provenientes de redes internacionais, formações e cooperações técnicas. Porto de Oliveira (2021) descreve este processo como aprendizagem em redes transnacionais, enquanto Oliveira e Koga (2022) sublinham a importância da capacidade de absorção institucional como elemento central da tradução. Esta subcategoria capta referências a formações, cooperação técnica, intercâmbio de experiências e uso de boas práticas internacionais.

Subcategoria: Adaptação das Metas Globais

A análise da subcategoria “Adaptação das Metas Globais” evidencia que Cabo Verde desenvolveu um processo de tradução particularmente denso e estruturado das metas da Agenda 2030, articulando normas internacionais às especificidades sociais, económicas e institucionais do país. Este processo, amplamente referido pelos entrevistados, confere ao Estado cabo-verdiano uma capacidade distintiva de contextualizar metas globais num quadro nacional de desenvolvimento, evitando a mera reprodução mecânica dos indicadores internacionais. As

evidências empíricas mostram de forma clara que “o governo está a tentar adaptar essas metas à realidade” e que essa preocupação é entendida como intrínseca à nacionalização da Agenda 2030: “a preocupação de adaptação e de apropriação das medidas para atingir os ODS existe, é real” (Livro de Códigos 7).

A centralidade do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) surge de maneira recorrente nas entrevistas como instrumento político-administrativo que viabiliza esta adaptação. Segundo um dos entrevistados, “o PEDS é uma força a nível da adaptação dos ODS no país” (Livro de Códigos 7), expressão que sintetiza a compreensão de que a integração das metas globais nos instrumentos nacionais não é apenas formal, mas estrutural ao modelo de planeamento cabo-verdiano. Ademais, o mesmo argumento é reforçado por diversas unidades de registo que destacam o alinhamento metodológico entre o PEDS e a Agenda 2030: “ao implementar o PEDS estamos automaticamente a cumprir os ODS” (Livro de Códigos 7); “o casamento dos indicadores foi bem conseguido” (Livro de Códigos 7).

Essa articulação expressa uma forma de governança que considera os ODS não como elementos paralelos ao planeamento nacional, mas como componentes integrados da estratégia de desenvolvimento. A afirmação “toda a abordagem do PEDS tem automaticamente uma relação com os ODS” (Livro de Códigos 7) reforça esta ideia, demonstrando que o país consolidou um enquadramento institucional onde o plano nacional funciona como mecanismo de tradução e operacionalização das metas globais.

À luz da literatura de difusão e tradução de políticas públicas, este processo reflete aquilo que Porto de Oliveira (2021) descreve como “tradução ativa”: um processo no qual ideias e normas circulam internacionalmente, mas são reinterpretadas e reconfiguradas pelos atores locais. Os testemunhos que afirmam que “tornamos os ODS praticamente uma obrigação nacional, integrados dentro do planeamento” (Livro de Códigos 7), indicam exatamente esse movimento, no qual os ODS deixam de ser apenas um referencial global para se tornarem parte constitutiva do sistema nacional de planeamento.

Além disso, as entrevistas evidenciam que o processo de adaptação envolve não apenas ajustes metodológicos, mas também escolhas estratégicas orientadas pela necessidade de produzir coerência entre prioridades nacionais e expectativas internacionais. Um entrevistado afirma que “claramente alinhámos a nossa agenda de desenvolvimento à agenda internacional, intencionalmente, com o objetivo de mobilizar parcerias e recursos” (Livro de Códigos 7). Essa declaração ilustra a dimensão política da adaptação, que não se restringe ao campo técnico,

mas envolve cálculo estratégico e diálogo entre atores domésticos e globais , uma observação alinhada às reflexões de Dolowitz e Marsh (2000) sobre motivações na difusão de políticas.

Outro elemento relevante é a concepção de que a adaptação não é estática, mas dinâmica e situada. O depoimento *“há que analisar a nossa realidade para saber de onde partimos e onde queremos chegar”* (Livro de Códigos 7), demonstra que o processo envolve diagnóstico interno e reflexão crítica sobre as condições socioeconómicas do país, reforçando os argumentos de Oliveira e Koga (2022) sobre o papel dos “atores tradutores” na construção de arranjos de adaptação sensíveis ao contexto local.

Em síntese, a subcategoria “Adaptação das Metas Globais” revela um processo maduro de integração entre normas internacionais e prioridades nacionais, sustentado pela estrutura do PEDS, pela liderança da DNP e por práticas de governança que incorporam elementos de tradução ativa. Cabo Verde demonstra capacidade não apenas de adotar metas globais, mas de reconfigurá-las para que ganhem sentido no seu contexto institucional, económico e territorial. Contudo, este processo, embora bem-sucedido nas evidências apresentadas, também depende da continuidade do fortalecimento institucional e da manutenção de capacidades técnicas e políticas necessárias para assegurar que a adaptação se traduza em resultados concretos até 2030.

Subcategoria: Aprendizagem Institucional e Difusão

A análise da subcategoria “Aprendizagem Institucional e Difusão” evidencia que o processo de implementação da Agenda 2030 em Cabo Verde não se limita à adoção formal das metas globais, mas integra um movimento contínuo de absorção, circulação e internalização de conhecimentos produzidos em redes internacionais e regionais. As entrevistas revelam que a cooperação técnica desempenha um papel decisivo na capacitação das instituições nacionais, contribuindo para o fortalecimento das competências analíticas, operacionais e metodológicas do Estado. Segundo um dos entrevistados, *“a capacitação dos funcionários tem sido reforçada, com formações e workshops sobre planeamento, monitorização, adaptação das metas e avaliação de políticas”* (Livro de Codigos 8). Este relato demonstra que a aprendizagem institucional está ancorada em processos estruturados de formação, frequentemente promovidos em parceria com organismos internacionais, especialmente as Nações Unidas. Os programas de formação contribuem para a atualização das competências técnicas e para a sistematização de procedimentos, criando um ambiente favorável à consolidação de rotinas administrativas e metodológicas alinhadas a padrões globais.

A difusão de práticas e ferramentas ocorre também através de trocas entre países e participação em iniciativas multilaterais. Um entrevistado menciona que *“Cabo Verde tem participado em várias conferências e encontros internacionais sobre desenvolvimento sustentável, onde são partilhadas experiências e boas práticas que depois tentamos aplicar ao nosso contexto”* (Livro de Codigos 8). Este tipo de participação reforça a ideia de que a experiência cabo-verdiana não se desenvolve isoladamente, mas se inscreve em fluxos transnacionais de conhecimento, confirmando a importância das redes globais de aprendizagem descritas por Porto de Oliveira (2021) e Graham, Shipan e Volden (2012).

A aprendizagem institucional manifesta-se ainda na capacidade de adaptar metodologias internacionais às necessidades locais. Como afirma um dos entrevistados, *“recebemos apoio técnico para adaptar indicadores e metodologias, mas somos nós que temos de ajustar à nossa realidade”* (Livro de Codigos 8). Este depoimento confirma uma dinâmica de “tradução contextualizada”, na qual saberes globais são reinterpretados e reapropriados pelos atores nacionais, em consonância com a literatura de tradução de políticas públicas (Oliveira e Koga, 2022 ; Stone, 2012).

As evidências mostram que a aprendizagem não é apenas técnica, mas também institucional e política. Diversos entrevistados referem que *“os encontros regulares com as Nações Unidas ajudam a refletir sobre o andamento do país e a corrigir rumos”* (Livro de Codigos 8), reforçando a ideia de que a interação com parceiros internacionais funciona como mecanismo de revisão estratégica e de melhoria contínua. Este ponto aproxima-se da reflexão de Dolowitz e Marsh (2000), e Faria (2018), que destacam o papel das organizações internacionais na promoção de processos de aprendizagem incremental e difusão normativa.

Ao mesmo tempo, a análise evidencia que, apesar da intensidade da cooperação técnica, a aprendizagem institucional enfrenta limites impostos pela capacidade administrativa disponível. Alguns entrevistados observam que *“a alta rotatividade de quadros técnicos faz com que seja difícil consolidar a aprendizagem”* (Livro de Codigos 8). A volatilidade dos recursos humanos, combinada com assimetrias de capacidades entre ministérios e municípios, compromete a institucionalização plena das rotinas aprendidas, indicando que a difusão só se torna efetiva quando as capacidades organizacionais permitem que a aprendizagem seja absorvida e mantida.

Outro elemento importante refere-se à seletividade da difusão. Nem todas as práticas internacionais podem ser aplicadas diretamente no contexto cabo-verdiano; por isso, como

menção de um entrevistado, *“temos de ver o que é adaptável à nossa dimensão, aos recursos que temos, não podemos copiar modelos grandes”* (Livro de Códigos 8). Esta consciência crítica confirma a existência de um processo de filtragem e apropriação seletiva, coerente com a literatura de tradução que enfatiza a importância dos mediadores e das capacidades internas na definição do que é ou não incorporado localmente.

Em termos teóricos, os achados desta subcategoria relacionam-se diretamente com o conceito de “capacidade de absorção institucional” Oliveira e Koga (2022) entendido como a aptidão das organizações para internalizar conhecimentos externos e transformá-los em práticas duradouras. A interação com redes internacionais, a formação contínua e os mecanismos de apoio técnico fornecidos por organismos multilaterais são elementos fundamentais para reforçar essa capacidade. Entretanto, como apontam Porto de Oliveira (2021) e Stone (2012), a circulação global de políticas só produz efeitos sustentáveis quando acompanhada de processos internos de estabilização, formalização e apropriação institucional, dimensões que ainda apresentam fraturas no caso cabo-verdiano.

Em síntese, a subcategoria “Aprendizagem Institucional e Difusão” revela que Cabo Verde tem demonstrado forte predisposição para aprender, adaptar e partilhar práticas no contexto internacional da Agenda 2030. A cooperação técnica, a participação em redes e a adoção de metodologias globais constituem fatores decisivos para a consolidação de capacidades estatais. Contudo, a plena efetividade desse processo depende da estabilização das equipas técnicas, da redução das assimetrias institucionais e da consolidação de mecanismos internos que transformem a aprendizagem em rotinas institucionais permanentes. Assim, a aprendizagem institucional constitui simultaneamente um dos maiores trunfos e um dos maiores desafios do país na implementação dos ODS.

A análise da Capacidade de Adaptação e Transferência evidencia que o processo de nacionalização dos ODS em Cabo Verde se caracteriza por uma elevada capacidade de incorporação e tradução de agendas globais para o contexto nacional, sustentada por uma forte articulação com organismos internacionais, em particular o Sistema das Nações Unidas. As entrevistas revelam que os instrumentos estratégicos nacionais, como o PEDS, refletem um esforço consistente de alinhamento com referenciais internacionais, incluindo os ODS, a Agenda 2063 da União Africana e outros quadros multilaterais, o que demonstra uma capacidade institucional relevante de absorção normativa e metodológica. Esse processo tem

sido fundamental para conferir coerência internacional às políticas públicas e para posicionar Cabo Verde como um ator alinhado às agendas globais de desenvolvimento sustentável.

Todavia, os resultados empíricos também indicam que essa capacidade de adaptação é fortemente mediada por apoio técnico externo, o que introduz tensões relacionadas à autonomia metodológica e à sustentabilidade institucional do processo. A centralidade das Nações Unidas na definição de metodologias, indicadores e instrumentos de monitorização sugere que a adaptação ocorre, em muitos casos, mais como internalização de modelos exógenos do que como produção endógena de soluções. Esses achados dialogam diretamente com a literatura sobre difusão, transferência e tradução de políticas públicas, que destaca que a circulação internacional de políticas envolve processos de negociação, reinterpretação e reconfiguração, mas também riscos de dependência quando as capacidades internas de formulação e avaliação não são suficientemente consolidadas (Dolowitz & Marsh, 2000; Porto de Oliveira, 2021; Porto & Koga, 2022). Assim, embora a Capacidade de Adaptação e Transferência se apresente como uma das dimensões mais desenvolvidas do arranjo institucional cabo-verdiano, ela permanece condicionada pela necessidade de aprofundar a internalização crítica e a autonomia institucional do processo.

À luz dos achados empíricos, a análise indica a necessidade de fortalecer a Capacidade de Adaptação e Transferência por meio do aprofundamento das competências nacionais de formulação, adaptação e avaliação das políticas públicas associadas aos ODS. As entrevistas evidenciam uma elevada capacidade de alinhamento com agendas globais, sustentada por uma forte articulação com a cooperação internacional, mas também revelam que a definição de metodologias, indicadores e instrumentos de monitorização permanece amplamente mediada por referenciais externos. Nesse sentido, os resultados apontam para a relevância de consolidar metodologias nacionais capazes de dialogar com os padrões internacionais, conferindo maior apropriação institucional e reduzindo a dependência de apoios técnicos exógenos na operacionalização da Agenda 2030.

Essa recomendação decorre dos registos dos livros de códigos associados a esta categoria, que revelam, simultaneamente, o alinhamento consistente com agendas globais e a dependência de metodologias externas, bem como a existência de aprendizagens institucionais acumuladas e a valorização do conhecimento técnico interno ao longo dos ciclos de planeamento e reporte. Esses registos empíricos indicam que a transição para uma adaptação mais reflexiva e endógena não constitui apenas um objetivo normativo, mas um processo já parcialmente em curso,

reconhecido pelos próprios atores envolvidos. Em consonância com a literatura sobre tradução de políticas (Porto de Oliveira, 2021; Porto & Koga, 2022), o fortalecimento da autonomia metodológica deve ser compreendido como uma reconfiguração progressiva da cooperação internacional, orientada para a aprendizagem institucional, a sustentabilidade das capacidades nacionais e a adequação contextual das políticas públicas.

6.2.5. Governança Colaborativa.

Inspirada na literatura de Ansell & Gash (2008), esta categoria descreve formas de interação e coordenação entre atores públicos, privados e sociais em torno de objetivos comuns. A subcategoria *Espaços de diálogo e concertação* trata da existência e funcionamento de fóruns, conselhos, grupos de trabalho ou outras instâncias formais de deliberação que estruturam o diálogo. A subcategoria *Confiança e cooperação entre atores* examina percepções sobre o clima colaborativo entre governo, municípios, sociedade civil e parceiros internacionais. A literatura destaca que confiança, reciprocidade e compromisso são elementos estruturantes para uma governança colaborativa eficaz.

Subcategoria: Espaços de Diálogo e Concertação

A análise da subcategoria “Espaços de Diálogo e Concertação” revela que a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Cabo Verde tem sido marcada por formas diversificadas de interação entre atores governamentais, sociedade civil e parceiros internacionais. Esses espaços, materializados em comissões, grupos de seguimento, workshops, fóruns e mecanismos de consulta, constituem arenas essenciais para a construção de entendimentos partilhados, validação de instrumentos de planeamento e coordenação de prioridades estratégicas. No entanto, apesar da existência formal de tais espaços, a análise evidencia que sua utilização e institucionalização ainda apresentam desafios significativos.

As entrevistas evidenciam que a criação de estruturas formais de concertação tem sido uma prática recorrente no processo de planeamento nacional. Um dos participantes destaca que “*há uma comissão do governo que segue o PEDS, de três em três meses*” (Livro de Codigos 9), indicando que existem mecanismos periódicos de acompanhamento e articulação entre setores. Outro entrevistado menciona a existência de um “*grupo de seguimento (...) para evitar conflitos de financiamento e duplicidades*”, (Livro de Codigos 9), evidenciando a preocupação com a coerência e a harmonização da ação pública.

Os workshops surgem como instrumentos centrais no processo de diálogo e validação intersectorial. As evidências apontam que “em 2016, para o PEDSI, e em 2021, para o PEDSII, foram feitos vários workshops, encontros de validação e definição de indicadores com todos os setores” (Livro de Codigos 9). Esses momentos cumprem um papel central no alinhamento metodológico e na construção de consensos, funcionando como espaços de deliberação técnica e política. Além disso, há referência a grandes eventos nacionais, como o workshop realizado na Cidade Velha em 2022, que “reuniu todos os setores para validar o PEDS II” (Livro de Codigos 9), indicando a existência de práticas de consulta em larga escala.

Contudo, apesar dessa diversidade de espaços, as entrevistas revelam fragilidades estruturais na inclusão de atores sociais. Um entrevistado afirma que “o setor da sociedade civil é o que menos participa no processo de elaboração, conhecimento e apropriação do PEDS” (Livro de Codigos 9), apontando para uma assimetria relevante entre governo e sociedade civil. Ainda que existam iniciativas pontuais, como o “Fórum das Organizações da Sociedade Civil” ou projetos inovadores como o bond municipal emitido pela ANMCV (Livro de Codigos 9), estas práticas parecem ocorrer mais como exceções do que como resultado de um sistema institucionalizado de participação.

A literatura sobre governança colaborativa fornece lentes interpretativas úteis para este cenário. Ansell e Gash (2008) argumentam que a construção de colaboração efetiva depende de institucionalização, confiança e participação inclusiva, elementos que nem sempre se verificam de forma consolidada no caso cabo-verdiano. Embora exista uma arquitetura formal de diálogo, a participação desigual e a concentração do processo nos atores governamentais reduzem o potencial transformador desses espaços.

Simultaneamente, as evidências mostram que os espaços de concertação têm servido para integrar preocupações emergentes relacionadas aos princípios da Agenda 2030, como demonstra a referência ao exercício *Leave No One Behind*, que “identificou grupos vulneráveis como jovens, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e a comunidade LGBTQI” (Livro de Codigos 9). Esse exemplo indica que, quando mobilizados adequadamente, os espaços de diálogo conseguem promover maior sensibilidade à equidade e à inclusão social.

A análise também revela que esses espaços têm permitido a circulação de práticas inovadoras no país. A referência à emissão de *municipal bonds* pela ANMCV, descrita como “uma prática inovadora a nível mundial” (Livro de Codigos 9), ilustra como a concertação interinstitucional

pode abrir oportunidades para soluções financeiras alternativas, reforçando o papel da governança colaborativa como catalisadora de inovação em políticas públicas.

No entanto, a falta de institucionalização plena desses espaços limita sua eficácia. A participação social continua a depender de iniciativas pontuais, e a regularidade dos fóruns de concertação varia conforme agendas governamentais e disponibilidade dos atores. De acordo com a literatura, esse tipo de arranjo, baseado em práticas colaborativas, mas sem mecanismos formais robustos, tende a produzir avanços incrementais, porém vulneráveis a mudanças de contexto institucional (Rhodes, 2007; Emerson & Nabatchi, 2015).

Em síntese, a subcategoria “Espaços de Diálogo e Concertação” revela a existência de práticas consolidadas de interação entre setores, mas também evidencia a necessidade de aprofundar a institucionalização e a inclusão social nesse processo. Os espaços de diálogo são diversificados, dinâmicos e, em alguns casos, inovadores, mas permanecem marcados por assimetrias de participação e por inconsistências na sua regularidade e alcance. Assim, constituem simultaneamente um ponto forte e um desafio da governança colaborativa associada à implementação dos ODS em Cabo Verde.

Subcategoria: Confiança e Cooperação entre Atores

A subcategoria “Confiança e Cooperação entre Atores” revela que a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Cabo Verde está ancorada em relações interinstitucionais relativamente estáveis, caracterizadas por um ambiente de colaboração pragmática entre ministérios, municípios, sociedade civil e parceiros internacionais. Contudo, embora exista uma percepção geral de cooperação, as evidências mostram que a confiança entre os atores ainda se encontra em processo de consolidação, sendo frequentemente condicionada pela disponibilidade técnica, pela assimetria de recursos e pela ausência de mecanismos institucionalizados de interação contínua.

As entrevistas indicam que, de modo geral, os atores reconhecem uma atmosfera de colaboração funcional. Um entrevistado afirma que “*no geral, há colaboração entre os setores*” (*Livro de Codigos 10*), destacando que a articulação ocorre sobretudo de forma prática e orientada para a resolução de questões operacionais comuns. Outro participante reforça que a ligação entre governo central e parceiros é fluida, afirmando que “*a cooperação existe, há bom ambiente de trabalho*” (*Livro de Codigos 10*). Essas declarações sugerem a presença de um clima

institucional onde as relações interpessoais favorecem a troca de informações e o alinhamento de prioridades.

No entanto, a análise evidencia que essa cooperação tende a ser mais reativa do que estruturada. Diversos entrevistados afirmam que *“nem sempre a coordenação funciona como deveria”* (Livro de Codigos 10), atribuindo essa limitação às diferenças de capacidade entre setores e à ausência de rotinas formais de interação. A cooperação existente, portanto, depende frequentemente de fatores contingenciais, tais como a iniciativa individual de técnicos, a existência de projetos financiados ou o apoio de parceiros internacionais, mais do que de um modelo de governança plenamente institucionalizado.

Um dos elementos que fragiliza a confiança interinstitucional é a assimetria de recursos técnicos e humanos. As evidências indicam que *“há ministérios que não têm corpo técnico suficiente para responder às demandas de coordenação”* (Livro de Codigos 10), o que cria dependências hierárquicas e reduz a capacidade de colaboração horizontal equilibrada. A desigualdade de capacidades pode gerar percepções de esforço desproporcionado entre atores, o que, segundo Ansell e Gash (2008), afeta negativamente a qualidade da governança colaborativa.

Outro fator observado diz respeito ao papel dos municípios. Embora sejam atores fundamentais na territorialização dos ODS, alguns entrevistados destacam que *“os municípios participam, mas não no mesmo nível que o governo central”* (Livro de Codigos 10), devido às suas limitações institucionais. Essa situação dificulta o estabelecimento de confiança mútua, que depende não apenas de boa vontade, mas de condições institucionais equivalentes que permitam participação efetiva.

Apesar dessas fragilidades, as entrevistas mostram que a cooperação entre Cabo Verde e seus parceiros internacionais, especialmente as Nações Unidas, é um dos eixos mais fortes da governança colaborativa no país. Um entrevistado sublinha que *“a parceria com a ONU é contínua e muito próxima”* (Livro de Codigos 10), descrevendo um ambiente de troca frequente de informação e alinhamento estratégico. Esse tipo de relação, mais sistematizada, funciona como mecanismo de reforço institucional e contribui para elevar os padrões de cooperação entre os demais atores nacionais.

Do ponto de vista teórico, os achados desta subcategoria dialogam diretamente com a literatura de governança colaborativa. Ansell e Gash (2008) afirmam que a confiança é um recurso relacional que se constrói ao longo do tempo, sendo alimentado por interações regulares,

transparência e partilha de objetivos. No caso cabo-verdiano, a confiança existente parece resultar mais de experiências acumuladas do que de processos deliberativos institucionalizados, o que sugere uma governança colaborativa em estado intermediário, ainda dependente de relações personalizadas e do apoio técnico externo.

A cooperação entre atores também reflete elementos-chave da literatura de redes de políticas, como descrito por Rhodes (2007), segundo a qual a governança moderna se apoia em interdependências e fluxos de informação que ultrapassam estruturas hierárquicas tradicionais. As evidências analisadas confirmam que, embora haja interdependência entre atores, essa rede ainda carece de mecanismos de reforço institucional que favoreçam a cooperação horizontal e multidirecional.

Em síntese, a subcategoria “Confiança e Cooperação entre Atores” revela um cenário dual: por um lado, existe um ambiente geral de colaboração, reconhecido pelos participantes como positivo; por outro, a confiança e a cooperação ainda são condicionadas pela falta de institucionalização de mecanismos permanentes, pelas desigualdades de capacidade técnica e pela dependência de iniciativas individuais ou externas. A governança colaborativa cabo-verdiana, portanto, mostra-se promissora, mas ainda em processo de maturação, exigindo esforços adicionais para consolidar relações de confiança sustentáveis e um sistema de cooperação mais previsível e equitativo.

A análise da Governança Colaborativa no processo de nacionalização dos ODS em Cabo Verde revela a existência de espaços formais de diálogo e articulação entre o Estado, a sociedade civil, o setor privado e os parceiros internacionais, mas com limitações significativas quanto à sua institucionalização e efetividade deliberativa. As entrevistas indicam que fóruns multissetoriais e mecanismos de concertação têm desempenhado um papel relevante na partilha de informação e na legitimação simbólica do processo, contudo tendem a operar de forma episódica e predominantemente consultiva. A ausência de regras procedimentais claras, de continuidade institucional e de mecanismos sistemáticos de incorporação das contribuições externas limita o potencial transformador desses espaços e reduz a capacidade de construção de consensos duradouros.

À luz da literatura de governança colaborativa, esses achados dialogam diretamente com Ansell e Gash (2008), para quem a colaboração efetiva depende de condições institucionais que promovam confiança, reciprocidade, compromisso e deliberação partilhada ao longo do tempo. No caso cabo-verdiano, a forte centralidade do Estado na coordenação do processo, aliada às

assimetrias de poder e de capacidade entre os atores, tende a restringir a emergência de uma governança colaborativa substantiva, aproximando o modelo de uma lógica de governação hierárquica com componentes participativas limitadas. Assim, embora existam avanços no reconhecimento da importância da colaboração, a governança dos ODS permanece condicionada por fragilidades institucionais que dificultam a coprodução efetiva de políticas públicas.

Com base nos achados empíricos, a análise indica a necessidade de aprofundar a Governança Colaborativa por meio da institucionalização de espaços multissetoriais de diálogo e deliberação com regras claras de funcionamento, representação e continuidade. As entrevistas evidenciam que, embora existam instâncias de concertação associadas à Agenda 2030, estas tendem a operar de forma episódica e predominantemente consultiva, com limitações na coprodução de decisões e na responsabilização partilhada entre os atores. Nesse sentido, os resultados apontam para a relevância de fortalecer mecanismos de participação para além da consulta formal, promovendo práticas de acompanhamento conjunto, aprendizagem coletiva e corresponsabilização entre o Estado, a sociedade civil, o setor privado e os parceiros internacionais.

Essa recomendação decorre dos registos dos livros de códigos associados à Governança Colaborativa, que revelam, por um lado, a ocorrência de espaços de diálogo episódicos e fragilidades na confiança interinstitucional, limitando a continuidade e a densidade da colaboração. Por outro lado, os registos empíricos também evidenciam experiências positivas de concertação e cooperação em contextos específicos, como projetos e processos associados aos Relatórios Nacionais Voluntários, indicando a existência de práticas colaborativas eficazes, ainda que circunscritas. Esses elementos sugerem a possibilidade de escalar experiências bem-sucedidas, transformando “ilhas de colaboração” em arranjos mais institucionalizados e estáveis, em consonância com o modelo incremental de governança colaborativa proposto por Ansell e Gash (2008).

6.2.6. O Papel das Nações Unidas

Esta categoria captura a influência e contribuição das agências das Nações Unidas no processo de nacionalização dos ODS em Cabo Verde. A subcategoria *Apoio técnico e financeiro* observa as formas pelas quais a ONU fornece formação, assistência técnica, instrumentos

metodológicos e recursos financeiros que reforçam capacidades estatais. Já a subcategoria *Difusão de normas e alinhamento internacional* analisa como a ONU atua como difusora de padrões globais, indicadores e orientações metodológicas que moldam a atuação estatal, configurando processos de transferência vertical de políticas, conforme descrito por Dolowitz & Marsh (2000).

Subcategoria: Apoio Técnico e Financeiro

A análise da subcategoria “Apoio Técnico e Financeiro” evidencia que as Nações Unidas desempenham um papel estruturante no processo de implementação dos ODS em Cabo Verde, atuando como um agente facilitador da tradução das metas globais para o contexto nacional. As entrevistas mostram de forma consistente que o sistema das Nações Unidas (SNU) contribui não apenas com assistência técnica direta, mas também como mediador no acesso a financiamentos internacionais e como parceiro estratégico no desenvolvimento de capacidades institucionais. Um entrevistado destaca que *“as Nações Unidas normalmente funcionam como fatores facilitadores da tradução dos ODS em instrumentos nacionais, através dos apoios técnicos, financeiros ou políticos mais relevantes”* (Livro de Codigos 11), apontando para uma atuação multifacetada que combina expertise, orientação estratégica e mobilização de recursos.

Ao contrário de instituições multilaterais de natureza predominantemente financeira, como o Banco Mundial ou o FMI, o SNU em Cabo Verde ocupa uma posição híbrida: não é um financiador típico, mas um organismo que viabiliza o acesso a fundos, orienta metodologias e fortalece capacidades. Esse papel diferenciador é explicitado nas evidências, como quando um entrevistado afirma que *“as Nações Unidas não são um financiador típico, mas ajudam os países a procurar financiamentos, pois com o suporte e expertise das Nações Unidas é mais fácil conseguir esses financiamentos”* (Livro de Codigos 11). Essa função de “ponte”, repetidamente mencionada como *“fazem a ponte com os parceiros bilaterais, com os fundos internacionais”* (Livro de Codigos 11), demonstra a relevância do SNU na articulação de Cabo Verde com o ecossistema global de desenvolvimento.

A cooperação técnica, por sua vez, emerge como um dos eixos mais expressivos da atuação das Nações Unidas no país. As evidências mostram que o SNU tem apoiado de forma contínua a capacitação de técnicos, municípios e instituições centrais. Segundo um entrevistado, *“há um trabalho também na vertente de capacitação dos técnicos, dos eleitos municipais e dos nomeados, para preparação, gestão e monitorização dos projetos”* (Livro de Codigos 11). Essa prática reforça a ideia de que a intervenção do SNU vai além da formação pontual, contribuindo

para o desenvolvimento de capacidades estatais em sentido amplo, conforme proposto por Wu, Ramesh e Howlett (2015).

Outro elemento recorrente nas entrevistas diz respeito ao alinhamento estratégico entre o Governo de Cabo Verde e o SNU. Um participante afirma que *“nós alinhamos uma estratégia de cooperação geral, o quadro de cooperação trianual, com as Nações Unidas”* (Livro de Codigos 11), revelando que o apoio técnico e financeiro não ocorre de forma isolada, mas está ancorado em instrumentos de cooperação plurianuais. Esse alinhamento é fundamental para assegurar coerência entre a Agenda 2030, o PEDS e as prioridades setoriais nacionais.

A literatura sobre governança multinível e difusão de políticas públicas ajuda a interpretar o alcance desse apoio. Segundo Dolowitz e Marsh (2000), organismos internacionais operam frequentemente como vetores de transferência de políticas e capacidades, influenciando normas, métodos e instrumentos utilizados pelos Estados. A atuação do SNU em Cabo Verde enquadra-se precisamente nesse modelo: estimula a adoção de metodologias globais, reforça capacidades institucionais e favorece a circulação de boas práticas internacionais, ao mesmo tempo que respeita a autonomia nacional na definição de prioridades.

As entrevistas ainda revelam que o apoio das Nações Unidas tem contribuído para a inovação institucional no país. Um deles menciona que *“foi necessário trazer gente especializada para analisar as condições do país e fazer uma prospecção para o futuro”* (Livro de Codigos 11), destacando a capacidade do SNU de mobilizar conhecimento especializado que não estaria disponível internamente. Esse processo relaciona-se com as discussões de Porto de Oliveira (2021) sobre aprendizagem transnacional e circulação de expertise técnica como pilares da tradução de políticas públicas.

Apesar da amplitude do apoio, importa sublinhar que o sistema ONU opera de forma complementar às estruturas nacionais, e não como substituto. A ideia de que *“o sistema das Nações Unidas está aqui para apoiar o país”* (Livro de Codigos 11), é recorrente e evidencia uma relação de parceria e não de dependência unilateral. Essa distinção é crucial para compreender o papel do SNU na consolidação das capacidades estatais cabo-verdianas: ao mesmo tempo que fornece apoio técnico e facilita o acesso a financiamentos, contribui para fortalecer a autonomia institucional do Estado.

Em síntese, a subcategoria “Apoio Técnico e Financeiro” revela que o SNU desempenha um papel central na consolidação das capacidades de Cabo Verde para implementar os ODS,

atuando simultaneamente como parceiro técnico, intermediário financeiro e facilitador da aprendizagem institucional. Essa atuação reforça a posição de Cabo Verde no cenário internacional e contribui para alinhar o país aos padrões e exigências da Agenda 2030, sem comprometer a sua soberania na definição de prioridades nacionais.

Subcategoria: Difusão de Normas e Alinhamento Internacional

A subcategoria “Difusão de Normas e Alinhamento Internacional” revela que as Nações Unidas desempenham um papel estratégico na circulação de padrões globais de desenvolvimento em Cabo Verde, funcionando como uma fonte de orientação normativa, metodológica e estratégica para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As entrevistas mostram que o alinhamento às normas internacionais não resulta de imposição externa, mas de um processo deliberado e colaborativo, no qual o Estado cabo-verdiano adota, adapta e internaliza princípios, indicadores e metodologias provenientes do sistema ONU.

Um entrevistado sintetiza esta dinâmica afirmando que *“as Nações Unidas orientam metodologias e padrões internacionais que usamos para adaptar as nossas políticas”* (Livro de Codigos 12). Esta observação revela que o SNU opera como agente de difusão normativa, promovendo a consolidação de critérios internacionais que orientam desde a formulação de políticas até a monitorização e avaliação dos resultados. Esta função normativa materializa-se sobretudo através da elaboração de quadros de cooperação, dos exercícios de alinhamento metodológico e da validação técnica de instrumentos de planeamento.

A difusão de normas ocorre também por meio da partilha de experiências internacionais. Como explica um entrevistado, *“há uma troca de boas práticas com outros países através do sistema ONU, o que nos orienta no processo de aprimoramento das políticas públicas”* (Livro de Codigos 12). Esta dimensão relaciona-se diretamente com o que Graham, Shipan e Volden (2012) definem como “difusão horizontal”, caracterizada pela circulação de experiências entre países que enfrentam desafios similares. No contexto cabo-verdiano, esta troca é particularmente relevante devido à inserção do país em redes de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), onde a aprendizagem coletiva constitui recurso estratégico.

As evidências indicam ainda que a ONU exerce influência importante no alinhamento internacional do país. Um entrevistado menciona que *“o alinhamento das políticas nacionais com as normas internacionais é facilitado pela orientação técnica das Nações Unidas”* (Livro de Codigos 12), sugerindo que a ONU funciona como catalisadora de processos de

harmonização normativa. Esta função adquire maior relevância quando se considera que Cabo Verde é um país altamente dependente de cooperação internacional e, por isso, precisa assegurar que suas políticas estejam em consonância com padrões globais para mobilizar recursos e legitimidade.

A análise mostra que o alinhamento internacional não é apenas técnico, mas também político. Um dos entrevistados afirma que *“o Governo tem interesse em estar alinhado às agendas internacionais para reforçar parcerias e financiamento”* (Livro de Codigos 12). Esta constatação confirma o argumento central de Dolowitz e Marsh (2000), segundo o qual a adoção de normas internacionais é frequentemente motivada por incentivos políticos e estratégicos, incluindo reconhecimento internacional, acesso a financiamentos e fortalecimento da legitimidade nacional.

Outro elemento importante observado nas entrevistas é que a ONU contribui para a padronização dos processos internos, como ilustrado pela afirmação de que *“seguimos metodologias das Nações Unidas porque elas ajudam a uniformizar os instrumentos de planeamento e monitorização”* (Livro de Codigos 12). Esta padronização facilita a integração de Cabo Verde em agendas globais e fortalece a capacidade do país de produzir relatórios e indicadores comparáveis internacionalmente. Do ponto de vista institucional, este nivelamento metodológico reforça a coerência interna do sistema de planeamento e reduz assimetrias entre setores.

Ao mesmo tempo, as entrevistas revelam que a difusão de normas internacionais exige processos internos de adaptação, para evitar que modelos globais sejam transplantados de forma acrítica. Um entrevistado alerta que *“é preciso adequar essas metodologias à nossa realidade, porque nem tudo que funciona lá fora funciona aqui”* (Livro de Codigos 12). Este equilíbrio entre alinhamento e contextualização aproxima-se das reflexões de Porto de Oliveira (2021) e Oliveira e Koga (2022) sobre a tradução de políticas, que destacam que os repertórios internacionais só se tornam eficazes quando mediados por atores locais capazes de reinterpretá-los e ajustá-los ao contexto nacional.

Em síntese, a subcategoria “Difusão de Normas e Alinhamento Internacional” evidencia que o sistema das Nações Unidas atua como vector de circulação de normas, metodologias e padrões internacionais, contribuindo para a consolidação de um ambiente institucional alinhado à Agenda 2030. Este alinhamento reforça a credibilidade internacional de Cabo Verde e amplia sua capacidade de mobilizar parcerias e recursos. Contudo, a eficácia desse processo depende

não apenas da difusão de normas, mas também da capacidade interna do país de reinterpretar e adaptar esses padrões às suas condições sociais, económicas e institucionais.

A análise do Papel das Nações Unidas no processo de nacionalização dos ODS em Cabo Verde evidencia uma atuação central e estruturante, que atravessa transversalmente as diferentes dimensões de capacidades estatais analisadas. As entrevistas indicam que as agências das Nações Unidas têm desempenhado um papel decisivo no apoio técnico, metodológico e normativo, contribuindo para o alinhamento dos instrumentos nacionais de planeamento e monitorização aos referenciais internacionais da Agenda 2030. Esse apoio manifesta-se na definição de metodologias, na harmonização de indicadores, na elaboração dos Relatórios Nacionais Voluntários e no fortalecimento de sistemas como o Sistema Estatístico Nacional e os mecanismos de monitorização e avaliação dos ODS.

Contudo, os resultados empíricos também revelam que essa centralidade, embora positiva para a consolidação inicial do arranjo institucional, introduz tensões relacionadas à autonomia e à sustentabilidade das capacidades nacionais. A forte dependência do apoio técnico e metodológico das Nações Unidas sugere que parte significativa da capacidade de adaptação e de coordenação do processo permanece ancorada em recursos e conhecimentos externos.

À luz dos achados empíricos, a análise indica que o Papel das Nações Unidas, embora central e amplamente reconhecido como catalisador da implementação dos ODS em Cabo Verde, evidencia também a necessidade de uma transição gradual para modelos de maior apropriação e liderança nacional do processo. As entrevistas revelam que o apoio técnico e normativo da ONU foi determinante para a estruturação inicial do arranjo institucional, sobretudo no alinhamento metodológico e na consolidação de instrumentos de planeamento e monitorização. Contudo, os resultados também apontam para o risco de dependência institucional quando a internalização de normas e instrumentos não é acompanhada pelo fortalecimento das capacidades endógenas de formulação, implementação e avaliação, conforme alertado pela literatura sobre transferência e difusão de políticas públicas (Dolowitz & Marsh, 2000; Porto de Oliveira, 2021).

Essa recomendação decorre dos registos dos livros de códigos associados a esta categoria, que evidenciam, por um lado, o carácter estruturante do apoio técnico e a centralidade normativa das Nações Unidas e, por outro, a ênfase recorrente dos entrevistados na capacitação e no desejo de maior autonomia nacional. Esses registos empíricos indicam que a necessidade de reconfiguração do modelo de cooperação já se encontra implícita no discurso dos próprios

atores, apontando para uma evolução progressiva em direção a uma cooperação mais horizontal, baseada na coprodução de conhecimento e na aprendizagem institucional. Em consonância com a literatura sobre transferência e tradução de políticas (Dolowitz & Marsh, 2000; Porto de Oliveira, 2021), tal transição tende a fortalecer a sustentabilidade das capacidades nacionais e a apropriação da Agenda 2030 no contexto cabo-verdiano.

6.3. A Triangulação dos Dados Obtidos pela Análise Documental e Das Entrevistas

A triangulação entre os resultados provenientes da análise documental e os achados derivados das entrevistas permitiu demonstrar que Cabo Verde consolidou, ao longo da última década, um arranjo institucional relativamente maduro, coerente e funcional para a implementação da Agenda 2030. Tanto os documentos oficiais como os discursos dos atores entrevistados convergem na identificação de um sistema de planeamento estatal capaz de alinhar, de forma consistente, os instrumentos nacionais, nomeadamente o PEDS I e II, com os quadros internacionais que balizam a agenda de desenvolvimento sustentável. Este alinhamento não se limita ao plano declaratório: traduziu-se em mecanismos práticos de monitorização, processos de harmonização metodológica e dinâmicas de aprendizagem institucional que posicionam Cabo Verde como um caso relevante entre os pequenos Estados insulares.

Contudo, esta robustez institucional convive com quatro desafios estruturais que atravessam transversalmente o processo. O primeiro refere-se à persistente concentração de capacidades no nível central, sobretudo na Direção Nacional de Planeamento, cujo protagonismo, embora fundamental, produz assimetrias significativas no funcionamento do sistema, especialmente no que diz respeito à participação dos municípios. Em segundo lugar, observa-se a baixa institucionalização dos mecanismos de coordenação, uma vez que grande parte das articulações interministeriais e Inter organizacionais depende mais da iniciativa e da boa vontade dos atores envolvidos do que de rotinas ou normativos formalizados. Em terceiro lugar, emerge a fragilidade da participação social, marcada por mecanismos consultivos pouco estruturados e com reduzido impacto deliberativo, o que limita a legitimação democrática do processo. Por fim, persiste uma dependência significativa de apoio técnico internacional, sobretudo das agências das Nações Unidas, que, embora fortaleça o processo no curto prazo, coloca desafios à autonomia metodológica e à sustentabilidade futura do sistema.

Apesar desses constrangimentos, a investigação demonstra que Cabo Verde apresenta avanços estratégicos notáveis, expressos na liderança clara da DNP, na capacidade de adaptação da Agenda 2030 ao contexto nacional e na consolidação de processos de aprendizagem institucional. Tais avanços justificam a caracterização do país como um exemplo relevante entre os SIDS, particularmente pela forma como articula competências técnicas, mecanismos de coordenação e capacidades de interpretação e tradução de normas globais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1. Discussão dos Principais Achados

A análise das entrevistas, triangulada com o exame documental do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) e com a literatura especializada sobre capacidades estatais, governança colaborativa e difusão de políticas públicas, permitiu identificar um conjunto de dinâmicas que caracterizam o processo de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Cabo Verde. Os achados revelam um arranjo institucional relativamente consolidado, mas atravessado por desafios estruturais que condicionam tanto a eficiência administrativa quanto a legitimidade democrática desse processo.

No que se refere às capacidades analíticas, observou-se que o país dispõe de instrumentos e metodologias bem definidas para monitorização e avaliação, mas a utilização sistemática de dados enfrenta constrangimentos relacionados à assimetria técnica entre setores e à falta de interoperabilidade entre plataformas. Embora a Direção Nacional de Planeamento (DNP) desempenhe um papel estruturante na produção e consolidação de informação, persistem lacunas na capilarização destas capacidades para os níveis setoriais e municipais.

Recomenda-se o aprofundamento da institucionalização dos sistemas de monitorização e avaliação dos ODS, com especial atenção à regularidade do reporte, à clarificação das responsabilidades institucionais e ao fortalecimento da articulação intersectorial e intergovernamental. O reforço da integração e do uso estratégico dos dados, enquanto suporte efetivo à tomada de decisão, constitui um passo fundamental para consolidar processos de aprendizagem institucional e assegurar maior coerência entre planeamento, implementação e acompanhamento das políticas públicas.

A análise da capacidade operacional evidencia que a coordenação interministerial encontra-se relativamente consolidada no nível central, com a DNP a assumir a mediação entre setores e a garantir alinhamento metodológico. No entanto, a articulação vertical entre o Governo central e os municípios revela fragilidades profundas. A inadequação das estruturas técnicas municipais, a ausência de mecanismos permanentes de comunicação e a dependência de iniciativas pontuais dificultam a territorialização das políticas e limitam a implementação uniforme dos ODS no território nacional. Esses resultados confirmam os alertas da literatura de capacidades estatais, que destaca que a eficácia de políticas intersectoriais depende da robustez de coordenação horizontal e vertical.

Torna-se relevante fortalecer os dispositivos administrativos e de coordenação que sustentam a execução das políticas associadas à Agenda 2030. A institucionalização de mecanismos mais estáveis de articulação interministerial e intergovernamental, aliada à melhoria das condições administrativas, nomeadamente em termos de previsibilidade orçamental, estabilidade dos recursos humanos e apoio logístico, poderá contribuir para reduzir a dependência de arranjos ad hoc e promover uma implementação mais consistente e territorializada dos ODS.

Quanto à capacidade política, identificou-se uma liderança institucional forte e reconhecida, concentrada na DNP, responsável por assegurar coerência e alinhamento entre instrumentos de planeamento e metas globais. Contudo, esta capacidade contrasta com a frágil institucionalização da participação social, que permanece pouco inclusiva, episódica e não ancorada em mecanismos formais de deliberação. O envolvimento desigual da sociedade civil e de grupos vulneráveis compromete a legitimidade democrática do processo, aproximando a governança cabo-verdiana de um modelo tecnocrático mais do que colaborativo.

Recomenda-se o aprofundamento dos mecanismos de participação e deliberação multissetorial, de modo a complementar a liderança central exercida pelo Estado com processos mais inclusivos e estruturados. A formalização de regras claras de funcionamento, representação e periodicidade dos espaços participativos pode reforçar a legitimidade, a confiança e o compromisso dos diferentes atores, favorecendo uma maior apropriação social da Agenda 2030 e a sustentabilidade das políticas públicas.

A categoria Capacidade de Adaptação e Transferência revelou-se um dos pontos fortes do arranjo nacional. Cabo Verde demonstra elevada capacidade de interpretar, traduzir e adaptar as normas internacionais da Agenda 2030 para os seus instrumentos internos de planeamento, especialmente através do PEDS. A adaptação é compreendida pelos entrevistados como um

exercício ativo de contextualização, sustentado por formação contínua e interação com redes internacionais. No entanto, a consolidação desta capacidade depende da estabilização de quadros técnicos e da institucionalização das rotinas aprendidas, riscos amplamente discutidos na literatura sobre difusão e tradução de políticas públicas.

Sugere-se o fortalecimento das competências nacionais de formulação, adaptação e avaliação das políticas públicas, promovendo maior autonomia metodológica na internalização da Agenda 2030. A consolidação de metodologias nacionais, capazes de dialogar com os referenciais internacionais sem depender exclusivamente de cooperação externa, pode contribuir para uma adaptação mais reflexiva, contextualizada e sustentável das políticas globais ao contexto cabo-verdiano.

No domínio da governança colaborativa, identificaram-se avanços relevantes, como a existência de espaços de diálogo intersetorial, workshops de validação e grupos de seguimento. Contudo, a participação social limitada e as assimetrias de capacidade reduzem o potencial desses espaços para produzir deliberação substantiva e confiança interinstitucional duradoura. Assim, a governança colaborativa mostra-se promissora, porém ainda em processo de maturação.

Recomenda-se a consolidação de arranjos colaborativos mais estáveis e institucionalizados, que promovam a continuidade do diálogo, a aprendizagem coletiva e a corresponsabilização entre os atores públicos, privados e sociais. O fortalecimento desses mecanismos pode ampliar a legitimidade e a eficácia da implementação dos ODS, superando uma lógica predominantemente consultiva e aproximando o modelo de uma governança colaborativa substantiva.

Por fim, a categoria Papel das Nações Unidas evidencia a importância estratégica da cooperação internacional. O Sistema das Nações Unidas (SNU) atua simultaneamente como provedor de apoio técnico, facilitador de acesso a recursos e difusor de normas internacionais. Essa atuação fortalece as capacidades estatais cabo-verdianas e contribui para o alinhamento do país às agendas globais. Contudo, a continuidade desse processo exige reforço das capacidades internas, sob risco de perpetuar dependências técnicas e metodológicas.

Recomenda-se uma reconfiguração progressiva da cooperação internacional, orientada para o fortalecimento sustentável das capacidades nacionais. A evolução do papel da ONU de agente estruturante para parceiro estratégico, centrado na capacitação, na coprodução de conhecimento

e na aprendizagem institucional, tende a reforçar a autonomia, a apropriação nacional e a sustentabilidade do processo de implementação da Agenda 2030 em Cabo Verde.

No conjunto, os achados mostram um Estado que possui clareza estratégica e liderança central robusta, mas que enfrenta desafios estruturais na distribuição territorial de capacidades, na institucionalização da participação social e na sustentabilidade interna dos processos de aprendizagem e adaptação.

7.2. Contribuições da Pesquisa

A Agenda 2030 constitui um marco global que redefine a relação entre Estado, sociedade e comunidade internacional. Cabo Verde apresenta avanços significativos e um modelo de planeamento que incorpora de forma coerente as metas globais. No entanto, persistem desafios estruturais relacionados à distribuição de capacidades, à participação social e à sustentabilidade interna das práticas de governança. Esta pesquisa contribui para iluminar esses processos e fornecer subsídios analíticos e estratégicos para o aperfeiçoamento da governança do desenvolvimento sustentável no país.

Os resultados demonstram que a capacidade estatal cabo-verdiana não pode ser entendida apenas como um conjunto de recursos ou competências técnicas isoladas, mas como um arranjo dinâmico que se constrói na interação entre instituições, atores e contextos. A forte liderança técnica da Direção Nacional de Planeamento, a integração estratégica do PEDS com a Agenda 2030 e a parceria contínua com o Sistema das Nações Unidas revelam a existência de um modelo institucional capaz de responder às exigências da governança contemporânea. Contudo, a desigualdade de capacidades entre setores e entre níveis de governo, somada à frágil participação social, demonstra que a consolidação desse arranjo permanece um desafio crítico.

A relevância desta investigação reside também no fato de que ela problematiza o papel do Estado num pequeno arquipélago insular, com recursos limitados, forte dependência externa e elevada vulnerabilidade socioeconómica. Ao identificar como capacidades são mobilizadas, reforçadas ou fragilizadas no processo de implementação dos ODS, esta pesquisa contribui para ampliar o debate sobre desenvolvimento sustentável em contextos de pequena escala institucional. Em particular, evidencia que o sucesso de políticas globais depende da capacidade de tradução local, capacidade esta que exige tanto suporte técnico quanto legitimidade social.

Ao demonstrar que Cabo Verde opera num equilíbrio delicado entre autonomia nacional e alinhamento internacional, este estudo reforça a importância de pensar o desenvolvimento sustentável como um campo profundamente interdependente. O país tem mostrado capacidade criativa para adaptar normas globais à sua realidade, mas permanece dependente da cooperação técnica e financeira externa para sustentar rotinas e sistemas complexos de planeamento. Desse modo, os avanços identificados devem ser valorizados, mas não naturalizados: exigem continuidade, investimento e aprofundamento. Assim, espera-se que os contributos analíticos aqui produzidos possam apoiar decisões de políticas públicas que fortaleçam, de forma sustentável, a capacidade estatal e a governança do desenvolvimento em Cabo Verde.

A presente investigação oferece contribuições relevantes em três dimensões principais:

Contribuições empíricas, ao produzir um mapeamento inédito das capacidades estatais cabo-verdianas mobilizadas na implementação dos ODS; Clarifica o papel desempenhado por diferentes atores institucionais, particularmente a DNP e o Sistema ONU; Revela fragilidades estruturais não documentadas em estudos anteriores, especialmente no que diz respeito à coordenação vertical e participação social.

Contribuições teóricas, ao articular, de forma integrada, três referenciais teóricos, capacidades estatais, governança colaborativa e teoria da difusão/tradução de políticas, aplicando-os a um caso nacional pouco explorado na literatura dos países africanos; e, demonstra empiricamente que a “tradução ativa” das metas globais constitui uma capacidade estatal distinta, relevante para países de pequena escala institucional.

Contribuições metodológicas, ao desenvolver e aplicar um livro de códigos robusto e replicável, alinhado à metodologia de análise de conteúdo de Bardin e Sampaio & Lycarião.

Apresenta um modelo analítico que pode ser adaptado por outros países similares na avaliação das suas capacidades para implementação da Agenda 2030.

Como toda investigação empírica, o presente estudo apresenta limitações que importa reconhecer. Em primeiro lugar, o número e a diversidade dos entrevistados foram condicionados por fatores operacionais e institucionais, o que limitou a participação de alguns atores relevantes, nomeadamente representantes de determinados municípios e grupos sociais específicos. Embora o conjunto de entrevistas realizadas tenha permitido captar percepções estratégicas sobre o arranjo institucional da implementação dos ODS em Cabo Verde, a inclusão

mais ampla de atores locais poderia aprofundar a compreensão das dinâmicas territoriais e das assimetrias de capacidade identificadas.

Em segundo lugar, a análise documental baseou-se predominantemente em fontes oficiais, produzidas por órgãos governamentais e instituições parceiras, o que pode refletir, em certa medida, narrativas institucionais consolidadas. Ainda que tais documentos sejam fundamentais para compreender o desenho formal do sistema de planeamento e implementação dos ODS, a dependência desse tipo de fonte pode restringir a incorporação de perspectivas mais críticas ou alternativas, particularmente aquelas provenientes de atores sociais menos institucionalizados.

Adicionalmente, o estudo captura um momento específico do processo de nacionalização e implementação da Agenda 2030, estando, portanto, sujeito a limitações de natureza temporal. Mudanças futuras no contexto político, institucional ou económico poderão alterar significativamente alguns dos achados apresentados, o que reforça a natureza contextual e situada das conclusões desta investigação.

A partir das lacunas identificadas e das contribuições do estudo, abrem-se diversas possibilidades para pesquisas futuras. Investigações centradas nas capacidades institucionais dos municípios, incluindo estudos comparativos entre diferentes territórios, poderiam aprofundar a análise da territorialização dos ODS. Estudos longitudinais permitiriam avaliar a evolução das capacidades estatais ao longo dos ciclos de planeamento, enquanto abordagens comparativas entre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento poderiam ampliar o alcance teórico da literatura sobre adaptação e tradução de políticas públicas. Por fim, pesquisas focadas na avaliação dos impactos da cooperação internacional e no funcionamento dos mecanismos de governança colaborativa poderiam contribuir para um entendimento mais aprofundado dos desafios e potencialidades associados à implementação da Agenda 2030 em contextos semelhantes ao de Cabo Verde.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ansell, C., & Gash, A. (2008). Collaborative governance in theory and practice. *Journal of public administration research and theory*, 18(4), 543-571.
- CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; PIRES, Roberto Rocha Coelho. Governança pública: construção de capacidades para a efetividade da ação governamental. 2018.
- Dolowitz, David P. and Marsh, David. Learning From Abroad: The Role of Policy Transfer in Contemporary Policy Making
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Políticas públicas e relações internacionais. 2018.
- Fernandes, L. (2018). *Segurança e Vulnerabilidade em Países Insulares*. Editora Lusófona.
- Fukuyama, F. (2013). What Is Governance? *Governance*, 26(3), 347-368.
- FREIAS, JABBOUR; Utilizando o Estudo de Caso como estratégia de pesquisa qualitativa-Boas Práticas e Sugestões. 2013. Estudo e Debate
- Graham, Shipan e Volden. Review Article: The Diffusion of Policy Diffusion Research in Political Science.
- IPCC. (2014). Climate Change 2014: Synthesis Report. Geneva, Switzerland: Intergovernmental Panel on Climate Change.
- Instituto Nacional de Estatísticas (INE). (2022). *Relatório de Desenvolvimento Populacional em Cabo Verde*.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INECV). (2022). *Dados Macroeconômicos de Cabo Verde*.
- Kanie, N., & Biermann, F. (Eds.). (2017). Governing through Goals: Sustainable Development Goals as Governance Innovation. MIT Press.
- Koga, N. (2018). Capacidade estatal e coordenação intergovernamental: elementos para uma análise das políticas públicas complexas. *Revista Brasileira de Política Pública*, 8(3), 35-54.
- KOGA, Natália Massaco et al. Policy capacity and governance conditions for implementing sustainable development goals in Brazil. *Revista do Serviço Público*, v. 71, p. 38-77, 2020.
- Mendes, J. (2020). *Desigualdades Sociais e Pobreza em Cabo Verde*. *Revista de Estudos Africanos*, 12(1), 45-67.

Monteiro, P., & Gomes, F. (2021). *Impacto das Remessas na Economia Cabo-verdiana*. Universidade de Cabo Verde.

MUNDO, Transformando Nosso. a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Recuperado, 2016

Oliveira, Osmany Porto De. A Prelude to Policy Transfer Research – Handebook of Policy, Transfer, diffusion and circulation.

OLIVEIRA, Osmany Porto De. Embaixadores da participação: a difusão internacional do Orçamento Participativo a partir do Brasil. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PORTO DE OLIVEIRA, Osmany; MASSACO KOGA, Natália. Policy transfer capacity: The role of individuals, organizations and systems on the adoption and internationalization of policy instruments. *Administrative Theory & Praxis*, v. 45, n. 2, p. 81-99, 2023.

Pereira, A. (2019). *A Declaração da Praia e os ODS em Estados Insulares*. *Cadernos de Políticas Públicas*, 7(3), 89-102.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais a partir da abordagem dos arranjos e instrumentos de políticas públicas. 2018

Porto de Oliveira, O. (2020). *Transnational Policy Diffusion and Cooperation: The Role of State and Non-State Actors in the Global South*. Springer.

Rhodes, R. A. W. (2007). Understanding Governance: Ten Years On. *Organization Studies*, 28(8), 1243-1264.

Rodrigues, Ciro. Material de Métodos Qualitativo. Aula 6, Estudo de Caso. ENAP, 2023.

Sachs, J. D. (2012). *The Price of Civilization: Reawakening American Virtue and Prosperity*. Random House.

Sampaio, Rafael Cardoso; Lycarião, Diogenes.(2021) *Análise de Conteúdo Categorical : Manual de Aplicação*. ENAP

Souza, Clovis. material de Práticas de Pesquisa II, Organização de Dados Qualitativos. ENAP, 2023

Yin, Roberto K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Penso, 2016

Silva, M., & Oliveira, R. (2016). *Erupções Vulcânicas e Desenvolvimento Regional em Cabo Verde*. Editora Científica.

Stiglitz, J. E. (2010). *Freefall: America, Free Markets, and the Sinking of the World Economy*. W.W. Norton & Company.

United Nations. (2015). Transforming our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development.

Wu, X., Howlett, M., & Ramesh, M. (2018). Policy Capacity and Governance: Assessing Governmental Competences and Capabilities in Theory and Practice. Springer.

Wu et All (2015) Policy and Society;

(<https://www.tandfonline.com/doi/citedby/10.1016/j.polsoc.2015.09.001?scroll=top&needAccess=true#>)

ANEXOS

ANEXO I- Roteiro de Entrevistas Semiestruturadas sobre Nacionalização dos ODS em Cabo Verde

Esta entrevista integra uma pesquisa de mestrado que procura compreender como Cabo Verde adaptou e integrou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no planeamento nacional e o papel das Organizações Internacionais nesse processo.

Pergunta 1. Como participou do processo de nacionalização dos ODS, mais concretamente do PEDS?

Pergunta 2. Que Instrumentos existem no PEDS para acompanhamento e Coordenação?

Pergunta 3. Como funciona a Coordenação com os parceiros e em específico com as Nações Unidas?

Pergunta 4. Como é efetuado o Seguimento entre os diversos setores?

Pergunta 5. Existe um sistema uniforme de seguimento e Avaliação do PEDS?

Pergunta 6. Quais são os maiores desafios que o governo tem neste momento para atingir as metas em 2030?

Pergunta 7. Como vê a questão da mobilidade e do número dos técnicos a nível da administração pública para atingir as metas dos ODS?

Pergunta 8. Como funciona a participação dos municípios no processo de seguimento e implementação do PEDS?

Pergunta 9. Como funciona a articulação entre o Governo e os Municípios no Processo de Implementação do PEDS?

Pergunta 10. Como se articula a participação da Sociedade Civil no processo de implementação do PEDS?

Pergunta 11. Na sua visão, o PEDS pode ser considerado uma vantagem do Processo de Nacionalização dos ODS, para se atingir as metas em 2030?

Pergunta 12. Considere que o o PEDS, poderia ser indicado como um exemplo de adaptação para os países insulares em desenvolvimento?

Pergunta 13. Pode abordar algum aspecto do PEDS que eu não perguntei, alguma coisa que queira acrescentar ou realçar?

ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar de uma entrevista no âmbito da pesquisa de mestrado intitulada “Difusão Internacional de Políticas Públicas “O Processo de Nacionalização dos ODS em Cabo Verde”, desenvolvida pela estudante mestrande, Maria Goretti Santos Lima, pela ENAP (Escola Nacional de Administração Pública, Brasília).

O objetivo da entrevista é coletar informações, percepções e experiências acerca do processo de implementação e acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Cabo Verde, com especial atenção às capacidades políticas e institucionais envolvidas. Trata-se de uma entrevista semi- estruturada, na qual haverá um conjunto de questões previamente definidas, mas o(a) entrevistador(a) poderá propor outras perguntas que surjam durante a conversa. Para fins de registro e análise, a entrevista poderá ser gravada em áudio, com o consentimento do(a) participante.

O(A) Sr.(a) poderá esclarecer quaisquer dúvidas sobre a pesquisa em qualquer momento. A sua participação é inteiramente voluntária, sendo-lhe garantido o direito de recusar-se a participar ou retirar o consentimento a qualquer altura, sem qualquer tipo de prejuízo.

A identidade dos(as) participantes será preservada. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, podendo ser apresentadas em relatórios, artigos e na dissertação de mestrado, sem qualquer identificação individualizada. Os áudios e transcrições ficarão sob responsabilidade do(a) pesquisador(a), em ambiente seguro, e não serão compartilhados com terceiros sem autorização expressa.

Este Termo de Consentimento será emitido em duas vias, ficando uma com o(a) participante e outra com o(a) pesquisador(a).

Declaro que fui devidamente informado(a) quanto aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios desta pesquisa, e que concordo em participar, de forma livre e esclarecida, da entrevista proposta.

Local e Data: _____

Nome e Assinatura do(a) Entrevistado(a): _____

Nome e Assinatura do(a) Pesquisador(a): _____

ANEXO III – Livros de Códigos

Livro de Códigos 1– Capacidade Analítica 1

Dimensão Analítica / Categoria Principal	Subcategoria / Tema Específico	Descrição Operacional	Códigos	Unidades de Registo
Capacidade Analítica (Perguntas 4 e 5)	Produção e uso de dados	Capacidade de recolher, tratar e utilizar dados estatísticos e indicadores para planeamento e monitorização dos ODS.	‘dados’, ‘indicadores’, ‘estatísticas’, “Seguimento” ‘avaliação’ “Relatórios” “Setores”	“elaboramos os relatórios de Produção de dados, indicadores de progresso, avaliação de políticas.” “o Instituto Nacional de Estatística, que é uma instituição sólida e respeitada também pelos nossos parceiros”. “o INE trabalha os dados a nível nacional que são acompanhados pela DNP”. “há alguns dados setoriais que são trabalhados pelos setores específicos”. “O seguimento, tem como objetivo final o cumprimento das metas traçadas.” “os indicadores seguidos por todos os setores” ““o INE faz a medição dos grandes indicadores.” “São micro indicadores, então aí entra a parte privada, do setor privado, que eles pedem estudos específicos e nós fazemos esse seguimento”. “o INE trabalha os indicadores do ODS, faz as adaptações, porque são indicadores comparáveis a nível internacional.” “Às vezes deparamos com o problema de definição de indicadores e adaptação a nível nacional.”

				“O problema do seguimento tem a ver com a medição dos grandes indicadores.O seguimento não está estruturado a nível dos municípios.” “ Existe uma plataforma digital, a nível da Direção Nacional de Planeamento, e que é também apoiada pelo sistema das Nações Unidas.” “através de um sistema de recolha dos dados dos diversos setores, dos diversos ministérios, e do INE, que fornecem os dados a DNP.” “existe uma produção de dados do Instituto Nacional de Estatísticas, coordenado, portanto, coordenado também pela Direção Nacional do Planeamento.”
--	--	--	--	---

Livro de Códigos 2 - Capacidade Analítica 2

Dimensão Analítica / Categoria Principal	Subcategoria / Tema Específico	Descrição Operacional	Códigos	Unidades de Registo
Capacidade Analítica (Perguntas 4 e 5)	Instrumentos de monitorização e avaliação	Mecanismos e ferramentas utilizados para acompanhar a execução das metas e políticas ligadas aos ODS.	PEDS', 'indicadores de desempenho', 'relatórios', 'sistema de informação' "acompanhamento" "Reportar" "Alinhados" "Exercício" "Prestação de contas" "Coordenar" "Incorporação" "Sistema"	“a Avaliação e Monitoramento é feita pela Direção Nacional de Planeamento e do Instituto Nacional de Estatística”; “nós fazemos esse seguimento de implementação com as Nações Unidas, onde ressaltamos os indicadores que estão no quadro das Nações Unidas, indicadores esses que fazem parte também dos indicadores nacionais” “Sendo que os setores fazem a implementação, nós fazemos esse seguimento, o acompanhamento e a articulação para que os resultados possam ser alcançados da melhor forma possível” “Nós temos um sistema que é controlado pela Direção Nacional do Planeamento, onde todos vão reportando informações e fazemos um reporte trimestral por cada período de avaliação.” “Existe uma plataforma digital, a nível da Direção Nacional de Planeamento, e que é também apoiada pelo sistema das Nações Unidas” “Unidade de tecnologia do Ministério das Finanças que faz o seguimento do PEDS.” “os gestores de programa, designado de ponto focal, têm, devem ter ou têm acesso ao sistema de monitorização e avaliação onde reportam.”

			“Articulação” “Sinergia”	“A nível do nosso sistema das Nações Unidas aqui em Cabo Verde, nós estamos completamente alinhados com a visão do Governo, com a visão plasmada no PEDS 2” “houve o VNR também, que é o Voluntary National Report de 2021, exatamente, que foi um exercício muito profundo, muito detalhado, sobre o que é que tinha sido a execução do PEDS I e como é que se faria a transição para o PEDS II” “são exercícios que permitiram com que o PED2 fosse também informado ou concretizado e que permitiu também alinhar mesmo a estratégia do quadro de cooperação do sistema das Nações Unidas” “Um é um exercício que faz, que é o encontro de parceiros, que se chama Partners Meeting, que é todos os meses para discutir um determinado tema.” “ Há um outro fórum, que é, no fundo, a prestação de contas ao nível do CEF, do Cooperation Framework. E isso acontece duas vezes por ano. E isso acontece realmente, em que participou nomeadamente o MNEC, e a DNP (Direção Nacional de Planeamento)” “Sempre houve uma grande sinergia entre o governo e as Nações Unidas, sob liderança da Direção Nacional do Plano. Esta Direção Nacional tem uma responsabilidade muito grande de coordenar, todo o processo de planeamento” “a intersectorialidade, dos programas, ajuda bastante a incorporação nos PEDS, os ministérios participam de programas”
--	--	--	--	--

				“É um sistema informatizado, os setores introduzem os dados e no momento que você precisa, imediatamente vai ao sistema e já recolhe as informações sobre o estado de implementação de determinado projeto” “nós fazemos esse seguimento, o acompanhamento e a articulação para que os resultados possam ser alcançados da melhor forma possível” “Claro que a DNP está sempre interligado, mas o setor de implementação é o Ministério corresponde.” “Poderá haver intervenções que extrapolam a área de atuação de um Ministério, aí a DNP é chamada para fazer essa interlocução”
--	--	--	--	--

Livro de Códigos 3– Capacidade Operacional 1

Dimensão Analítica/ Categoria Principal	Subcategoria / Tema Específico	Descrição Operacional	Códigos	Unidades de Registo
Capacidade Operacional Perguntas 1, 2 e 7	Coordenação interministerial	Capacidade de articulação entre diferentes ministérios e setores na implementação das metas dos ODS.	coordenação’ ‘reuniões interministeriais’, ‘planos conjuntos’, ‘integração setorial’ “Planeamento Estratégico” “Reformas” “Comissão” “Valorização”	“Participação do setor educativo na integração dos ODS no PEDS, como os Instrumentos de acompanhamento”; “Existem os mecanismos de coordenação entre ministérios, setores e municípios, papel que cabe a Direção Nacional de Planeamento, e existe os mecanismos de seguimento e avaliação de eficácia, que são implementados pelos setores, sob a coordenação da DNP.” “Há uma comissão do governo que segue o PEDS. Acho que de três em três meses os vários setores preenchem os questionários, basicamente para medir onde estamos, e relatamos os avanços. “; “A questão da valorização dos técnicos a nível nacional e também a questão do número.”; “trabalhei desde o início, desde a sua preparação, do alinhamento, concertação e definição das prioridades, e também entre as reformas incluídas”; “É a articulação entre eles e a importância que cada um tem em relação a cada um dos projetos. Portanto, essa articulação, esse alinhamento que o PEDS oferece, nesse caso, a Direção Nacional de Planeamento, que faz interação com os outros setores”; “uma interação aberta com os setores, onde frequentemente alinhamos e discutimos as prioridades” ; “, a Direção Nacional de Planeamento tem um papel importante, não somente dentro do PEDS em si.

			“Especialistas” “Concertação” “Informação” “Articulação” Planeamento Estratégico” “Estrutura” “Inovar” “Capacidade” “Instrumentos” “Dimensão” “Mecanismos” “Projeto”	Temos a direção do serviço de planeamento estratégico, mas também temos dois serviços que são muito importantes, que têm a ver com o serviço macroeconómico, ou seja, somos nós que preparamos todo o quadro macroeconómico financeiro do país.” “temos de estar em estreita articulação com os setores, para que possamos, então, garantir que, primeiro, alinhamos a disponibilidade dos parceiros com as áreas proprietárias de cada setor, mas também para conversar com os setores, temos de trazer as informações do setor”; “é sempre desafiante colocar todos à mesa, alinhar as prioridades, alinhar com quem segue a nível dos setores, mas sobretudo também alinhamento com as prioridades nacionais.”; “em termos de estrutura governamental ou de administração pública, de certa forma, nós temos poucas pessoas, porque nós somos poucos para tantos desafios que nós temos”; “Não utilizamos o digital de forma eficiente, e retirar a sobrecarga dos técnicos.”; “eu não concordo que a solução seja recrutar mais pessoas, mas sim inovar a nossa forma de intervir, inovar a nossa forma de responder, inovar a nossa forma de atuar em termos de fazer as coisas.”; “Então, a coordenação é muito importante entre os ministérios, de estarem alinhados e trabalhar na mesma ótica e estarem disponíveis.” ; “Os encontros periódicos acontecem, embora possam ser impactados por compromissos de agenda, ou outras prioridades dos ministérios”. ; “Eu digo que há uma questão de coordenação dentro do Ministério das Finanças. Não é sobrecarga, mas sim prioridades.”; “o processo da integração dos ODS começou em 2014, na qualidade de país SIDS (Small Island Development States)”; “houve uma transição da designação dos documentos estratégicos, em que antes era o DCRP, documento estratégico de crescimento e redução da pobreza, e
--	--	--	--	---

				depois passou-nos para o PEDS (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável).”; “Participaram equipas sectoriais, de todos os ministérios, havia um task force, os ministérios sectoriais que lideravam os seus ODS e os seus planos estratégicos sectoriais.”; “A coordenação, cabe de facto à Direção Nacional de Planeamento ter a responsabilidade de coordenar o PEDS e também de fazer o seguimento dos ODS.”; “Mas acontece que a nível dos ministérios sectoriais participam a co -participação poderia ser melhor atendendo que se investiu muitos recursos em várias formações.”; “pude acompanhar também a implementação através dos encontros de articulação, de implementação entre o sistema das Nações Unidas e os setores nacionais.”; “que a Direção Nacional tem um sistema de seguimento e avaliação, onde os setores reportam, o cumprimento dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.”; “Há ministérios também que são novos, que ainda não conseguiram alcançar as capacidades neste domínio, porque dependendo dos ciclos governativos em que ministérios são criados, novos, com essa dificuldade de capacidade em termos de recursos humanos.”; “em 2016 já se iniciava a capacitação dos técnicos de planeamento e mobilização de recursos para que houvesse uma apropriação dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos planos nacionais de desenvolvimento.”; “com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, tendo elaborado em conjunto com a parte nacional uma plataforma de seguimento e avaliação dos indicadores PEDS.”; “Eu não considero que a dimensão da administração pública precise ser maior.”; “a administração pública está dimensionada como deve ser para um país com a dimensão de Cabo Verde.”; “Há a necessidade, se calhar é de definir as prioridades, reciclagem dos
--	--	--	--	---

				técnicos que existem, no sentido de atribuir ou aportar mais skills.”; “e investir na transição digital que permita celeridade e eficiência e abrangência.”; “um exercício prospectivo em que foi feito com todas as agências das Nações Unidas e com elementos relevantes do governo, nomeadamente de ministérios, áreas do Ministério das Finanças, desde logo, na criação do PEDS, mas numa lógica prospectiva de uma análise até 2030. Onde é que queremos alcançar? ”; “Outro exercício que vem na sequência deste exercício, talvez tenha sido em 2022 ou 2023, de perspetiva futura.”; “a dimensão da administração pública no país mesmo é muito difícil. Porque os interlocutores do lado da administração pública andam muito sobrecarregados, a tratar de vários assuntos ao mesmo tempo, e muitas vezes fica complicado conseguirem responder no tempo desejado.”; “O PNUD foi sempre parceiro, digamos estratégico do governo de Cabo Verde, no apoio ao desenvolvimento e por isso, esteve sempre envolvido com exercício de planeamento.” ; “Cabo Verde tem também a sua própria experiência e muito boa, do processo de planeamento, desde sempre.”; “mas a área do planeamento tem de ser muito mais fortalecida, porque pela minha experiência a área de planeamento é muito exigente nas componentes de gestão de projetos, etc.” ; “Evidentemente, agora com a digitalização e informatização, pode ser que não haja necessidade de um número maior de técnicos.”
--	--	--	--	--

Livro de Códigos 4– Capacidade Operacional 2

Dimensão Analítica/ Categoria Principal	Subcategoria/ Tema Específico	Descrição Operacional	Códigos	Unidade de Registo
Capacidade Operacional Perguntas 1, 2, 7, 8)	Articulação entre níveis central e local	Mecanismos e fluxos de comunicação entre o governo central e as autarquias locais.	‘municípios’, ‘nível local’, ‘Localidade’, ‘execução local’ “Desafio” “Localização” “Articulação”	“um guia prático para localização dos objetivos sustentáveis que era não somente da agenda 2030, como também para o desenvolvimento local.” ; “A maior dificuldade, de facto, é a nível da adaptação e integração dos ODS nos níveis inferiores, como a nível dos municípios.” ; “porque as simetrias refletem na introdução ou na integração ou, melhor dizendo, na adaptação dos objetivos de desenvolvimento sustentáveis, a nível local.”; “Quanto maior o gap, maior o déficit em seguimento e avaliação, porque falha na definição das metas de acordo com a localidade.”; “a questão da memória institucional. É um desafio. É um desafio que eu acho que é do país todo. Não é só dos municípios, mas é do país todo.” ; “E isto percebe-se em todos os sentidos. , mas é mais acentuado a nível local.”

				“E Cabo Verde tem feito sempre o planeamento quinquenal, e baseado na estrutura do governo, na estrutura instalada, a nível da administração pública e também a nível local.” “A nível local, acho que nós atuamos bem, apesar de alguns constrangimentos políticos, mas, acho que conseguimos ultrapassar”; “ Portanto a articulação é excelente, salvo, como digo, algumas exceções, mas que não inviabilizam o resultado.”;
--	--	--	--	---

Livro de Códigos 5 – Capacidade Política 1

Dimensão Analítica/ Categoria Principal	Subcategoria/ Tema Específico	Descrição Operacional	Códigos	Unidades de Registro
Capacidade Política (Perguntas 6, 8, 9 e 10)	Coordenação e liderança institucional	Habilidade de liderança e mediação entre os diferentes atores políticos e institucionais.	‘coordenação política’, ‘governança’, “Financiamento Externo”; “Desafios” “Mecanismos de Coordenação” “Diálogo Institucional” “Vigência de Projetos” “Contexto Internacional” “Financiamento”	“Principais desafios seriam na execução integrada das metas, incluindo dependência de recursos externos.”; “a nível setorial, fazemos a coordenação com todas as instituições ligadas ao nosso setor, tanto a nível nacional, quanto local.” ; “Há um conjunto de instrumentos que nós estamos a trabalhar para cada vez mais aumentar essa inclusão social, é um desafio, mas estamos a fazer isso paulatinamente para ver se aumentamos a capacidade. “ ; “A Coordenação a nível dos municípios é feita através da DNP, sempre que necessario são envolvidos os setores, pois trabalhamos de forma a integrar o local no nacional.” ; “outros desafios tem a ver também com a coordenação, a coordenação dos setores, mais do que a coordenação, é a forma de implementar e executar os projetos.”; “Às vezes devido a elevada rotatividade dos técnicos que acarreta dificuldades para implementar os projetos.”; “É extremamente desafiante executar um plano, onde temos de alinhar constantemente as prioridades dos diferentes setores, precisamos de uma

			“Parceiros Externos” “Fatores Externos” “Capacidade de Absorção”	coordenação efetiva e constante, principalmente quando temos de alinhar interesses de dois ou mais setores em torno de um único objetivo.”; “Outro desafio, tem a ver com o contexto internacional atual. O PEDS foi elaborado com uma abordagem clara do que queremos para o país, mas temos de saber adaptar ao contexto internacional.”; ” o maior desafio é a sensibilização dos nossos governantes. Temos que começar a sensibilizar do mais alto nível.”; “Então um dos desafios é a sensibilização dos governantes, é a capacitação e é a coordenação entre os ministérios. Há ministérios com mais sensibilidade, há outros não.”; “Às vezes podem acontecer coisas no meio, fatores externos que podem contribuir para não atingirmos essas metas.”; “parece que os maiores desafios está ligado a coerência das políticas públicas e também a coerência dos instrumentos a serem utilizados”. ; “Um aspecto é a questão dos recursos. Dada a situação política e económica a nível mundial, várias instituições que vem financiando o desenvolvimento, estão a redimensionar os seus investimentos.”; “Percebe-se claramente que há esforços, de se criar mecanismos de coordenação de implementação do PEDS e das políticas públicas, mas, acredito que ainda não se conseguiu ter essa integração das políticas públicas sectoriais, mesmo que haja um patch que funcione como um chapéu.”; “tem um ministério a implementar uma iniciativa num setor semelhante ou que transversal a outro setor e muitas vezes carece desse diálogo institucional, esta integração para que se possa maximizar.”; “Nós
--	--	--	---	---

				temos dependência de mobilização, dependemos de recursos externos desde o orçamento do Estado, portanto o próprio orçamento do Estado é alimentado em grande parte pela ajuda pública ao desenvolvimento.”; “Os recursos financeiros, às vezes são invocados como aspectos limitadores, mas eu admito que neste caso até não seja isso. Ou seja, os recursos financeiros existem ou poderão existir.”; “A capacidade de absorção é um desafio.”; “mas o recurso tem de ser bem empregado e o reportar. Reportar em sistemas diferentes. O Banco Mundial tem o seu sistema, cada agência das Nações Unidas tem o seu próprio sistema, a cooperação bilateral tem o seu sistema e, portanto, fica difícil.”; “A capacidade de absorção, de absorver a verba disponibilizada e as solicitações e os seus próprios procedimentos é que limitam essa absorção e execução dos financiamentos.”; “Então temos esse desafio, de produção de dados a nível dos setores para que o sistema funcione.”
--	--	--	--	--

Livro de Códigos 6– Capacidade Política 2

Dimensão Analítica/ Categoria Principal	Subcategoria/ Tema Específico	Descrição Operacional	Códigos	Unidades de Registo
Capacidade Política (Perguntas 6, 8, 9 e 10)	Participação social e legitimidade	Envolvimento da sociedade civil e do setor privado nos processos decisórios e na implementação das políticas.	‘sociedade civil’, ‘participação’, ‘fóruns’, “Setor Privado” “Ordens Profissionais” ‘consultas públicas’, ‘ONGs’ “Associações”	“Existe a Associação Nacional dos Municípios que tem competências a nível da representatividade de todos os municípios, mas também acredito que os municípios participam em alguns segmentos de forma direta.”; “- Existem regras estipuladas no PEDS que garantam participação da Sociedade Civil, setor privado e diáspora na implementação dos ODS. Como por exemplo Fóruns, de onde saem recomendações de aprimoramento quanto a participação efetiva da sociedade civil na implementação do PEDS.”; “Com o setor privado temos uma relação muito próxima, principalmente com as câmaras do comércio. Nós temos também a Ordem dos advogados, a Ordem dos engenheiros, Ordem dos arquitetos e várias associações, por exemplo, associações de mulheres empresárias, associações de jovens empresários, etc.” ; “Com a sociedade Civil, temos uma questão no que se refere à abordagem das ONGs. Em Cabo Verde, as ONGs não estão bem organizadas.”; Temos

				também outro tipo de problemas de coordenação com a sociedade civil e os parceiros, sobretudo os bilaterais, têm acesso direto às ONGs.” ; “nós não temos a definição concreta daquilo que é a intervenção da sociedade civil no âmbito da implementação do PEDS e precisamos trabalhar e melhorar esse aspeto.”; “Normalmente tem sempre um fórum onde as associações são chamadas para intervirem.”; “Há uma tendência para chamar o representante da plataforma das ONGs. Mas é necessário ampliar a base participativa e construir meios para uma participação efetiva da sociedade civil neste processo.”; “A plataforma das ONGs, por exemplo, tem sido parceira em todo o segmento, em toda a análise, preparação e avaliação do PEDS.”; “Sou da opinião de que a nossa sociedade civil precisa se reorganizar, de se reorientar. São frágeis principalmente financeiramente”; “Fez-se vários encontros com a sociedade civil, entre eles o setor privado via, as câmaras de comércio, e a plataforma das ONGs esteve presente e participou. Admito que a sociedade civil tem participado pouco”
--	--	--	--	--

Livro de Códigos 7- Capacidade de Adaptação e Transferência 1

Dimensão Analítica / Categoria Principal	Subcategoria/ Tema Específico	Descrição Operacional	Códigos	Unidade de Registo
Capacidade de Adaptação e Transferência (Perguntas 11 e 12)	Adaptação das metas globais	Processo de tradução das metas globais da Agenda 2030 para o contexto nacional.	‘adaptação’, ‘contextualização’, ‘metas globais’, ‘Agenda 2030’ “Sustentável” “Funcionamento” “Enquadramento” “Integrado” “Configuração” “Articulação” “Alinhar”	“Consideremos o arranjo institucional PEDS Sustentável, e pela gestão integrada dos ODS com o planeamento nacional, temos uma oportunidade única para resultados favoráveis no cumprimento das metas em 2030.”; “o governo está a tentar adaptar essas metas à realidade.” “o PEDS tem funcionado muito bem, tanto a nível de implementar os ODS como os projetos nacionais de desenvolvimento, que no fundo vai nos ajudar a atingir os ODS.”; “eu acho que, que a própria configuração da DNP contribui para uma melhor articulação na implementação dos ODS, depois o PEDS, e os ODS alinham nessa estrutura.”; “Acho que a nossa abordagem, no sentido da DNP ser o chapéu, faz com que quem prioriza e quem faz e faz a articulação também estejam no mesmo sistema. A DNP faz a coordenação, porque quem implementa são os setores.”; “O papel do DNP é muito importante no alinhamento, na articulação e também na definição das políticas.”; “É um documento estratégico para que o governo atue de forma a cumprir com os ODS. Daí que, ao

				implementar essa abordagem, cumprindo com os objetivos plasmados no PEDS, automaticamente estamos cumprindo com os ODS? Ao integrar tudo no PEDS, facilitamos as coisas, facilitamos a abordagem, facilitamos a métrica.”; “toda a abordagem para as políticas públicas, a nossa intervenção no PEDS tem automaticamente uma relação com os ODS. E, digamos assim, esse enquadramento tem nos garantido uma boa performance na implementação dos ODS.”; “Tornamos os ODS praticamente uma obrigação nacional. Integrado dentro do planeamento nacional.”; “o PEDS é uma força, a nível da adaptação dos ODS no país.”; “um resultado positivo nós termos conseguido realmente integrar, basta ver o alinhamento do PDS com a agenda 2030, o casamento dos indicadores foi bem conseguido do meu ponto de vista.”; “Claramente alinhamos a nossa agenda de desenvolvimento à agenda internacional. intencionalmente, com o objetivo de mobilizar parcerias e recursos.”; “Nós temos o alinhamento, como eu disse, desde o início, está bem estruturado e neste momento está muito bem alinhado em termos de Nações Unidas e o Governo de Cabo Verde em termos de relação para que se possa concretizar os objetivos de desenvolvimento sustentável.”; “o que eu lhe quero dizer é que sim, que a preocupação de adaptação e de apropriação das medidas para atingir os ODS, essa preocupação é real, existe.”; “Por isso é que há nacionalização, porque se, por exemplo, se disser que até 2030 temos de reduzir a pobreza há que analisar, aquilo que é a nossa realidade, para se saber de onde partimos e onde queremos chegar.”
--	--	--	--	--

Livro de Códigos 8- Capacidade de Adaptação e Transferência 2

Dimensão Analítica / Categoria Principal	Subcategoria/ Tema Específico	Descrição Operacional	Códigos	Unidades de Registo
Capacidade de Adaptação e Transferência (Perguntas 11 e 12)	Aprendizagem institucional e difusão	Incorporação de boas práticas e conhecimentos de outros contextos na formulação nacional e Capacidade de influenciar outras realidades	“Gestão Integrada” “SIDS” “Articulação” “Implementação” “Exemplo” “Contexto Similares” “Apropriou”	“Sendo o PEDS um documento integrador de políticas públicas nacionais e dos ODS, e considerando a forma como tem sido implementado a nível nacional, poderá servir de inspiração a outros países insulares em desenvolvimento.”; “pela gestão integrada dos ODS com o planeamento nacional, temos uma oportunidade única para resultados favoráveis no cumprimento das metas em 2030.”; “o PEDS tem funcionado muito bem, tanto a nível de implementar os ODS como os projetos nacionais de desenvolvimento, que no fundo vai nos ajudar a atingir os ODS.”; “toda a abordagem para as políticas públicas, a nossa intervenção no PEDS tem automaticamente uma relação com os ODS. E, digamos assim, esse enquadramento tem nos garantido uma boa performance na implementação dos ODS.”; “É um documento que mostra como é que um país como o Cabo Verde, de dimensão reduzida e com os custos altos de insularidade, pode articular e implementar uma estrutura de planeamento e conseguir bons

				resultados na implementação dos ODS.”; “Podemos dizer que é uma vantagem e o fato de Cabo Verde ser um pequeno Estado insular em desenvolvimento, fazer isso de forma não integrada acho que, talvez estaríamos pior, não é?”; “portanto acredito que o PEDS poderá ser exemplo de uma integração de políticas nacionais e internacionais, que pode servir de exemplo para outros contextos similares aos nossos.”; “Cabo Verde está acima da média mundial em termos de concretização dos ODS por isso está bem afinado um ou outro ponto para que possamos todos atingir os mesmos objetivos.”; “Cabo Verde foi muito bem avaliado a nível dos ODMs, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, 2001 a 2015, a performance foi altamente positiva com um documento nacional de desenvolvimento com outro nome, que na altura era o DCRP (Documento de Crescimento e Redução da Pobreza). Mas o objetivo, o conteúdo está idêntico.”; “o PEDS é um instrumento de adaptação dos ODS muito interessante e vem contribuindo para a realização das metas traçadas para 2030.”; “Cabo Verde tem feito um trabalho muito interessante e desafiador em relação aos ODS.”; “O país apropriou-se bem dos ODS. Apesar dos desafios relativos ao seguimento, de avaliação, mas como eu costumo dizer, estamos a caminhar, com algumas dificuldades, mas caminhando.”
--	--	--	--	---

--	--	--	--	--

Livro de Códigos 9 - Governança Colaborativa 1

Dimensão Analítica/Categoria Principal	Subcategoria/Tema Específico	Descrição Operacional	Códigos	Unidade de Registo
Governança Colaborativa (Perguntas 2, 3, 4, 10 e 13)	Espaços de diálogo e concertação	Existência e funcionamento de fóruns, conselhos ou grupos de trabalho interinstitucionais	‘diálogo’, ‘fórum’, ‘participação’, ‘parceria’ “Cooperação” “Articulação” “Coordenação” “Comissão” “Grupo de Seguimento” “Sistema” “Workshop”	“Há uma comissão do governo que segue o PEDS. Acho que de três em três meses.”; “mas tem aí um grupo de seguimento, que para não haver conflitos de financiamento e duplicidade, há um canal que é também quem gera todos os fundos, que é o UGPE (MFP).”; “Sistema Nacional de Seguimento e Avaliação da Direcção Nacional de planeamento, dos indicadores do PEDS, não só das Nações Unidas”. ; “a nível dos ministérios sectoriais participam a co -participação.” ; “o processo do PEDS precisa melhorar na sua metodologia participativa de elaboração. E neste processo participativo, o setor da sociedade civil é o que menos é o que menos participa no processo de elaboração, de conhecimento e de apropriação.” ; “foi feito um exercício com todos os setores presentes, mesmo em 2016(para o PEDSI), tanto também em 2021(para o PEDSII), foram feitos vários

				workshops, vários encontros de validação setorial e definição dos indicadores, em todos os setores.”; “e em 2022 houve vários workshops, eu lembro-me de ter participado em 2020 e finais de 2020 e meados de 2022 num grande workshop feito na Cidade Velha, que reuniu todos os setores para que se pudesse validar o que é que seria PEDS 2, por exemplo, do plano de estratégia de desenvolvimento do PEDS 2.”; “Houve um outro exercício também, que é o Leave No One Behind, que é o “sem deixar ninguém para trás”. Este exercício também identificou os os principais grupos vulneráveis em Cabo Verde, a nível de jovens, mulheres, crianças, pessoas com deficiência, comunidade LGBTQI, imigrantes, grupos que necessitam de uma maior atenção a nível de proteção social.”; “exemplo, no Fórum das Organizações de Sociedade Civil, promovido pela Procuradoria da Justiça, de que, por exemplo, a Morabi, em 2022, 2023, foi à Bolsa, inovador a nível mundial, para financiar o empoderamento económico das mulheres.”; “Mesmo a Associação Nacional de Municípios de Cabo Verde, também, para avançar com uma parte, também foi à Bolsa de Valores buscar financiamento para financiar a fase final dos projetos nos municípios, que é um municipal bond. É uma prática inovadora a nível mundial.”; “Participaram muito bem na elaboração dos PEDS, ou pelo menos deram a sua contribuição no exercício que antecedeu a elaboração do PEDS. Fez-se vários encontros com a
--	--	--	--	--

				sociedade civil, entre eles o setor privado via, as câmaras de comércio, e a plataforma das ONGs esteve presente e participou.”;
--	--	--	--	--

Livro de Códigos 10 - Governança Colaborativa 2

Dimensão Analítica/ Categoria Principal	Subcategoria/ Tema Específico	Descrição Operacional	Códigos	Unidade de Registo
Governança Colaborativa (Perguntas 2, 3,4, 9, 10, 13)	Confiança e cooperação entre atores	Nível de confiança e colaboração efetiva entre governo, sociedade civil e parceiros internacionais.	‘cooperação’, ‘confiança’, ‘colaboração’, ‘coordenação’, ‘Parceria’ “Articula” “Alinhamento”	“Existem os mecanismos de coordenação entre ministérios, setores e municípios, papel que cabe a Direção Nacional de Planeamento”; trabalho em parceria com o Banco Mundial, com o Banco do Africano de “A Direção Nacional de Planeamento coordena através de encontros de parceiros com todos os setores, nomeadamente com o grupo do GAO (Grupo de Apoio ao Orçamento, com vários parceiros de cooperação) que são os nossos parceiros, Banco Mundial, Nações Unidas, o Banco Africano, Luxemburgo, Portugal...”; Desenvolvimento e com a União Europeia.”; “a Direção Nacional de Planeamento, obviamente, que é a cabeça do Sistema Nacional de Planeamento, articula-se com os setores, de forma que os setores possam definir os seus indicadores, os seus mecanismos de seguimento e qual é a avaliação que farão no fim.”; “houve uma transversalidade em todos os ODS, houve uma transversalidade da lente de género em todos os setores.”; “ Admito que a sociedade civil tem participado pouco.”; “Com os parceiros temos quadros de cooperação e a coordenação funciona de forma tripartida – da

				parte Nacional temos o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério das Finanças (a Direção Nacional de Planeamento) e as Nações Unidas.” ; “Há um quadro de alinhamento que chamamos de grupo de apoio orçamental, onde temos um grupo de parceiros, nomeadamente o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, a União Europeia e também os parceiros bilaterais, nomeadamente Portugal, Espanha e Luxemburgo. Esses são os nossos parceiros que compõem o grupo de apoio orçamental.”; “com o sistema das Nações Unidas. Portanto, é uma parceria muito frutífera para Cabo Verde e também completamente aberta não só quanto à articulação, mas também de confiança e, sobretudo, de um interesse comum para Cabo Verde, que é a implementação do nosso plano estratégico e, conseqüentemente, também a implementação do ODS em Cabo Verde.”; “A nível das Nações Unidas, há um alinhamento entre o quadro de cooperação das Nações Unidas com o próprio PEDS. Portanto, os eixos que o quadro de cooperação faz considerar, refletem também os eixos estratégicos do PEDS e, por conseguinte, há um alinhamento entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os seus indicadores.”; “Há um plano anual que é trabalhado junto com os setores, que tem dois principais atores a nível público, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Direção Nacional de Planeamento, neste caso o Ministério das Finanças, que articulam com os setores e definem as prioridades para o ano.”
--	--	--	--	---

Livro de Códigos 11 - Papel das Nações Unidas 1

Dimensão Analítica / Categoria Principal	Subcategoria/ Tema Específico	Descrição Operacional	Códigos	Unidade de Registo
Papel das Nações Unidas Perguntas 3, 4, 9, 13	Apoio técnico e financeiro	Contribuição das agências da ONU em termos de financiamento, capacitação e assistência técnica.	apoio’, ‘financiam ento’, ‘PNUD’, ‘agências’, ‘projetos’ “Banco Mundial” “Gente especializa da”	“As Nações unidas normalmente funcionam como Fatores facilitadores da tradução dos ODS em instrumentos nacionais, através dos Apoios técnicos, financeiros ou políticos mais relevantes.”; “Mas tem o Sistema das Nações Unidas, que não é propriamente um financiador típico em financiar Cabo Verde. Eles são um mecanismo de recepção e de implementação de financiamento.”; “Nós alinhamos uma estratégia de cooperação geral, que é o quadro de cooperação anual, de três anos, trianual, com as Nações Unidas, alinhamos essa estratégia de implementação.”; “Eles (NU)funcionam como uma ponte entre os nossos parceiros de desenvolvimento.”; “Fazem a ponte com os parceiros bilaterais, com os fundos internacionais que existem e investem em Cabo Verde. Portanto, é esta abordagem que o sistema das Nações Unidas, como um parceiro que faz a coordenação com outros parceiros, sobretudo no âmbito da implementação dos ODS, dado que Cabo Verde e o PEDS, está alinhado com os ODS.”; “O sistema das Nações Unidas está aqui para apoiar o país, e o quadro de cooperação que o sistema definiu com o país, no sentido de apoiar,

				quer financeira, quer técnica, o desenvolvimento do país.”; “Há um trabalho também na vertente de capacitação dos técnicos, dos eleitos municipais e dos nomeados, para preparação, gestão e monitorização dos projetos e também se financia projetos que tenham impacto nos municípios, que envolvem não só o município, mas o setor privado, a sociedade civil, neste município específico, não digo um, mas em todos os municípios.” ; “Outras organizações como o FMI e o Banco Mundial, são claramente de cariz mais económico e financeiro, mas o sistema das Nações Unidas, orienta mais para a área desenvolvimento.”; “As Nações Unidas entram como suporte. E o suporte significa tecnicamente. Como sabe as Nações Unidas não é um financiador típico, mas ajuda os países a procurar financiamentos, pois com o suporte e expertise das Nações Unidas é mais fácil conseguir esses financiamentos.”; “Nós temos feito em Cabo Verde um esforço enorme para estar um pouco à frente neste domínio de captação de financiamentos, e por exemplo o Governo luxemburguês, que é um excelente parceiro do Governo de Cabo Verde, trabalha com as Nações Unidas neste domínio.”; “Por exemplo, na ocasião da elaboração do PEDS I, foi necessário trazer gente especializada, para se analisar as condições do país, e fazer-se uma prospeção para o futuro, para o desenvolvimento.”
--	--	--	--	--

Livro de Códigos 12 – Papel das Nações Unidas 2

Dimensão Analítica / Categoria Principal	Subcategoria /Tema Específico	Descrição Operacional	Códigos	Unidade de Registo
Papel das Nações Unidas Perguntas, 3, 4, 13	Difusão de normas e alinhamento internacional	Influência das Nações Unidas na harmonização das políticas nacionais com as normas e metas globais.	“alinhamento”, ‘ONU’, “Nações Unidas”, ‘quadro de cooperação’ “Valores” “Parceria” “Sistema das Nações Unidas” “Visibilidade”	“Fizemos uma avaliação de meio percurso do PEDS em conjunto com as Nações Unidas, isto mostra a abordagem que seguimos, no sentido de atuar e agir da melhor forma com o sistema das Nações Unidas.”; “Portanto, é uma parceria muito frutífera para Cabo Verde e também completamente aberta não só quanto à articulação, mas também de confiança e, sobretudo, de um interesse comum para Cabo Verde, que é a implementação do nosso plano estratégico e, consequentemente, também a implementação do ODS em Cabo Verde.”; “A nível das Nações Unidas, há um alinhamento entre o quadro de cooperação das Nações Unidas com o próprio PEDS. Portanto, os eixos que o quadro de cooperação faz considerar, refletem também os eixos estratégicos do PEDS.”; “AS Nações Unidas em Cabo Verde têm um quadro de cooperação com o governo de Cabo Verde, que é de 2023 a 2027 e que está obviamente alinhado com tudo o que é a agenda 2030 dos ODS, mas também perfeitamente alinhado

				com o plano estratégico de desenvolvimento sustentável 2022-2026 do Governo de Cabo Verde.”; “o país trabalha de uma forma que eu gostaria que muitos outros trabalhassem. Ainda mais se considerarmos o fato de ser um pequeno país insular. Parece-me que a visibilidade que tem e o que tem alcançado ao nível dos ODS, tem uma projeção infinitamente superior à pequenez que tem, à sua pequenez geográfica.”; “As Nações Unidas, tem, os seus valores, que pretende implementar, faz um exercício de ir de encontro às prioridades definidas pelos Governos, encontrar os nichos onde podem cooperar.”
--	--	--	--	---

Livro de Códigos 13 – Capacidade Operacional 3

Dimensão Analítica / Categoria Principal	Subcategoria / Tema Específico	Descrição Operacional	Códigos	Unidade de Registro
Capacidade Operacional Perguntas 4, 6, 7, 8, 9, 13	Condições Administrativas	Capacidade de dispor e mobilizar condições administrativas adequadas para a execução das políticas	“Orçamento” “financiamento”, “recursos” “fundos”, “execução” “recursos humanos”, “capital humano”, “Administração”,	“O financiamento e a gestão dos Recursos estão concentrados no Ministério das Finanças”; “Fundo verde para o Clima”; “Mobilização e outros recursos para a implementação das Metas”; “Dependência de Recursos Externos”; “Transferência no uso de recursos”; “Consta-se que existe uma mobilidade dos técnicos na Administração pública”; “Acho que com o aumento de técnicos, já poderíamos ter mais projetos prontos e a funcionar. Muito mais, temos essa dificuldade”; “Portanto, nós estamos a criar aqui mecanismos de melhoramento, até a parte educacional, educação financeira, educação digital”; “O primeiro desafio é o financiamento. Ainda não conseguimos ter o total do financiamento.”; “Com o contexto financeiro

		públicas associadas à Agenda 2030 e ao PEDS	“capacitação”, “formação”, “rotatividade de pessoal”, “logística”, “meios operacionais”, “Educação digital”	internacional desafiante, e perante esse desafio nós estamos a tentar ver até onde nós conseguimos o máximo possível de financiamento”; “Não utilizamos o digital de forma eficiente, e retirar a sobrecarga dos técnicos. Por isso que eu não concordo que a solução seja recrutar mais pessoas, mas sim inovar a nossa forma de intervir, inovar a nossa forma de responder, inovar a nossa forma de atuar em termos de fazer as coisas” “o contexto em que nós tivemos de implementar o PEDS foi um contexto em que o orçamento dos anos de 2022 e o 2023 foram dois orçamentos de restrição, devido ao fato de que estávamos a cuidar da recuperação da economia.” ; “sistema das Nações Unidas estão representadas as várias agências e é feita uma apresentação nomeadamente daqueles que são das estratégias prioritárias, strategic priorities, que são as tais três que incluem as pessoas na perspetiva do capital humano, social, depois a parte económica que tem a parte da sustentabilidade e a governação”; “O Banco Mundial, a União Europeia, as cooperações bilaterais, Portugal, Espanha, Luxemburgo, para não falar das outras, mas essas que são mais importantes. Fica difícil uma pequena administração, um pequeno número de elementos da administração pública poderem estar em todo lado ao mesmo tempo para dar resposta a tudo.” ; “Eu não encaro a questão dos recursos financeiros como o maior desafio de Cabo Verde. Sinceramente, acho que não é o maior. É um desafio, mas não é o maior. A capacidade de absorção, de absorver a verba disponibilizada e as solicitações e os seus próprios procedimentos é que limitam essa absorção e execução dos financiamentos”; “Se calhar é mais essa vertente de priorização e capacitação para
--	--	---	--	---

				que possamos realmente produzir dados, até porque depois nós todos somos consumidores de informações”; “O que se percebe também é que a conjuntura atual mudou um pouco. Já há uma necessidade de transição efetiva do que é ajuda pública ao desenvolvimento, literalmente ajuda pública ao desenvolvimento, para um financiamento ao desenvolvimento no sentido de ir à procura de instrumentos inovadores para financiar as suas atividades”; “a integração dos vários subsistemas do Governo é importante, a intersetorialidade tem de funcionar, para termos um padrão de comportamento na Administração Pública”; “Nós já recebemos várias capacitações, já recebemos várias formações. Temos técnicos competentes”; “Tem que haver instrumentos de gestão muito bem definidos, que é para podermos trabalhar seriamente com os municípios, E também trabalhar para que haja mais transparência na gestão municipal”; “Perde-se os recursos humanos. O facto de sermos ilhas, temos o fator da insularidade. Outro aspeto relacionado com as mudanças políticas, principalmente a nível local, sempre que há mudanças de lideranças políticas há perdas em termos de quadros (os que já estão hoje, amanhã já não estão lá). Então, essa mobilidade é grave”;
--	--	--	--	--